

NM

Orientação

EPÍGRAFE

A “participação não deve ser um simulacro, mas sim uma realidade. Pedir opinião nos assuntos triviais, quando todas as decisões substanciais estão tomadas, é um engano e provoca o desprezo e o afastamento.” (Guerra, 2002a, p.67)

DEDICATÓRIA

À memória meu Pai,
para quem a conclusão deste percurso
seria, com toda a certeza, motivo de orgulho,
alegria e satisfação.

Um Pai dedicado,
que sempre acreditou
no meu empenho.

AGRADECIMENTOS

Este projeto não é apenas o resultado do empenho individual, mas sim de um conjunto de esforços que o tornaram possível e sem os quais teria sido muito mais difícil chegar ao fim desta etapa, que representa um importante marco na minha vida pessoal e profissional. Assim, manifesto a minha gratidão e o meu agradecimento:

Ao meu orientador, **Prof. Doutor Fernando Diogo**, pela forma como desde o primeiro momento me orientou, preferindo sempre indicar caminhos a apontar erros, mas sobretudo pela sabedoria e entusiasmo contagiante. É justo referir, ainda, a disponibilidade manifestada, o seu apoio e confiança.

A todos os **Professores do Curso de Mestrado em Estudos Profissionais Especializados em Educação – Especialização em Administração de Organizações Educativas**, pelo contributo científico.

A todos os **Colegas do Curso**, pela troca de experiências e conhecimentos, convívio, amizade e espírito de solidariedade desenvolvido, que permitiram esquecer tensões e retomar a saudade de um tempo de aprendizagem partilhada.

Aos **Atores Educativos da Escola do Sol**, pela simpatia e conforto, pela disponibilidade com que acederam aos meus pedidos, em particular à Diretora do Agrupamento, pela confiança em mim depositada.

Aos **Alunos e Diretores de Turma da Escola do Sol**, que se dispuseram a colaborar, refletindo sobre questões e dando o seu parecer mais sincero.

A toda a **família** pelo apoio incondicional, acreditando sempre no meu esforço. Em especial, ao **Ni**, pelo tempo que não lhe concedi.

Ao **Vítor**, pela excepcional tolerância, pela disponibilidade e apoio nos momentos menos fortes, produzidos pelo cansaço e obstinação, sem nunca tolerar o interregno deste percurso. Pela minha presença ausente.

RESUMO

O presente trabalho de projeto resulta de um estudo dos espaços de participação, dos alunos dos 2.º e 3.º ciclo do ensino básico, na vida da escola, permitindo a construção de um dispositivo de intervenção, que pretende implementar ações estratégicas que visem a ampliação desses espaços de participação. O seu desenvolvimento teórico assenta na necessidade da revitalização da cultura democrática participativa, através de uma maior e melhor participação. Neste campo, a escola, como lugar de interação quotidiana dos seus alunos, tem um papel importante a desempenhar na capacitação de uma participação ativa. Para tal urge a necessidade de implementação de ações estratégicas, em coerência com os documentos estruturantes da organização e de todos os seus órgãos de administração e gestão, de forma a instituir a mudança e a inovação na cultura de trabalho como um dos aspetos chave para o sucesso organizacional da escola.

O trabalho de projeto foi realizado numa escola pública dos 2.º e 3.º ciclos e a amostra do estudo, foi composta por 401 alunos dos 2.º e 3.º ciclos e 31 professores Diretores de Turma. Os instrumentos de recolha de dados foram dois inquéritos por questionário, um para aplicar aos alunos, e outro aos Diretores de Turma, e a análise de conteúdo dos documentos orientadores da escola.

Os resultados mostraram que os alunos possuem uma débil participação na vida da escola, quer ao nível dos documentos orientadores, quer na sua representação nos diferentes órgãos. No plano de ação, é apresentado um conjunto de propostas, que pretendem constituir-se como um dispositivo para colmatar esta debilidade.

PALAVRAS-CHAVE: Participação na escola; democracia participativa; escolas aprendentes; *metáfora da hipocrisia*.

ABSTRACT

The present project work it is a result from a study of spaces for participation, of students from elementary and intermediate education, in the life of the school, allowing the construction of an interventional device, which aims to implement strategic actions aimed at the expansion of these spaces of participation. Its theoretical development is based on the need for the revitalization of democratic participatory culture, through greater and better participation. In this field, the school as a place of daily interaction of students, has an important role to play in enabling an active participation. To this end urges the need for implementation of strategic actions, in coherence with the structuring documents of the Organization and of all its organs of administration and management, in order to Institute the change and innovation in work culture as one of the key aspects for the organizational success of the school.

The project work was carried out in a public school of elementary and intermediate education and its sample of the study consisted of 401 students of both levels and 31 teachers class directors. The data collection instruments were two surveys, one to apply to students, and other to directors of Class, and the content analysis of documents guiding school.

The results showed that students possess a weak participation in the life of the school, both in terms of the guidance documents, whether in their representation in the various organisms. In the action plan, is presented a set of proposals which aim to constitute itself as a device to address this weakness.

Keywords: participation in school; participatory democracy; schools learners; *metaphor of the hypocrisy.*

SIGLAS

AE	- Associação de Estudantes
ADT	- Assembleia de Delegados de Turma
AT	- Assembleia de Turma
CDT	- Coordenador de Diretores de Turma
CG	- Conselho Geral
CP	- Conselho Pedagógico
CT	- Conselho de Turma
CVPA	- Curso Vocacional de Produção Agrícola
DT	- Diretor de Turma
IGEC	- Inspeção Geral da Educação e Ciência
PAA	- Plano Anual de Atividades
PAM	- Plano de Ações de Melhoria
PE	- Projeto Educativo
PT	- Plano de Turma
RI	- Regulamento Interno

ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO	12
CAPITULO I – PROBLEMÁTICA	15
1. PROBLEMÁTICA VISADA NO PROJETO.....	15
1.1. Questão de Partida	15
1.2. Pertinência do Problema.....	15
2. OBJETIVOS GERAIS DO PROJETO	16
2.1. Objetivos Relacionados com o Conhecimento da Realidade.....	16
2.2. Objetivos Relacionados com a Transformação da Realidade	17
3. CONTEXTUALIZAÇÃO	17
3.1. Caracterização da Escola.....	17
CAPÍTULO II – QUADRO TEÓRICO	19
1. ESCOLAS QUE APRENDEM	19
1.1. Escolas Aprendentes	19
1.2. A Escola como Organização que Aprende.....	20
2. A <i>HIPOCRISIA</i> COMO METÁFORA E PERSPETIVA DE ANÁLISE ORGANIZACIONAL... 22	
2.1. A Escola como Organização.....	22
2.2. O Direito à <i>Hipocrisia Organizada</i>	23
3. A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL ENTRE A ORGANIZAÇÃO QUE APRENDE E A <i>HIPOCRISIA ORGANIZADA</i>	25
4. PARTICIPAÇÃO ESCOLAR.....	27
4.1. Conceptualização da Participação.....	27
4.2. Perspetivas de Abordagem da Participação.....	30
4.3. Participação Democrática na Gestão Escolar	36
4.4. Formas de Participação dos Alunos	37
4.5. Obstáculos à Participação dos Alunos.....	38
4.6. Perceção dos Professores e Alunos Face à Participação dos Alunos	40
CAPITULO III – ESTUDO EMPIRICO	43
1. PÚBLICO-ALVO E AMOSTRA.....	43

1.1. Constituição da Amostra dos Alunos	43
1.2. Constituição da Amostra dos Professores Diretores de Turma	44
2. METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS.....	45
3. TÉCNICAS E INSTRUMENTOS DE RECOLHA DE DADOS.....	46
4. TÉCNICAS DE ANÁLISE DE DADOS.....	47
5. APRESENTAÇÃO DOS DADOS DOS QUESTIONÁRIOS AOS ALUNOS.....	48
5.1. Sobre o Conhecimento dos Alunos dos Diferentes Órgãos de Administração/ Gestão e Documentos de Orientação, Planeamento e Funcionamento.....	48
5.2. Sobre a Participação dos Alunos na Vida da Escola	52
5.3. Opinião dos Alunos Sobre o Tipo de Participação que devem ter na Vida da Escola	61
6. APRESENTAÇÃO DOS DADOS DOS QUESTIONÁRIOS AOS PROFESSORES DIRETORES DE TURMA	63
6.1. Participação que os Alunos devem ter na Vida da escola.....	63
7. RESULTADOS DA ANÁLISE DO REGULAMENTO INTERNO, DO PROJETO EDUCATIVO, DO PLANO ANUAL DE ATIVIDADES E DO DECRETO-LEI N.º 75/2008	68
8. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS.....	69
 CAPÍTULO IV – PLANO DE AÇÃO – PARTICIPAÇÃO DOS ALUNOS NA VIDA DA ESCOLA	74
1. AÇÕES A DESENVOLVER.....	74
2. IDENTIFICAÇÃO DE COORDENADORES DO PLANO DE AÇÃO/ AÇÕES.....	81
3. NOTAS INFORMATIVAS.....	81
4. CALENDARIZAÇÃO DAS AÇÕES	82
 BIBLIOGRAFIA.....	83
 APÊNDICES.....	89

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1: Número total de docentes colocados na escola distribuídos por categoria profissional e tempo de serviço.....	18
Quadro 2: Participação segundo Lima (1992)	33
Quadro 3: Distribuição da amostra segundo a idade	44
Quadro 4: Tempo de serviço (em 31 / 08/ 14)	44
Quadro 5: Conhecimento sobre o que é um Plano Anual de Atividades de uma escola	48
Quadro 6: Alunos que referiram saber o que é o Plano Anual de Atividades de uma escola	48
Quadro 7: Alunos que sugeriram atividades para o Plano Anual de Atividades	49
Quadro 8: Onde é que os alunos fizeram as sugestões para o Plano Anual de Atividades	49
Quadro 9: Conhecimento sobre o Plano Anual de Atividades	49
Quadro 10: Como é que os alunos tomaram conhecimento do Plano Anual de Atividades	50
Quadro 11: Conhecimento sobre o que é o Regulamento Interno.....	50
Quadro 12: Alunos que referiram saber o que é o Regulamento Interno de uma escola	51
Quadro 13: Alunos que deram sugestões para o Regulamento Interno.....	51
Quadro 14: Alunos que referiram ter dado sugestões para o Regulamento Interno .	51
Quadro 15: Conhecimento sobre o Regulamento Interno	51
Quadro 16: Como é que os alunos tomaram conhecimento do Regulamento Interno	52
Quadro 17: Órgãos de Administração e Gestão das escolas que os alunos conhecem	52
Quadro 18: Importância da Associação de Estudantes	52
Quadro 19: Função da Associação de Estudantes	53
Quadro 20: Importância do Delegado de Turma.....	53
Quadro 21: Funções do Delegado de Turma	55
Quadro 22: Características do Delegado de Turma	56
Quadro 23: Delegado de Turma resolveu algum problema da turma	56

Quadro 24: Delegado de Turma consulta os alunos da turma.....	57
Quadro 25: Participação na eleição do Delegado de Turma	57
Quadro 26: Orientação da eleição do Delegado de Turma	57
Quadro 27: Aula em que decorreu a eleição do Delegado de Turma	58
Quadro 28: Assembleias/ Reuniões de Turma	58
Quadro 29: Quem dirige as Assembleias/ Reuniões de Turma	58
Quadro 30: Em que tempos decorrem as Assembleias/ Reuniões de Turma	59
Quadro 31: Frequência com que se realizam as Assembleias/ Reuniões de Turma ...	59
Quadro 32: Objetivo das Assembleias/ Reuniões de Turma	59
Quadro 33: Decisões das Assembleias/ Reuniões de Turma.....	60
Quadro 34: Conhecimento sobre o que é o Plano da Turma	60
Quadro 35: Alunos que referiram saber o que é o Plano da Turma	60
Quadro 36: Participação na proposta de atividades para o Plano da Turma.....	61
Quadro 37: Forma de participação na proposta de atividades para o Plano da Turma	61
Quadro 38: Classificação da participação dos alunos nas várias decisões da vida da escola	62
Quadro 39: Importância que os alunos atribuem à sua participação nas decisões da vida da escola	62
Quadro 40: Porquê que os alunos atribuem importância à sua participação nas decisões da vida da escola.....	63
Quadro 41: Importância da participação dos alunos na vida da escola.....	63
Quadro 42: Importância atribuída à participação dos alunos nas decisões sobre a vida da escola	64
Quadro 43: Classificação da participação dos alunos na vida desta escola	64
Quadro 44: Principais razões da falta de participação por parte dos alunos.....	65
Quadro 45: Áreas em que incide a participação dos alunos desta escola	65
Quadro 46: Estimulação da participação dos alunos na vida da escola por parte dos Diretores de Turma.....	66
Quadro 47: Formas de estimulação da participação dos alunos na vida da escola por parte dos Diretores de Turma	66
Quadro 48: Ação dos Delegados de Turma	67
Quadro 49: Representação dos alunos nos Conselhos de Turma	67

Quadro 50: Sugestão de melhoria da participação dos alunos na vida da escola..... 68

INTRODUÇÃO

A instauração de uma autêntica cultura democrática participativa, é atualmente um dos grandes desafios que se coloca à sociedade e à escola em particular. De acordo com Lima (1992), estamos conscientes, de que a educação para a democracia participativa, de difícil realização, não dispensará a ‘democracia para a/na educação’. Apesar de alguns constrangimentos do regime jurídico de autonomia das escolas relativamente aos alunos dos 2.º e 3.º ciclos, torna-se imprescindível promover uma participação efetiva no âmbito das possibilidades previstas nos diplomas legais, pelo que as escolas, ao nível da sua autonomia, terão que ser criativas no sentido de encontrar outros espaços de participação dos alunos, no sentido de uma maior responsabilização em termos de objetivos comuns, promovendo oportunidades de assembleias, momentos de debate para discussão de assuntos da vida da escola e de responsabilização do exercício dos cargos de representatividade (Pereira, 2009).

Porém, além das vantagens, a participação encerra alguns inconvenientes, principalmente na ótica da gestão das organizações, que requerem alguma sensibilidade, pois o processo de participação requer tempo, e tende a reduzir a eficiência, complicando e alongando o processo de decisão (Machado, 1982). No entanto, os inconvenientes acabam por ser anulados pelas vantagens de participação, quer a nível individual, quer a nível organizacional. Logo, o problema da participação não reside unicamente na necessária criação de estruturas participativas, mas também na sensibilização dos respetivos atores dessa participação, ou seja, na aposta de uma educação para e pela participação.

No entanto, a Escola do Sol¹, de forma recorrente tem sido alvo, por parte das Equipas de Avaliação Externa, de sugestões de melhoria prioritárias, entre outras áreas, a participação dos alunos na vida da escola, promovendo a assunção de responsabilidades. Por sua vez, verifica-se uma desconexão entre a intenção e a ação, onde a *metáfora da hipocrisia* está bem evidenciada (Brunsson, 2006). Se por um lado a escola no seu Projeto Educativo assume, que esta área é de facto de intervenção prioritária sendo identificada como um dos aspetos a melhorar e fazendo parte do seu Plano de Ações de Melhoria, por outro, os progressos têm sido mínimos. Verifica-se efetivamente alguma efervescência aquando das visitas das

¹ Nome fictício

equipas da Inspeção Geral da Educação e Ciência (IGEC), a encenação construída para as visitas da inspeção, não se refletindo no planeamento de ações estratégicas de forma a instituir a mudança e a inovação na cultura de trabalho como um dos aspetos chave para o sucesso organizacional da escola. Importa para tal, na perspetiva de Senge (2005), construir uma escola onde exista uma cultura participativa, onde cada um partilhe as suas sugestões, onde exista uma aprendizagem em equipa de natureza eminentemente coletiva.

Face ao exposto, o presente projeto insere-se no âmbito de implementação de ações estratégicas que contribuam para o progresso da participação dos alunos na vida da escola, rumo à melhoria dos resultados sociais, implementando na escola uma cultura democrática participativa. Surge então, como questão de partida que orienta todo o estudo: Como envolver os alunos, no planeamento e implementação de ações estratégicas que visem a participação dos alunos na vida da escola? Por estarmos envolvidos neste processo, ainda que recentemente, enquanto elementos da equipa de autoavaliação e interlocutora junto da IGEC de uma das ações de melhoria da escola no qual exercemos funções, daí o interesse em investirmos no estudo destas questões.

O enquadramento teórico, comportou operações de leitura que visaram essencialmente assegurar a qualidade da problematização, baseadas em quadros teóricos conceptuais reconhecidos, tais como: Alarcão, 2001a, 2001b; Canotilho, 1981; Costa 1996, 2003, 2007; Bajoit, 1988; Barroso, 2005; Brunsson, 2005; Guerra, 2001, 2002a; Lima, 1988, 1992, 2006; Machado, 1982; Parreiral, 2011; Pereira, 2009; Pinto, 1995 e Senge, 2005.

Quanto à metodologia utilizada no trabalho empírico, uma vez definido o campo de análise, Escola do Sol, definiu-se a amostra, sendo constituída por 401 alunos dos 2.º e 3.º ciclos e 31 professores Diretores de Turma. Como técnicas e instrumentos de recolha de dados foram realizados dois inquéritos por questionário, um para aplicar aos alunos, e outro aos Diretores de Turma, e a análise de conteúdo dos documentos orientadores da escola, a saber: Regulamento Interno, Projeto Educativo e Plano Anual de Atividades. Analisou-se também o Decreto-Lei n.º75/ 2008 que aprova o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário. Para a análise dos dados, utilizou-se o método de análise de conteúdo, para o estudo das perguntas abertas do

inquérito por questionário e análise documental. Utilizou-se também, a análise estatística, através de um tratamento quantitativo para estudo dos dados dos inquéritos por questionário, garantindo desta forma rigor e profundidade.

De modo a facilitar a compreensão da estruturação deste trabalho de projeto, organizamo-lo em quatro capítulos: o primeiro refere-se à problemática em estudo, o segundo ao quadro teórico, o terceiro ao estudo empírico e o quarto ao plano de ação.

O presente trabalho de projeto assume-se como uma tentativa de compreensão da problemática em questão, permitindo construir um dispositivo de intervenção, que pretende implementar ações estratégicas que visem a ampliação dos espaços de participação dos alunos na vida da escola.

CAPITULO I – PROBLEMÁTICA

Antes de passarmos à problemática do projeto propriamente dita, impõe-se-nos o reconhecimento de algumas limitações. Por um lado, a investigação intensiva numa escola permite revelar parte da realidade desse estabelecimento de ensino, mas o conhecimento dele decorrente não pode ser automaticamente transposto para outras realidades escolares. “...todas as escolas são iguais, porque são escolas, mas todas diferentes, porque formadas por pessoas diferentes.” (Relvas, 1999, p.79). No entanto, e de acordo com Abrantes (2003), espera-se que os dados recolhidos e a análise realizada possam ser instrumentos úteis para uma reflexão acerca de outras escolas, através da identificação de semelhanças mas também de diferenças. Por outro lado, é importante não esquecer que uma pesquisa é sempre datada. Esta foi realizada no ano letivo 2014/ 2015. Assim sendo, quando se tecem considerações acerca do atual estado da escola em estudo, elas reportam-se a esse período preciso. Porém, considera-se que as limitações enunciadas, quando problematizadas de modo adequado, são preferíveis a estudos mais abrangentes que omitem parte da realidade concreta. “Prefere-se uma análise delimitada no tempo e no espaço a uma análise global mas esvaziada de realidade.” (Abrantes, 2003, p.4).

1. PROBLEMÁTICA VISADA NO PROJETO

1.1. Questão de Partida

Como envolver os alunos, no planeamento e implementação de ações estratégicas que visem a sua participação na vida da escola?

1.2. Pertinência do Problema

A pergunta de partida surge da dificuldade de elaborar e implementar o Plano de Ações de Melhoria (PAM) com as ações estratégicas selecionadas pela Equipa de Autoavaliação, baseadas na informação disponível no Projeto Educativo do Agrupamento, recentemente elaborado, bem como do Relatório da Avaliação Externa (IGEC, 2013) e em consonância com o Conselho Geral e Conselho

Pedagógico. Verificam-se dificuldades de implementação de ações de melhoria que não sejam objeto de acompanhamento por parte da IGEC, dando-lhes desta forma um caráter de obrigatoriedade. Estamos perante uma organização que *legitima o direito à hipocrisia organizada* (Brunsson, 2006), a encenação construída para as visitas da inspeção. O interesse em investirmos no estudo destas questões resulta, também, de estarmos envolvidos neste processo, ainda que recentemente, enquanto elementos da equipa de autoavaliação e interlocutora junto da IGEC de uma das ações de melhoria.

O lema do Projeto Educativo, enquanto fio condutor do mesmo, é muitas vezes descurado: ***Alunos motivados para a escola com regresso a casa felizes***. As políticas educativas em constante mutação, alteram-se sistematicamente, mas a escola, enquanto unidade orgânica, não pode perder o seu rumo.

No âmbito dos resultados sociais, a participação dos alunos na vida da escola só acontece em atividades que lhes são propostas, pontualmente colaboram na sua organização, mas raramente são auscultados os seus interesses e envolvidos desde a sua conceção à sua concretização. A participação dos alunos quer nas sugestões para os documentos orientadores, quer na programação das atividades, promovendo a sua responsabilização será portanto uma das ações estratégicas a implementar rumo à melhoria do serviço educativo prestado, especificamente ao nível dos resultados sociais.

2. OBJETIVOS GERAIS DO PROJETO

2.1. Objetivos Relacionados com o Conhecimento da Realidade

- Conhecer de que forma a participação dos alunos está contemplada nos documentos orientadores do agrupamento;
- Caracterizar o conhecimento dos alunos relativamente à administração e gestão do agrupamento;
- Saber como é que os alunos caracterizam a sua participação na escola;
- Conhecer a opinião dos professores relativamente à importância que atribuem à participação dos alunos;

- Saber como é que os professores caracterizam a participação dos alunos na sua escola e como a estimulam;

- Solicitar propostas aos professores de formas inovadoras de melhoria da participação dos alunos na vida da escola, enquanto ação estratégica a implementar.

2.2. Objetivos Relacionados com a Transformação da Realidade

- Promover a sensibilização de alunos e professores para a importância da participação dos alunos na escola, nas suas distintas modalidades;

- Propor a ampliação dos espaços de participação dos alunos, em sede de reformulação do Regulamento Interno do Agrupamento;

- Planificar a participação dos alunos nos Órgãos de Gestão do Agrupamento e nas suas estruturas intermédias.

3. CONTEXTUALIZAÇÃO

3.1. Caracterização da Escola

A Escola do Sol, escola básica dos 2.º e 3.º ciclos, é a escola sede do Agrupamento de Escolas do Sol², insere-se numa zona de transição entre a área metropolitana do Porto e o interior da Região Norte. O agrupamento é constituído por 11 estabelecimentos de educação e ensino, sendo dois Jardins de Infância, duas Escolas do 1º Ciclo, seis Jardins de Infância com 1º Ciclo e a escola sede que é uma escola básica dos 2º e 3º Ciclos.

De acordo com o perfil de escola, 1% dos alunos não têm naturalidade portuguesa e 30% dispõem de computador e ligação à internet em casa (IGEC; 2013). Dos alunos que estudam no Agrupamento, 46% beneficiam de auxílios económicos no âmbito da ação social escolar. O levantamento das habilitações académicas dos pais dos alunos revela que só 5% têm formação superior e 10% formação secundária ou superior. Quanto à atividade profissional dos pais dos alunos, a sua distribuição mostra que apenas 9% têm profissões de nível superior e intermédio. A equipa de docentes é

² Nome fictício

constituída, no ano letivo 2014/ 2015, por 152 elementos, dos quais 91% são do quadro. A nível das estruturas intermédias de coordenação e de supervisão pedagógica, o agrupamento, conforme Regulamento Interno, dispõe de seis departamentos curriculares: Pré-escolar, 1.º Ciclo, Ciências Sociais e Humanas, Expressões, Matemática e Ciências Experimentais, e Línguas.

O pessoal não docente é constituído por um chefe de serviços de administração escolar, um encarregado operacional, oito assistentes técnicos e 32 assistentes operacionais. O Agrupamento dispõe ainda de uma psicóloga.

A Escola do Sol no presente ano letivo de 2014/ 2015 é frequentada por um total de 846 alunos, 546 do 2.º ciclo e 320 do 3.º ciclo, distribuídos por 12 turmas do 5.º ano, 11 turmas do 6.º ano, quatro turmas do 7.º, quatro turmas do 8.º ano, quatro turmas de 9.º ano e duas turmas do Curso Vocacional de Produção Agrícola (CVPA).

A escola é composta por um total de 81 docentes dos 2.º e 3.º ciclos, sendo 67 do quadro e 14 contratados, distribuídos conforme quadro 1:

Ciclo	TOTAL	Categoria Profissional/ Tempo de Serviço			
		Quadro		Contratados	
		+10 anos	-10 anos	+10 anos	-10 anos
2º Ciclo	45	42	0	2	1
3º Ciclo	36	25	0	9	2
TOTAL	81	67	0	11	3

Quadro 1: Número total de docentes colocados na escola distribuídos por categoria profissional e tempo de serviço.

CAPÍTULO II – QUADRO TEÓRICO

1. ESCOLAS QUE APRENDEM

1.1. Escolas Aprendentes

Face aos desafios colocados pela sociedade atual, a escola tem que refletir e ajustar-se face às exigências que lhe são colocadas. As mudanças tornaram-se hoje a regra e a estabilidade é a exceção, as organizações, têm que estar aptas a lidar com a mudança e inovação, sendo necessária uma autoavaliação constante, que lhes permita implementar ações estratégicas adequadas para a resolução dos seus problemas, visando uma melhoria do serviço prestado. Uma das linhas de investigação que mais se destaca para atingir este objetivo é a que aborda a transformação da escola em organizações que aprendem.

Uma organização que aprende é aquela em que se dá uma aprendizagem constante entre todos os níveis e grupos que formam a comunidade, o que obriga a uma redefinição das suas estratégias de aprendizagem e dos sistemas de formação. As equipas, e não simplesmente os indivíduos, são as unidades de trabalho fundamentais (Senge, 2005). Para Senge (2005), as *organizações aprendentes* são organizações onde as pessoas expandem continuamente a sua capacidade de criar os resultados que elas realmente desejam, onde maneiras novas e expansivas de pensar são encorajadas, onde a aspiração coletiva é livre e onde as pessoas estão constantemente a aprender coletivamente.

O conceito de organização que aprende, enquanto modelo de adaptação a um contexto em mudança, também expressa a ideia de um processo em transformação progressiva, uma aspiração, um caminho em direção a um objetivo, que requer uma mudança contínua ou uma autotransformação, e não um produto final cristalizável. Neste sentido, as organizações que aprendem aspiram a capacidade de se adaptar, mas também a capacidade de se reinventar de forma contínua, ou seja, pretendem ser capazes de assumir a inovação e a mudança como essência da sua própria cultura.

A transformação das organizações tradicionais em organizações que aprendem requer um novo modelo mental, uma reconversão da forma de pensar dos seus

membros, que se traduz numa nova maneira de ver, de fazer as coisas e de se relacionar. Instituir a mudança e a inovação na cultura de trabalho é um dos aspetos chave para o sucesso organizacional.

1.2. A Escola como Organização que Aprende

Não é apenas pelo facto de a escola ser local privilegiado para o desenvolvimento de conhecimentos e competências dos alunos que esta pode ser considerada organização que aprende. "A ironia da realidade escolar é que as instituições dedicadas à aprendizagem não costumam elas próprias aprender" (Sarason, 1990 in Bolívar, 2003a, p.81). Os estabelecimentos de ensino devem configurar-se conjuntamente para a aprendizagem dos alunos e para a do restante pessoal. Será de questionarmos por que é que as escolas não costumam aprender e o que seria preciso fazer para mudar esta prática. Refletir sobre o conceito de *escola aprendente* – a escola que aprende, (Bolívar, 2003a; Alarcão 2001a; Guerra, 2001) ao qual convergem conhecimentos, nomeadamente de organização e gestão (Senge, 2005), pressupõe-se que a escola é uma instituição mas também uma organização democrática, com uma missão social que a legitima e lhe justifica o sentido. Na *escola aprendente* confluem vários conceitos, nomeadamente o de *escola reflexiva* (Alarcão, 2001a), onde os seus princípios se intercetam.

A *escola reflexiva* é "a escola que gera conhecimento sobre si própria como escola específica e, desse modo, contribui para o conhecimento sobre a instituição chamada escola" (Alarcão, 2001a, p.15). Ainda, na linha de pensamento de Alarcão, "uma escola que se pensa a si própria não ignora os seus problemas, pelo contrário, envolve todos os seus membros nos processos de tomada de decisão e de resolução, reconhecendo, por essa via, a aprendizagem que para eles daí resulta" (2001a, p.25). Esta linha de pensamento é o fio condutor do conceito de *escola aprendente*. E isto porque, como facilmente se reconhecerá, o desenvolvimento da organização escolar não é, nem poderia ser, o resultado do somatório do desenvolvimento individual dos seus recursos humanos: o desenvolvimento organizacional da escola alimenta-se da permanente interação de todos os elementos que compõem a organização (Alarcão, 2001a). "...as organizações só aprendem através de indivíduos que aprendem. A aprendizagem individual não garante a aprendizagem institucional (organizacional),

mas não há aprendizagem institucional sem aprendizagem individual" (Senge, 1992 in Bolívar, 2003a, p.82). A propensão individual de aprender não leva a muito longe, se a organização, como conjunto, não tiver institucionalizado processos de aprendizagem cooperativa.

Resumidamente, ainda na perspectiva de Alarcão, pode dizer-se que a *escola reflexiva* é a escola de pessoas, com pessoas, para pessoas, a escola que se reconhece na sua história de vida - coletiva, única, irrepetível. Reconhece-se também no seu desejo de evoluir, de se *qualificar*, pois que ao qualificar pessoas qualifica-se a si própria.

Assim a escola, que é um espaço de encontro e de produção de conhecimentos, pode reunir condições para ser considerada uma organização que aprende. Para tal, como refere Guerra (2001, p.17), "a escola não necessita apenas de ensinar. Necessita de aprender muitas coisas...".

É fundamental que a escola se atualize, se reaprenda para que possa servir melhor a sociedade. Esse objetivo implica a existência de pessoas que desejem e sejam capazes de aprender a aprender. E aprender não é só absorver informação ou muito menos copiar, mas sim perceber, processar e incorporar no pulsar quotidiano da organização os contributos internos e externos à inovação.

Reconhecida a necessidade de a escola se assumir como *organização reflexiva*, os mecanismos que desenvolve, nomeadamente, de autoavaliação e de implementação de ações estratégicas, são um contributo para tornar a reflexão (conhecimento de si) em aprendizagem, por outras palavras, de se tornar *organização aprendente*.

Nesta perspectiva, a transformação da escola em *organização aprendente*, suportada e potenciada pela necessidade de se avaliar (refletir sobre si) a todo o momento, é um cenário que se pode perspetivar como viável no regime de autonomia que lhe está confinado.

A análise organizacional da escola será portanto, um dos aspetos que de seguida iremos abordar, no sentido de perceber até que ponto a escola incorpora a inovação e mudança transformando-a em organização aprendente. Autoavaliando-se sistematicamente, permitindo implementar ações estratégicas adequadas, no sentido da melhoria do serviço prestado.

2. A HIPOCRISIA COMO METÁFORA E PERSPETIVA DE ANÁLISE ORGANIZACIONAL

2.1. A Escola como Organização

A utilização de diferentes imagens organizacionais no estudo da escola, permite analisar esta organização segundo diferentes pontos de vista, pois “*cada organização pode ser muitas coisas ao mesmo tempo*” (Morgan, 1986, p.321) e as escolas são excessivamente complexas para se deixarem deter por análises de apenas uma simples dimensão. A diversidade de perspetivas sobre organizações (diferentes maneiras de as ver) permite-nos perceber a amplitude e complexidade do conceito de escola e compreender a especificidade que assume a sua organização. Cada escola tem a sua especificidade e as escolas, enquanto unidades organizacionais, são diferentes de quaisquer outras organizações.

A escola é uma organização, identificada socialmente, na perspetiva proposta por Etzioni para as organizações (in Costa, 2003, p.10): “As organizações são unidades sociais (ou agrupamentos humanos) intencionalmente construídas e reconstruídas, a fim de atingir objetivos específicos”.

Perante os conceitos de organização apresentadas por alguns investigadores em análise organizacional, Costa conclui que “cada definição de organização se encontra vinculada aos pressupostos teóricos dos seus proponentes” (Costa, 2003, p.12), pelo que, a sua definição e caracterização passa pelas diferentes perspetivas, pelas diversas imagens organizacionais com que a escola é visualizada e permitirá considerar a escola de acordo com diversos e diferentes pontos de vista. E pode ser vista, por isso, sob uma diversidade de perspetivas e discursos sobre a sua organização.

No entanto, vamos focar-nos numa das perspetivas de análise da escola enquanto organização, o *direito à hipocrisia organizada* na avaliação institucional, mais concretamente na implementação de ações estratégicas com vista à melhoria do serviço educativo prestado. Pelo que passaremos a fazer uma análise da *hipocrisia como metáfora* e sua perspetiva de análise organizacional.

2.2. O Direito à *Hipocrisia Organizada*

A *metáfora da hipocrisia*, que Nils Brunsson (2006) desenvolveu no quadro das perspetivas teóricas de análise organizacional, constitui um recurso com potencialidades heurísticas muito pertinentes para a abordagem das organizações educativas.

A metáfora da hipocrisia não só nos servirá como mecanismo facilitador e sugestivo da comunicação, mas, dado o seu poder interpretativo (Ventura, 2006), melhor nos permitirá uma compreensão menos normativista e convencional da organização e nos alertará para a necessidade de prestar atenção às abordagens polifacetadas das realidades escolares (Lima, 2006).

Não obstante o conceito de *hipocrisia* se prestar a interpretações e conotações merecedoras de reprovação moral, particularmente quando apontado à conduta pessoal, em termos da sua utilização nesta análise organizacional, não é desse modo que deve ser equacionado. A *hipocrisia* não surge, conforme escreve Nils Brunsson, com a conotação de sanção moral que, usualmente, o senso comum lhe atribui. Pelo contrário, “a *hipocrisia* é vista como uma solução e não como um problema, possui algumas vantagens morais e muitas vezes é quase impossível evitá-la” (Brunsson, 2006, p. 15).

Sendo nossa intenção neste ponto centrarmo-nos na recolha das dimensões que Brunsson atribui à *hipocrisia* na análise do fenómeno organizacional, de modo a permitir-nos uma interpretação crítica à avaliação institucional, enquanto dimensão do funcionamento da escola, convém situar, à partida, o enquadramento teórico conceptual da sua abordagem. Brunsson “adota uma perspetiva (neo) institucional que integra as contribuições dos modelos de análise da ambiguidade e também de alguns elementos associados aos modelos políticos, de que resulta uma contribuição complexa e inovadora” (Brunsson, 2006, p.7).

Neste sentido, poderíamos perguntar: Qual o motivo que leva as organizações a manifestarem níveis elevados de inconsistência, a patentear situações de descoordenação e de incoerência entre o *discurso*, a *decisão* e a *ação*? A resposta, neste quadro teórico, prende-se com a dependência que as organizações têm relativamente ao seu ambiente, às pressões, às exigências e às normas (muitas vezes inconsistentes e mesmo contraditórias) a que são sistematicamente sujeitas, às quais

têm que responder favoravelmente, sob pena de porem em causa a sua legitimidade institucional.

E é esta dupla face das organizações que é identificada por Brunsson com as noções de *organização para a ação* e *organização política*. De acordo com o autor, a *organização para a ação* exige

coordenação, integração e uniformidade, qualidades que irão preencher as estruturas, os processos e as ideologias organizacionais [enquanto que a *organização política*] exige dissolução, desintegração, isolamento e variedade nas estruturas, nos processos e nas ideologias (Brunsson, 2006, p.54).

Organização para a ação e *organização política* correspondem, assim, a tipos ideais antagónicos de funcionamento das organizações bem como a modos também distintos de as descrever, já que, segundo Brunsson,

[...] o modelo de ação pode ser apelidado de modelo de apresentação, ao passo que o modelo político pode ser definido como modelo de resultados. A diferença entre apresentação e resultados explica a forma como dois modelos contraditórios podem ser simultaneamente válidos: eles descrevem aspetos diferentes de um mesmo comportamento (2006, p.232).

E será que a duplicidade desta forma de organização constitui um aspeto negativo do funcionamento organizacional? Será um mal contra o qual se deve lutar? Brunsson responde claramente que não, entendendo que, pelo contrário, esta dupla face da organização, a *hipocrisia*, é uma solução necessária para a sobrevivência organizacional. Ou seja, a separação entre *ação* e *política* é a resposta natural às exigências desconexas e contraditórias a que são submetidas as organizações.

Neste sentido, segundo Brunsson (2006), são quatro as principais formas que esta separação entre *organização para a ação* e *organização política* pode assumir no comportamento organizacional: 1. A separação *cronológica* (em determinados períodos a organização pode responder às exigências da ação e noutros aos condicionalismos da política); 2. A separação por *assuntos* (há temas que podem servir para produzir coerência da ação e outros para conduzir a política); 3. A separação por *ambientes* (a organização pode optar pela dimensão da ação ou pela dimensão política, em função do ambiente e dos interlocutores com quem interage); 4. A separação por *unidades organizacionais* (a organização pode criar ou utilizar diferentes estruturas, umas para responder às exigências políticas e outras concentradas nas imposições da ação).

3. A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL ENTRE A ORGANIZAÇÃO QUE APRENDE E A HIPOCRISIA ORGANIZADA

Para dar corpo a esta perspectiva de análise, socorremo-nos de uma dimensão central do funcionamento das organizações escolares, a avaliação institucional, que tem sido alvo de avultadas atenções e de significativa visibilidade nos tempos mais recentes. Algumas das investigações mais recentes sobre esta questão da avaliação das escolas têm-se socorrido, pelo menos em parte, do quadro teórico do chamado *neo-institucionalismo*. Este quadro teórico de análise das organizações, sem proceder a uma descrição pormenorizada, poderia ser apresentado do seguinte modo: as organizações, neste caso, as escolas, incorporam toda uma série de orientações, de regras do meio em que se situam (por exemplo, que é fundamental autoavaliar-se, que é necessário ter um projeto educativo, uma organização curricular, etc....), interiorizam esse tipo de sinais como elementos importantes para o seu desempenho, só que, depois, na prática, na maioria das vezes, ritualizam-nos e eles não passam de procedimentos de aparência, porque não vinculam efetivamente as práticas (desconexão entre intenção e ação). As investigações a que nos referimos (Helena Libório & Alexandre Ventura³) situam a sua análise no *Programa de Avaliação Integrada das Escolas* (levado a efeito pela Inspeção Geral de Educação, agora Inspeção Geral da Educação e Ciência - IGEC), nomeadamente tentando perceber em que medida é que este programa contribuiu para a autoavaliação das escolas e para o desenvolvimento de melhores práticas educativas.

As conclusões mostram que os processos de autoavaliação não foram muito além do plano das intenções. Ou seja, as melhorias concentraram-se fundamentalmente ao nível daquilo que podemos chamar procedimentos burocráticos. Desencadearam-se processos de autoavaliação, fizeram-se relatórios, modificaram-se projetos educativos, construíram-se outros documentos, registou-se tudo em ata, mas, quando se tentou saber o que é que passou para a sala de aula, para as práticas efetivas, para as mudanças dos comportamentos, aí as opiniões foram, no mínimo, muito duvidosas (COSTA, 2007, p.231-232).

³ No primeiro caso, trata-se da Dissertação de Mestrado de Helena Libório, *A Avaliação das Escolas – desenvolvimento organizacional e ritualização*, realizada na Universidade de Aveiro, em 2004; no segundo, a Tese de Doutoramento de Alexandre Ventura, intitulada *Avaliação, Inspeção e Desenvolvimento Organizacional dos Estabelecimentos de Ensino*, também apresentada na Universidade de Aveiro, em 2006.

Ou seja, uma análise das micropolíticas presentes nos processos de avaliação das escolas permite-nos verificar uma desconexão entre discursos, decisões e ações, onde a *metáfora da hipocrisia* ganha protagonismo. E isto ocorre, quer ao nível dos mecanismos de autoavaliação das escolas (onde deparamos com situações de artificialismo dos dados e das respetivas interpretações, de descoordenação de processos, de incoerência entre diagnósticos, discursos e implicações nas práticas), quer quando a escola se depara com equipas de avaliação externa onde são comuns as estratégias dos diversos atores para mostrarem a face mais favorável e que melhor legitima a função social e educativa (o mais possível qualificada) da escola. Assim, nem sempre as práticas de avaliação institucional das escolas são autodirigidas, *avaliar para si próprias*, claramente direcionadas para a sua melhoria e o desenvolvimento organizacional, mas, especialmente quando exclusivamente dependentes de pressões externas, as organizações e os atores procuram *proteger-se* e agirem, com alguma dose de *hipocrisia*, quer no sentido da *avaliação para o mercado* (na tentativa de publicitação da boa imagem e da captação clientes), quer na lógica da *avaliação para o relatório* (numa perspetiva tecno-burocrática, também importante, designadamente enquanto *reporting* para a própria administração educativa) (Costa & Ventura, 2005).

Conceber a escola como uma comunidade de *aprendizagem organizacional* implica, para além da construção da sua própria autonomia, a construção do conhecimento de si a partir de dois processos, entre outros:

- Aprender com o conhecimento de si própria (refletindo sobre as suas práticas) – autoavaliação, mediante adaptações progressivas de novas ideias ou propostas;

- Aprender com as ações postas em prática – ações estratégicas.

Um processo e outro dependem, em grande parte, das redes de colaboração que existem entre os seus membros. A Escola é um todo indivisível. Importa construir uma escola em que exista, verdadeiramente, uma visão partilhada e uma aprendizagem em equipa, de natureza eminentemente coletiva. (Senge, 2005). No entanto, a voz dos alunos, enquanto sujeitos que pensam, criticam, sonham e desejam estar presentes no processo de reforma e reconstrução da educação voltada para eles, numa visão partilhada, raramente acontece. A participação dos alunos nos

processos de reflexão e decisão da vida da escola é quase nula. Porém, numa organização onde a sua missão final são os alunos, é fundamental reconhecer que as ideias manifestadas por estes precisam de ser ouvidas, analisadas, discutidas e confrontadas com as dos outros membros com a mesma seriedade e atenção dedicadas aos adultos, com vista à sua participação efetiva na construção de um caminho partilhado.

Centremo-nos de seguida na participação escolar, em geral, e na dos alunos, em particular.

4. PARTICIPAÇÃO ESCOLAR

4.1. Conceptualização da Participação

Hodiernamente assiste-se a um ambiente de exaltação da vida privada acompanhada da indiferença relativamente à vida pública, tendo como uma das principais consequências o afastamento dos sujeitos da vida pública e do compromisso com o coletivo (Pereira, 2009).

Estamos perante uma crise de representação política, por um lado, e uma crise da consciência de cidadania, por outro lado. A crise da representação política a que assistimos nas atuais sociedades é o resultado da fragilidade das bases sociais da vida política (Pereira, 2009). Para Camps (1996 in Pereira, 2009), embora não possamos afirmar que a democracia está em perigo, há que se reconhecer a sua decadência, evidenciada pela baixa de participação política. Portugal não se distancia desta realidade (Vala & Torres, 2007).

Impõe-se, deste modo, a instauração de uma verdadeira cultura democrática para inverter a situação em que vivemos, restituindo à democracia os seus conteúdos morais. É fundamental, a ideia da recuperação da participação como elemento fundamental à instituição de uma verdadeira cultura democrática.

Esta temática tem constituído um dos temas de estudo através de diversas abordagens e pontos de vista. Na ótica de Lima (1988) existem vários pontos de vista suportados por diferentes, teorias e quadros conceptuais que passaremos a analisar, segundo a ótica de diferentes autores.

Canotilho, (in Lima, 1988), relaciona o conceito de participação com o de democracia como participação, onde o poder assenta e reside no povo. O povo encarna o papel de ator principal da construção social democrática. O mesmo autor acrescenta que, sendo assim, a participação pode ser analisada segundo diferentes pontos de vista. O ponto de vista *conservador* que identifica ou associa a participação ao caos e à subversão de certos valores considerados fundamentais. O ponto de vista *liberal* que tende a reduzir a participação à forma representativa e apenas no quadro de certas decisões políticas globais. O ponto de vista do conceito *pluralista* admite a transferência da participação do domínio político para outros domínios sociais, sem, no entanto, mudar o próprio sistema, tendendo a procurar um maior equilíbrio ou melhoria setorial ou global do sistema e valorizando-a de forma positiva. Finalmente, do ponto de vista da *esquerda*, a participação é vista como um agente de mudança política, prevendo a busca de igualdade e de liberdade de facto.

Estas correntes ideológicas oscilam entre a valorização positiva da participação e a perspectiva de conflito, sendo a participação assumida como um instrumento de mudança do próprio sistema global.

Baseando-se na teoria da democracia pela participação, Canotilho (1981, in Lima, 1988) distingue entre participação *lato sensu*, isto é, democracia participativa, materializada essencialmente na participação pelo voto, e a participação *stricto sensu*, menos formal, podendo ser exercida de forma direta nos processos de tomada de decisão.

O conceito de participação surgiu e abarcou outras áreas, da política passou também ao domínio social.

Guerra (2002a) defende que a participação não tem um carácter meramente instrumental, mas encerra em si mesma o valor da virtude democrática. A participação não é um modo de conseguir outras coisas, mas um exercício de responsabilidade democrática.

O conceito de participação encontra-se umbilicalmente conectado ao de democracia. Assim, no âmbito de um regime democrático, participação pode significar, por um lado, a escolha da maioria política, concretizada através do voto, e, por outro, enquanto exercício da liberdade, requer também a participação dos cidadãos na tomada de decisões administrativas que os afetam (Costa, 1996).

Numa perspetiva marcadamente política e governativa, Machado (1982) associa a participação com o bem-estar e a integração social dos indivíduos, e com a saúde e o desenvolvimento da democracia. Nesta perspetiva, a participação, ao envolver as pessoas, constitui uma excelente técnica de canalização e de controlo dos descontentamentos e das frustrações dos indivíduos e contribui para uma melhor integração social e para uma maior estabilidade política. Revela-se, portanto, um processo pelo qual as pessoas se consciencializam dos seus próprios interesses e ficam habilitadas a promovê-los.

No domínio da governação e da administração, a participação desempenha várias funções (Machado, 1982): fornece informação aos governantes para o bom desempenho de funções, enquanto expressão das necessidades e dos interesses das populações; facilita a boa execução das decisões e programas, num ambiente de cooperação das populações; serve de controlo de abusos de poder; e assegura a decisão democrática e a garantia dos administradores em domínios que escapam ao controlo tradicional, seja político ou judicial.

Convém, neste ponto, referir as formas de concretizar a participação, principalmente nos campos governativo e administrativo. Desde logo, a participação realiza-se através das eleições, quer se trate de sufrágio político, profissional ou de outra natureza. Outra forma de realização consiste nas iniciativas populares, no referendo e na ação popular, permitindo uma ampla intervenção na vida administrativa. Finalmente realiza-se por processos informais, nomeadamente pela promoção de campanhas, pela constituição de associações ou comissões, pela constituição de grupos de pressão (Machado, 1982).

Apesar das vantagens, a participação encerra alguns inconvenientes, principalmente na ótica da governação, que requerem alguma sensibilidade, pois o processo de participação requer tempo aos administradores, normalmente muito ocupados, e tende a reduzir a eficiência, complicando e alongando o processo de decisão (Machado, 1982). No entanto, os inconvenientes acabam por ser anulados pelas vantagens da participação, quer a nível individual, quer a nível organizacional.

É de concluir que, qualquer que seja o ponto de vista subjacente, a participação significa essencialmente intervir independentemente do método, das circunstâncias ou do sistema político e educativo.

4.2. Perspetivas de Abordagem da Participação

É variada a teoria existente sobre as formas que a participação pode assumir no funcionamento das organizações. Para além do ponto de vista subjacente a cada análise, podemos atenuar este empreendimento e compreender melhor a sua amplitude analisando os diferentes modelos que a participação pode assumir, em geral, e na escola, em particular.

José Canotilho (1981), João Machado (1982), Guy Bajoit (1988), Licínio Lima (1992) e Conceição Pinto (1995) estudam e caracterizam a participação dos indivíduos, de acordo com as suas próprias perspetivas, as quais apresentamos em seguida.

Canotilho (in Lima, 1988; 1992) apresenta **três graus diferentes de participação**:

A **participação não vinculante**, embora se realize ao nível dos processos de tomada de decisão, circunscreve-se à atualização de certos mecanismos como as propostas, as informações, as exposições e os protestos.

A **participação vinculante** situa-se ao nível e no próprio contexto de tomada de decisão, caracterizando-se, então, como forma de limitar o tradicional poder de decisão heterónimo. Este grau de participação não prevê a transferência de poder mas admite a participação em diversas estruturas.

A **participação vinculante e autónoma** consiste na administração autónoma que substitui integralmente o poder de decisão tradicional, isto é, a autogestão, e assume-se como a forma mais expressiva da participação. Admite a participação ao nível das diversas estruturas como meio de aproximação entre os serviços da administração e o público, sem implicar a transferência do poder.

Machado (1982), partindo daquilo que designa por níveis de profundidade de participação, distingue três tipos de participação:

Participação consultiva que se centra na fase preparatória do processo e que se caracteriza fundamentalmente pela recolha de informação para o processo de resolução ou tomada de decisão. Os participantes têm o direito de ser informados e ser ouvidos, embora as suas sugestões não sejam formalmente determinantes para as instâncias de poder (decisores).

Participação na decisão coincide com a fase de decisão do processo, e realiza-se sobretudo pelo exercício do direito de voto.

Participação cooptativa situa-se na fase da implementação ou execução da decisão, quando os participantes são informados da decisão e participam na sua implementação, garantindo-se desta forma a colaboração entre decisores e executores tendo em vista a correta execução das decisões. Este nível não visa qualquer tipo de partilha do poder de decisão.

Hirschman (in Bajoit, 1988), numa perspetiva utilitarista, propõe três categorias de condutas sociais ou políticas para explicar as reações individuais ao descontentamento e conseqüente tipo de participação: abandono, fuga ou defecção (*exit*) que expressa a saída do sistema; protesto (*voice*) que se traduz em ficar, mas em conflito mais ou menos declarado e a lealdade ou fidelidade (*loyalty*) (Bajoit, 1988).

Bajoit (1988), ao abordar a problemática das reações individuais dos atores ao descontentamento/ participação nas organizações, critica esta categorização proposta por Hirschman e admite a possibilidade de uma quarta forma de reagir, a apatia (*apathy*). Para o autor, as reações que não se incluem nas categorias de protesto ou de abandono, podem não reunir características que permitam integrá-las, de forma automática, na categoria de lealdade.

Bajoit (1988), considera quatro categorias de reação ao descontentamento a partir de posições face à cooperação na organização, mas também face ao controlo social que esta exerce sobre os que nela se movimentam:

Partir, o indivíduo opta por partir (defecção ou abandono), a dimensão da participação e a consolidação do controlo social ficam enfraquecidos

Ficar, o indivíduo escolhe ficar (protesto) e reagir com protesto.

Lealdade, o indivíduo fica calmo e participa ativamente.

Apatia, o indivíduo fica calmo mas, participa passivamente, acontece uma deterioração da participação, porque o indivíduo não chega a colaborar, mas não afeta o controlo social, uma vez que o sujeito não chega a entrar em conflito.

Parece, pois, que, para Bajoit (1988), a cooperação poderá ser conservada ou melhorada por atitudes de lealdade e de protesto, como poderá ser deteriorada ou suprimida pela apatia e pelo abandono. Quanto ao controlo social, sairá consolidado pelas atitudes de lealdade e apatia e será posto em causa pelas atitudes de protesto e de abandono.

Bajoit (1988) salienta que estas quatro reações podem observar-se em qualquer ordem, podem combinar-se e, ainda, reforçar-se ou enfraquecer-se reciprocamente. Pinto (1995) inspirada na tipologia de Bajoit para compreender as formas de estar dos indivíduos nas organizações, em geral, aplica-a à participação na escola. Retoma a dicotomia cooperação / controlo social, mantendo a sua modalidade positiva e negativa para cada aspeto.

A autora assume o postulado da escola de Palo Alto, relativo à comunicação e adapta-o à participação: “não se pode não participar, mesmo quando não se participa está-se a escolher uma modalidade específica de participação” (Pinto, 1995, p.159-160). Esta participação pode ser ativa e consciente ou uma participação por assimilação, sendo exemplo, neste caso, a participação nos órgãos consultivos.

Ao adotar uma postura cooperativa, os atores procuram dar o seu contributo para levar a bom termo os objetivos organizacionais, embora tendo sempre em atenção as regras mais ou menos claras da organização, onde está sediado o controlo social. Não obstante, cada ator detém uma margem de liberdade, maior ou menor, consoante o quadro normativo de cada organização e consoante a sua habilidade pessoal (Pinto, 1995). De facto, mesmo numa organização, os indivíduos não deixam de ter os seus objetivos pessoais, que, confrontados com os objetivos organizacionais, definirão o comportamento estratégico de cada um na organização. Assim, de acordo com as representações desta autora (Pinto, 1995), a participação nas organizações em geral, logo também nas escolas, poderá assumir quatro modalidades:

Participação Convergente (*loyalty*, na tipologia de Bajoit), que tem em vista a melhoria da eficácia numa organização e assume o respeito pelas normas organizacionais, logo o consenso. Os atores adotam uma atitude pautada pela participação construtiva face à prossecução dos objetivos organizacionais, encontrando ainda espaço para os seus projetos pessoais, em caso de desacordo, quer na forma de atingir os objetivos, quer na sua (re)definição, há sempre lugar para a insatisfação e para a crítica, tanto a nível informal como também formal.

Participação divergente (*voice*, na tipologia de Bajoit), caracterizada por uma certa incompatibilidade entre os objetivos da organização e os objetivos individuais, originando o desrespeito pelas “regras de interdependência” (Pinto, 1995, p. 165) e a concretização de objetivos estranhos à organização.

Participação apática (*apathy*, na tipologia de Bajoit), na qual os atores optam pelo conformismo relativamente às normas da estrutura organizacional mas não investem na cooperação embora se tornem rotineiros, repetitivos, e sem imaginação, “não põem em causa as regras da interdependência que estruturam as relações na organização, mas contribuem para a degradação do sistema” (Pinto, 1995, p.166).

Abandono (*exit*, na tipologia de Bajoit), tratando-se esta modalidade de um comportamento de rutura, quer da cooperação, quer das regras da interdependência, pois é uma *forma extrema de degradação*, assumindo a *supressão do controlo da organização*, quebram-se os vínculos existentes entre os atores e a organização, no caso a escola.

Partindo do princípio racional segundo o qual qualquer comportamento implica ação, ou seja cada ator define as suas estratégias para concretizar os seus objetivos, para Pinto (1995), todo o indivíduo membro de uma organização está a participar, a todo o momento, na vida dessa organização. Nesta linha, toda a participação é vista em função dos ganhos e das perdas e até a opção pela não participação é assumida como mais uma forma de participação: “quando se pensa que não se está a participar, está-se, afinal, a escolher uma modalidade específica de participação” (Pinto, 1995, p.160).

Lima (1992), considerando a participação como instrumento privilegiado de realização da democracia e o tipo de intervenção dos atores participantes, analisa-a sob quatro critérios: democraticidade, regulamentação, envolvimento e orientação, apresentando estes vários tipos de participação (quadro 2).

CRITÉRIOS	TIPOS DE PARTICIPAÇÃO
Democraticidade	- Participação direta - Participação indireta
Regulamentação	- Participação formal - Participação não formal - Participação informal
Envolvimento	- Participação ativa - Participação reservada - Participação passiva
Orientação	- Participação convergente - Participação divergente

Quadro 2: Participação segundo Lima (1992)

Quanto ao critério **democraticidade**, procura garantir que, virtualmente, todos possam estar representados e tenham acesso à decisão. A participação pode assumir então, duas formas de intervenção:

Direta: intervenção direta nas decisões, realizada tradicionalmente pelo exercício do direito ao voto.

Indireta: participação mediatizada e realizada por intermédio de representantes designados para o efeito.

No que respeita ao critério de **regulamentação**, Lima (1992) refere que nas organizações formais a participação é, geralmente, uma participação organizada que carece de regulamentação, relacionada com a indispensabilidade de normas que possam fixar os parâmetros e as circunstâncias da participação e com as bases de legitimação da mesma, distinguindo três tipos de participação com base nos tipos de regras:

Participação Formal: é uma participação decretada, praticada segundo os normativos legais. Aquela que se pode considerar legalmente autorizada e que está sujeita a um conjunto de regras explícitas no estatuto e regulamento da organização.

Participação não Formal: tem como base um conjunto de regras menos estruturadas formalmente, geralmente incluídas em documentos produzidos pela própria organização. Constitui uma adaptação ou alternativa às regras formais, onde a intervenção dos atores na sua produção pode ser maior.

Participação Informal: é um tipo de participação em que as regras são informais, à margem dos estatutos e regulamentos. As regras são produzidas na organização e geralmente partilhadas por pequenos grupos, emergindo da e na sua ação organizacional.

Relativamente ao critério de **envolvimento** dos participantes, respeitante às suas atitudes e ao empenhamento variável face às suas possibilidades de participação na organização, a participação pode configurar-se de três tipos:

Participação Ativa: caracteriza-se por um elevado grau de envolvimento, individual e coletivo, bem como um bom nível de conhecimentos acerca da organização, nos processos de influenciar e intervir nas decisões. Traduz conhecimento aprofundado dos direitos, deveres e possibilidades de participação, capacidade de mobilização para a ação, vigilância em todos os aspetos considerados pertinentes.

Participação Reservada: caracteriza-se por uma atitude menos voluntária e mais reservada. Não rejeita categoricamente a possibilidade de intervenção e participação ativa, orientando-se por outro sentido tático, mais expectante ou mesmo calculista, podendo evoluir e atingir as formas de participação ativa ou passiva. Situa-se entre a participação ativa e a passiva e pode evoluir para uma destas formas.

Participação Passiva: é caracterizada pelo desinteresse e alienação de responsabilidades. São comuns atitudes de distanciamento e falta de informação, não aproveitamento de oportunidades, mesmo formais, de participação. Atendendo, aos objetivos e às finalidades das organizações, que lhes servem de **orientação**, Lima (1992) acrescenta que a participação pode revestir dois tipos de atitudes opostas:

Participação convergente que se caracteriza por se orientar de acordo com os objetivos formais da organização. Neste tipo de participação há consenso, manifestando-se por um alto nível de dedicação.

Participação divergente que opera uma certa rutura com as orientações e os objetivos da organização oficialmente estabelecidos. Participação no sentido da rutura e desacordo em relação às orientações formalmente estabelecidas.

O estudo da participação nas organizações escolares, tal como refere Lima (1992), remete para a problemática da democratização da educação e do ensino e para a construção da escola democrática.

Se por um lado a participação remete para o exercício da liberdade, por outro ela indica a participação de todos os cidadãos no funcionamento da administração pública. No âmbito educativo, significa a participação de todos na tomada de decisões, como evidencia o artigo 45.º, n.º 2, da Lei de Bases do Sistema Educativo: “Em cada estabelecimento ou grupo de estabelecimentos de educação e ensino a administração e gestão orientam-se por princípios de democraticidade e de participação de todos os implicados no processo educativo” (Costa, 1996, p.46).

A participação pura circunscreve-se à esfera do processo de tomada de decisão. Este ponto constitui o verdadeiro momento de participação, onde cada um tem o poder de intervir e influenciar direta e objetivamente uma decisão. Concordamos que a participação perfeita coincide com o momento em que cada ator pertencente a uma

organização, assume o poder de que está revestido e legitimado e intervém nas fases do processo de decisão, sentindo-se desta forma plenamente envolvido.

4.3. Participação Democrática na Gestão Escolar

Perante o exposto, parece-nos fundamental o papel da escola na formação de personalidades democráticas. No entanto, ao diligenciarmos uma análise da participação na escola, somos confrontados com a necessidade de operar uma transferência de problemática política da participação e da democracia para a problemática organizacional e, dentro desta, para o caso específico da escola como organização (Lima, 1992). Para uma análise da participação focalizada sobre a escola, de há muito, sido objeto de discussão, das teorias pedagógicas, às políticas educativas, à procura de modelos alternativos de organização da escola, etc.. Perante a diversidade de perspetivas teóricas, opta-se aqui, tão somente, por uma caracterização geral desta problemática, na tentativa de clarificar a expressão “educação democrática” (Lima, 1992, p.131). Para Branco (2007, p.18) a “experiência democrática possui um valor educativo fundamental, sendo elevada à própria inteligência social em ação”. “A educação não é preparação para a vida, é a própria vida” (Gâmbua, 2004, p. 42). A educação não se coloca no preparar para o futuro, mas, sim, na realização progressiva das possibilidades presentes, tornando, assim, os indivíduos mais aptos a lidar com as exigências do futuro (Dewey, 2007). Devemos portanto, entender a educação como potenciadora de uma cultura cívica, uma educação ‘pela’, em vez de uma educação ‘para’, onde a escola seja um contexto de interação por excelência, que providencia oportunidades de desempenho de papéis e de construção de relações tanto formais como informais, onde devem ser consideradas como fundamentais todas as oportunidades que os alunos têm para experienciar uma vivência democrática nas escolas (Pereira, 2009). Ainda na perspetiva de Pereira, esta vivência pressupõe o fomentar de experiências participativas, as quais são fundamentais para o desenvolvimento de uma consciência e de uma atitude cívica, possuindo um impacto superior a uma aprendizagem meramente cognitiva.

A convivência democrática na escola exige, quer o funcionamento de lógicas democráticas ao nível da relação educativa e pedagógica, quer a consolidação do

associativismo estudantil, quer ainda valorizando a participação dos alunos nas decisões e ações relacionadas com a planificação, atuação e avaliação das atividades que nela se desenvolvem (Pereira, 2009).

De acordo com Guerra:

A participação democrática dos membros da comunidade escolar não consiste apenas em emitir opinião sobre os pontos problemáticos, mas também em tomar parte ativa na planificação, execução, avaliação e mudança nas escolas. A participação não deve ser um simulacro, mas sim a realidade. Pedir a opinião nos assuntos triviais, quando todas as decisões substanciais estão tomadas, é um engano e provoca o desprezo e o afastamento dos interessados (Guerra, 2002a, p.67).

Para Apple e Beane (2000), as exigências da democracia no âmbito escolar têm dentro de si uma dinâmica de atividade, uma participação efetiva, uma aposta em algo que realmente importa: preparar os jovens para “abandonarem o papel passivo de consumidores do conhecimento e a assumirem o papel ativo de construtores de significados” (idem, p. 41).

Podemos então considerar, de acordo com Pereira (2009), que um dos aspetos de ação a considerar como contributo valioso de uma educação para o exercício de uma autêntica cidadania democrática diz respeito à promoção de oportunidades de participação dos jovens quer nos espaços formais, quer nos espaços informais da escola.

4.4. Formas de Participação dos Alunos

No quadro do regime de autonomia das escolas portuguesas, importa identificar os espaços formais e informais que são proporcionados aos jovens na tomada de decisões da vida organizativa da escola.

Segundo Lima (1992), uma vez consagrada como um direito e como instrumento de realização da democracia, a participação na educação e, designadamente, na escola, assume contornos normativos. Nesta perspetiva, a passividade e a não participação representam uma rutura preocupante. Adquirida como um princípio e consagrada, enquanto direito, a participação deve constituir uma prática normal, esperada e institucionalmente justificada.

Desde o 25 de abril que a participação é um elemento fundamental na política educativa. Da Constituição da República de 1976 à Lei de Bases do Sistema Educativo

de 1986, a participação na educação e na escola passou a ser um princípio democrático consagrado. A participação na escola exigiu, pelo menos do ponto de vista formal, a organização da escola para a participação, ou seja, a criação de estruturas e de órgãos onde essa participação se passaria a realizar de forma democrática (Lima, 1992).

Mas como promover a participação democrática nas escolas se elas próprias não forem contextos facilitadores de uma vivência democrática que possibilitem aos alunos oportunidades de participação (Pereira, 2009)?

Há que potenciar formas mais participativas dos alunos na vida da escola “...que possibilitem o desenvolvimento de um sentimento de pertença a este espaço coletivo onde se desenrolam quotidianos e sobre os quais é possível decidir ou influenciar a decisão” (Pereira, 2010, p.758).

4.5. Obstáculos à Participação dos Alunos

A diversidade dos percursos traçados no sentido da democratização da educação, do ensino e da escola, alargando a participação aos alunos, permite-nos identificar a existência de problemas e obstáculos que se têm revelado difíceis de ultrapassar. A escola democrática rejeita todas as formas de segregação social, admite e favorece a diversidade, condena a alienação e promove a solidariedade, procura institucionalizar novas formas de organização da escola (Lima, 1992). No entanto, a problemática da educação cívica, moral e social dos alunos continua a destacar-se. A escola tem desprezado quase completamente estas dimensões, e passados anos da instauração da democracia em Portugal, a escola não promove a educação dos alunos nesta área. Segundo Lima (1992), a eventual morosidade do interesse, e o indispensável, debate sobre as orientações a adotar, explicam os problemas sentidos e os atrasos verificados. Não é possível promover a participação e a educação democrática dos alunos num contexto escolar onde os professores, os pais e os representantes da comunidade local não participam, ou mesmo onde as decisões são exclusivamente tomadas pelos professores enquanto especialistas. A escola democrática assume que as decisões devem ser tomadas por todos os indivíduos que a integram, a realização deste princípio básico tem-se tornado muito problemática. A

escola marcada pela burocracia impede a democratização da educação escolar, é um obstáculo.

À escola compete desenvolver princípios de participação, igualdade de participação, de respeito e igualdade. Toda a comunidade escolar deve ter conhecimento da participação de todos os seus atores. Não se pode aprender a democracia só por se falar dela, é necessário praticá-la. O princípio democrático só se adquire pelo exercício dos direitos. Direito de dar opinião, de decidir, de participar, em igualdade de condições (Guerra, 2002a).

Terá que existir uma mudança nas escolas, a nível das estruturas, das atitudes e dos comportamentos, que segundo Guerra (2002a) enfrentam cinco distintos obstáculos: individualismo, rotinização, tempo, desinteresse e impaciência.

Individualismo - diz respeito à cultura das escolas que esteve muito tempo ancorada no individualismo, é muito importante que se progrida no sentido da participação e da democracia.

Rotinização - leva a que as escolas não reflitam, por todos que a integram, no sentido de melhorar de forma racional e justa as suas práticas.

Tempo - para favorecer a decisão participada, intercâmbio de opiniões, requer mais tempo que nem sempre a escola está disposta a utilizar, o mecanismo autocrático é mais célere.

Desinteresse - a falta de clareza nas regras de funcionamento afasta muitas vezes os alunos da participação. Entendem que as normas de participação estão viciadas e que só produzem um simulacro de democracia.

Impaciência – instituir a participação, aprender os mecanismos e as técnicas de organização e gerir nas instituições a democracia, é um processo que leva o seu tempo. A impaciência leva, por vezes, a tomar decisões arbitrárias.

Segundo Guerra (2002a), as dificuldades não devem impedir o avanço. As escolas podem transformar-se em pequenas ditaduras que deixam sem voz e sem liberdade os alunos. “Há que lutar por uma escola que se possa transformar num fermento da participação democrática na sociedade, porque ela própria a pratica, a explica e a enriquece.” (Guerra, 2002a, p.71).

4.6. Percepção dos Professores e Alunos Face à Participação dos Alunos

Vários estudos (Lima, 1992; Pereira, 2010 & Parreiral, 2011) apontam para uma dupla e divergente opinião, mas com a comum certeza, quanto à relevante e necessária presença dos alunos nos organismos da decisão da escola.

Apesar de se encontrar formalmente consagrado o exercício da democracia e participação dos alunos, os professores consideram, no entanto, em termos práticos, que esta participação resume-se a situações pontuais relacionadas com os conteúdos programáticos de algumas disciplinas que, na maior parte das vezes, acabam por não ter o impacto na comunidade educativa, que seria de esperar. O que pode dever-se, muitas vezes, ao facto de serem atividades propostas (impostas) sem a devida e necessária negociação por parte dos alunos. Porém, tal também se pode explicar pela falta de iniciativa que, de modo geral, caracteriza alguns alunos, quando lhes é solicitado sugestões ficam inativos. Os professores também consideram os alunos demasiado infantis e sem maturidade suficiente para terem uma participação mais ativa em espaços que, até então, não lhes têm sido disponibilizados. O que traduz numa grande debilidade e falta de consistência na participação dos alunos em alguns órgãos e cargos de mera formalidade, como por exemplo o caso do Delegado de Turma e da própria Associação de Estudantes. Esta situação deve-se, e muito, ao facto de a escola não reconhecer, ainda, a relevância de uma maior participação efetiva dos alunos, nos vários contextos onde são, de facto, peça fundamental na dinâmica do sistema escolar. Porém os professores têm consciência de que podiam fazer mais e melhor no que respeita a uma ação educativa de maior participação.

Na sua ação nos diferentes contextos escolares, os alunos quando questionados sobre a sua participação na tomada de decisões relativas a si enquanto sujeitos pertencentes à instituição, de modo geral, mostram-se descontentes. Mas, um descontentamento resignado a uma certa impotência para alterar tal situação. Os alunos têm consciência de que podiam ter mais iniciativa, propondo e sugerindo possíveis formas e oportunidades de participação tanto em espaços formais como informais da escola. E, uma constatação importante é que os alunos sentem que a escola é deles e para eles, pelo que também se mostram seguros de que devem sempre fazer algo mais para que aquele espaço e tempo escolares se tornem, então,

mais significativos para si (Parreiral, 2011). Os alunos têm um sentimento generalizado de pertença, mas na prática, não se parece concretizar para além do espaço e do tempo de aula.

Já em 1992 Lima, referiu que as principais razões invocadas para a falta de participação ativa se prendia com os próprios alunos (responsabilizando-os), com o sistema educativo e social. A participação dos alunos incide nas áreas pedagógicas, letivas, e algumas extracurriculares, a participação na gestão tem pouco significado. Embora valorizada em termos discursivos, a participação dos alunos, não é traduzida, ainda que minimamente na ação. Marcada pela passividade a partir do início da década de oitenta, a participação discente nos órgãos de gestão, continua a ser assinalada pela não participação. No entanto, já em 1992, segundo Lima, os alunos tinham consciência da importância da sua participação e propunham a alteração da situação. Relatavam os alunos de uma Associação de Estudantes:

(...) procuramos transmitir-vos uma triste constatação. Os alunos desta escola limitam-se a entrar na escola para assistirem às aulas e seguidamente vão embora, sem se preocuparem com a água que falta nas casas de banho, com o nosso bar, que cada vez se torna mais pequenino, etc. é tempo de darmos as mãos e unirmo-nos todos em volta de um ideal comum: a nossa querida escola!... (Lima, 1992, p.463).

De um modo mais explícito, existem várias finalidades e eixos segundo os quais é possível pensar a participação dos alunos. Entre eles, a finalidade orientada pela ideia de democracia, que anda frequentemente associada a um conjunto de ações desenvolvidas pelas escolas e que pretendem promover valores universais, centrando-se nas pessoas dos alunos e nos processos que defendem e permitem o envolvimento regular e significativo dos alunos na definição de metas e objetivos, na resolução de problemas, no processo de tomada de decisão, no acesso à informação e no controlo da execução.

A finalidade, que nos servirá de linha orientadora, é a que pode orientar o conceito e as atividades de participação, considerando o aluno como um destinatário consciente e crítico de uma formação que a escola oferece e conta com a sua voz e com a sua participação, numa visão partilhada onde os alunos se sintam como parte integrante de organização, como condição para a melhoria do serviço prestado. Participar significa nesta dimensão assumir o papel de ator que afere a adequação das medidas tomadas e contribui para a sua reformulação (Rudduck & Flutter, 2000 in Mouraz,

2011), numa educação 'pela', em vez de uma educação 'para' a democracia (Pereira, 2009), na realização progressiva das possibilidades presentes, tornando assim, os indivíduos mais aptos a lidar com as exigências do futuro (Dewey, 2007).

Neste contexto, participar é, em suma, fazer parte de um todo maior, independentemente dos sentidos que é possível atribuir-se à participação. Para que se possa defender a participação dos alunos na vida das escolas há que encará-los como parte integrante dela. É preciso reconhecer aos alunos o direito de interferirem na organização do seu próprio trabalho, no respeito das suas competências próprias e de um modo ajustado à sua idade e esfera de influência (Barroso, 2005).

CAPITULO III – ESTUDO EMPIRICO

1. PÚBLICO-ALVO E AMOSTRA

Sendo que o objetivo geral do projeto se prende com o envolvimento dos alunos, no planeamento e implementação de ações estratégicas que visem a sua participação na vida da escola, é de todo pertinente saber como é que os alunos e professores caracterizam a participação discente para posterior elaboração de um plano de ação com vista a uma maior participação dos alunos na vida da escola, com base num conhecimento profundo da realidade de forma a contribuir para a melhoria dos resultados sociais. Surge-nos então como público-alvo os alunos, publico diretamente implicado, e os professores Diretores de Turma enquanto coordenadores, dos Conselhos de Turma, onde os alunos podem ter uma participação formalmente ativa, e das atividades da turma, nomeadamente com os Delegados de Turma, nas Assembleias de Turma e na aula de Formação Cívica, especificamente na transmissão de valores cívicos e democráticos.

Uma vez que o estudo foi realizado numa escola, não se torna difícil, através da base de dados da escola, dispor de uma lista exaustiva dos membros da população a estudar – uma base de sondagem. Para esta realidade, a situação ideal é a amostra aleatória, e ao “aumentarmos a dimensão da amostra temos mais possibilidades de descobrir relações, mesmo ténues” (Ghiglione & Matalon 1992, p.64). O nosso estudo compreende duas amostras, os alunos dos 2.º e 3.º ciclos e os Diretores de Turma. Assim, auscultamos 47% dos alunos e 94% dos Diretores de Turma, garantindo desta forma a qualidade e validade dos resultados.

1.1. Constituição da Amostra dos Alunos

A amostra foi constituída por 401 alunos dos 2.º e 3.º ciclos de ambos os sexos, sendo 53% do sexo masculino e 47% do sexo feminino. Quanto aos anos de escolaridade, a amostra foi composta por 35%, 30%, 8%, 11%, 10% e 6% de alunos dos 5.º, 6.º, 7.º, 8.º e 9.º anos, e CVPA respetivamente.

No que respeita à idade dos alunos, destacam-se os alunos com 10 anos de idade, 25% e com 11 anos, 27%. A média das idades é de 12 anos (quadro 3).

Distribuição da amostra segundo a idade		
Sexo	Frequência	Porcentagem
10 Anos	100	25%
11 Anos	108	27%
12 Anos	55	13%
13 Anos	43	11%
14 Anos	48	12%
15 Anos	19	5%
16 Anos	20	5%
17 Anos	8	2%
TOTAL	401	100%

Quadro 3: Distribuição da amostra segundo a idade

1.2. Constituição da Amostra dos Professores Diretores de Turma

A amostra foi constituída por 31 Diretores de Turma de ambos os sexos, sendo predominante o sexo feminino com 71% dos seus representantes.

Relativamente ao tempo de serviço, maioritariamente, os Diretores de Turma apresentam entre 11 a 20 anos de serviço (61%), e apenas 3% têm cinco a dez anos de serviço (quadro 4).

Tempo de serviço (em 31 / 08/ 14)		
Tempo de Serviço	Frequência	Porcentagem
5 - 10 anos	1	3%
11 - 20 anos	19	61%
21 - 30 anos	4	13%
>30 anos	7	23%
TOTAL	31	100%

Quadro 4: Tempo de serviço (em 31 / 08/ 14)

Quanto à categoria profissional, apenas 6% da amostra são professores contratados e 94% são professores do quadro.

2. METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS

Um procedimento consiste em descrever os princípios fundamentais a executar em qualquer processo de investigação, exigindo uma determinada hierarquia de atos epistemológicos (Quivy & Campenhoudt, 1998).

Assim, uma vez definida a questão de partida, como primeiro fio condutor, tentou-se exprimir o mais corretamente possível o que se procura saber, elucidar e compreender melhor. Definiram-se as grandes orientações da investigação através da pertinência do problema relacionada com a questão de partida, assim como alguns objetivos relacionados com o conhecimento e transformação da realidade diretamente ligados com a problemática. Procedeu-se ainda à contextualização através de uma breve caracterização do objeto de estudo, a Escola do Sol. A familiaridade com o terreno escolar, por questões profissionais, permitiu-nos abreviar consideravelmente o processo de aproximação ao objeto de estudo. Posteriormente, efetuou-se uma fase de exploração, comportando operações de leitura que visaram essencialmente assegurar a qualidade da problematização, de forma a encontrar ideias e pistas de reflexão esclarecedoras, baseadas em quadros conceptuais reconhecidos.

Definida a problemática do estudo passou-se, à construção do modelo de análise, que constitui a articulação entre a problemática fixada, por um lado, e o trabalho de elucidação sobre o campo de análise forçosamente restrito e preciso, por outro.

Quanto ao trabalho de campo, uma vez delimitado o campo de observação e definidos os instrumentos de recolha de informação – inquérito por questionário, foram elaborados os questionários, validados e posteriormente aplicados na investigação. Outro instrumento de investigação utilizado neste estudo foi a análise de conteúdo do Regulamento Interno (RI), do Projeto Educativo (PE) e do Plano Anual de Atividades (PAA) da escola em estudo, uma vez que constituem instrumentos do processo de autonomia das escolas, de acordo com o Decreto-Lei n.º 75/2008 (artigo 9º).

A análise dos dados, foi realizada por análise de conteúdo e estatística de dados, de forma a confrontar os resultados observados com a problemática definida.

3. TÉCNICAS E INSTRUMENTOS DE RECOLHA DE DADOS

O inquérito por questionário, “a técnica de construção de dados que mais se compatibiliza com a racionalidade instrumental e técnica que tem predomínio nas ciências e na sociedade em geral” (Ferreira, 2001, p.167), será uma das técnicas de eleição desta pesquisa a aplicar a toda a amostra.

Para dar resposta ao problema geral da nossa investigação, elaboramos dois questionários: um dirigido aos alunos (apêndice I), adaptado de Pereira (2009) e Lima (1992) e outro dirigido aos professores Diretores de Turma (apêndice II), adaptado de Lima (1992), que depois de validados foram aplicados na investigação. A adoção do questionário foi uma forma de garantir, por um lado, o anonimato da cada participante, deixando os alunos e Professores Diretores de Turma mais à vontade para expressar as suas ideias, pensamentos e sentimentos e, por outro, abranger um maior número de inquiridos. Os questionários foram preenchidos *online*, de forma a facilitar o preenchimento por parte dos inquiridos e como forma motivacional para os alunos, e também como meio facilitador do tratamento dos dados.

No entanto, “...o principal instrumento de pesquisa, é o próprio investigador” (Costa, 2001, p.132). Corroborando com Costa (2001), para que houvesse um maior rigor na aplicação dos questionários dos alunos, estes foram aplicados *online* sob a nossa orientação na sala de aula, evitando também, desta forma, a preparação de auxiliares de investigação e, assim, divergências nas indicações transmitidas.

Outra técnica de investigação utilizada, como já referido, foi a análise de conteúdo do Regulamento Interno, do Projeto Educativo e do Plano Anual de Atividades da escola em estudo, uma vez que constituem instrumentos do processo de autonomia das escolas, de acordo com o Decreto-Lei n.º 75/2008 (artigo 9º). Pretendemos, através da análise do conteúdo destes três documentos, compreender a importância atribuída pela escola em estudo relativamente à participação dos alunos, identificando referências quanto a espaços de participação, bem como no que diz respeito aos processos utilizados para a operacionalização dos mesmos. Elaboramos, também, uma grelha de análise da leitura do Decreto-Lei n.º 75/2008, assinalando todos os artigos que fazem referência à participação dos alunos, o que nos permite compreender melhor a forma como a escola, no exercício da sua autonomia, promove, ou não, a participação efetiva dos alunos.

4. TÉCNICAS DE ANÁLISE DE DADOS

A maior parte dos métodos de análise da informação dependem de duas grandes categorias: análise de conteúdo e a análise estatística dos dados (Quivy & Campenhoudt, 1998).

A análise de conteúdo na investigação social é cada vez mais utilizada, nomeadamente porque oferece a possibilidade de tratar de forma metódica, informações e testemunhos que apresentam um certo grau de profundidade e de complexidade. A análise de conteúdo permite quando incide sobre um material rico e penetrante, satisfazer harmoniosamente as exigências do rigor metodológico e da profundidade inventiva. Estando frequentemente associada a análise de documentos, cujos elementos de informação se prestam particularmente bem a um tratamento através da análise da enunciação e da análise estrutural; mais raramente aos inquéritos por questionário para o tratamento das perguntas abertas (Quivy & Campenhoudt, 1998). Será portanto determinante o método de análise de conteúdo nesta pesquisa para a análise das perguntas abertas do inquérito por questionário (a aplicar a toda a amostra) e análise documental, garantindo desta forma rigor e profundidade.

A análise estatística, por sua vez, ao apresentar os mesmos dados sob diversas formas favorece incontestavelmente a qualidade das interpretações, assim a estatística descritiva e a expressão gráfica dos dados são muito mais do que um simples método de exposição dos resultados. Estas técnicas gráficas e estatísticas dizem principalmente respeito à análise das frequências dos fenómenos e da sua distribuição. Os dados recolhidos por um inquérito por questionário, em que grande número de respostas são pré-codificadas, não têm significado em si mesmas. Só são úteis se analisadas estatisticamente através de um tratamento quantitativo que permita comparar as respostas globais de diferentes categorias (Quivy & Campenhoudt, 1998). Neste sentido, a análise estatística também foi um método a adotar para a análise dos inquéritos por questionário. Para tal foi usado o programa estatístico SPSS (*Statistical Package for Social Sciences*) para o *Windows*.

5. APRESENTAÇÃO DOS DADOS DOS QUESTIONÁRIOS AOS ALUNOS

Todos os dados resultantes do tratamento dos questionários aplicados aos alunos, seguem em apêndice sob a forma de gráficos e quadros como meio de favorecer incontestavelmente a qualidade das interpretações (apêndice III – dados dos 2.º e 3.º ciclos).

5.1. Sobre o Conhecimento dos Alunos dos Diferentes Órgãos de Administração/ Gestão e Documentos de Orientação, Planejamento e Funcionamento

Grande percentagem dos alunos (83%) não sabe o que é um Plano Anual de Atividades. Apenas 17% refere saber o que é (quadro 5).

Sabes o que é o Plano Anual de Atividades de uma escola?		
Categorias	Frequência	Percentagem
Sim	67	17%
Não	334	83%
TOTAL	401	100%

Quadro 5: Conhecimento sobre o que é um Plano Anual de Atividades de uma escola

Dos 67 alunos que referiram saber o que é um Plano Anual de Atividades, 64% não respondem à questão sobre em que é que ele consiste e 25% dizem ser as atividades realizadas na escola ao longo do ano letivo (quadro 6).

Se sim, diz o que é		
Categorias	Frequência	Percentagem
Atividades realizadas na escola ao longo do ano letivo	16	25%
Visitas de estudo	1	1%
Atividades de melhoria da escola	2	3%
Funcionamento da escola	3	4%
Outras	2	3%
Não responde	43	64%
TOTAL	67	100%

Quadro 6: Alunos que referiram saber o que é o Plano Anual de Atividades de uma escola

Dos alunos inquiridos, apenas 14% dizem ter dado sugestões para o Plano Anual de Atividades (quadro 7).

Sugeriste atividades para o Plano Anual de Atividades da tua escola?		
Categorias	Frequência	Percentagem
Sim	55	14%
Não	346	86%
TOTAL	401	100%

Quadro 7: Alunos que sugeriram atividades para o Plano Anual de Atividades

Dos 55 alunos que referiram ter dado sugestões para o Plano Anual de Atividades, 35% dizem tê-lo feito através do Diretor de Turma e 32% através do preenchimento de questionário. No entanto é de salientar que se verificaram resultados diferentes entre o 2.º e 3.º ciclos. No 2.º ciclo, 44% dizem que o fizeram através do Diretor de Turma e 26% através do preenchimento de questionário. No 3.º ciclo, 42% referem ter sido através do preenchimento de questionário e 39% pelos professores da turma (quadro 8).

Se sim, onde fizeste as tuas sugestões.						
Categorias	Frequência			Percentagem		
	2.º Ciclo	3.º Ciclo	Total	2.º Ciclo	3.º Ciclo	Total
Ao (à) Diretor (a) de Turma	22	6	28	44%	19%	35%
Aos Professores da Turma	2	12	14	4%	39%	17%
Ao Delegado de Turma	10	0	10	20%	0%	12%
Preenchimento de questionário	13	13	26	26%	42%	32%
Outra. Qual?	3	0	3	6%	0%	4%
TOTAL	50	31	81	100%	100%	100%

Quadro 8: Onde é que os alunos fizeram as sugestões para o Plano Anual de Atividades

Apenas 13% dos alunos referiu conhecer o Plano Anual de Atividades (quadro 9).

Conheces o Plano Anual de Atividades da tua escola?		
Categorias	Frequência	Percentagem
Sim	54	13%
Não	347	87%
TOTAL	401	100%

Quadro 9: Conhecimento sobre o Plano Anual de Atividades

Dos 54 alunos que afirmaram conhecer o Plano Anual de Atividades, 59% dizem ter tido conhecimento do mesmo através do Diretor de Turma. No entanto é de salientar que se verificaram resultados diferentes entre o 2.º e 3.º ciclos. No 2.º ciclo, 66% também referem ter tido conhecimento através do Diretor de Turma. No 3.º ciclo, salienta-se ainda os Diretores de Turma com 45%, mas também se destaca o Delegado de Turma com 30% (quadro 10).

Se sim, de que forma é que tomaste conhecimento do mesmo?						
Categorias	Frequência			Percentagem		
	2.º Ciclo	3.º Ciclo	Total	2.º Ciclo	3.º Ciclo	Total
Através do (a) Diretor (a) de Turma	25	9	34	66%	45%	59%
Por leitura do mesmo no site do Agrupamento	5	4	9	13%	20%	16%
Por intermédio do (a) Delegado (a) de Turma	4	6	10	10,5%	30%	17%
Outra. Qual?	4	1	5	10,5%	5%	8%
TOTAL	38	20	58	100%	100%	100%

Quadro 10: Como é que os alunos tomaram conhecimento do Plano Anual de Atividades

Verifica-se um equilíbrio entre o conhecimento e não conhecimento do que é o Regulamento Interno. 52% dos alunos referem saber o que é o Regulamento Interno e 48% referem não saber (quadro 11).

Sabes o que é o Regulamento Interno da escola?		
Categorias	Frequência	Percentagem
Sim	210	52%
Não	191	48%
TOTAL	401	100%

Quadro 11: Conhecimento sobre o que é o Regulamento Interno

Dos 210 alunos que referiram saber o que é o Regulamento Interno, 61% não respondem à questão sobre em que é que ele consiste, e 29% dizem ser as regras de funcionamento da escola (quadro 12).

Se sim, diz em que consiste		
Categorias	Frequência	Percentagem
Regras de funcionamento da escola	61	29%
Castigos/ Punições	8	4%
Direitos e deveres	4	2%
Outras	8	4%
Não responde	129	61%
TOTAL	210	100%

Quadro 12: Alunos que referiram saber o que é o Regulamento Interno de uma escola

Apenas 5% dos alunos referiu ter dado sugestões para a elaboração do Regulamento Interno (quadro 13).

Deste sugestões para a sua elaboração		
Categorias	Frequência	Percentagem
Sim	22	5%
Não	379	95%
TOTAL	401	100%

Quadro 13: Alunos que deram sugestões para o Regulamento Interno

É de realçar que apenas os alunos do 2.º ciclo referiram ter dado sugestões para a elaboração do Regulamento Interno, e dos 22 alunos que o fizeram, 68% dizem que sim, mas não responderam como foi a sua participação (quadro 14).

Se sim, de que forma foi a tua participação?		
Categorias	Frequência 2.º Ciclo	Percentagem 2.º Ciclo
Através do Diretor de Turma	1	5%
Preenchimento de formulário	1	5%
Outras	5	22%
Não responde	15	68%
TOTAL	22	100%

Quadro 14: Alunos que referiram ter dado sugestões para o Regulamento Interno

Apesar de 58% dos alunos afirmarem que não conhecem o Regulamento Interno em vigor na sua escola, 42% dizem ter conhecimento dele (quadro 15).

Conheces o Regulamento Interno da tua escola?		
Categorias	Frequência	Percentagem
Sim	169	42%
Não	232	58%
TOTAL	401	100%

Quadro 15: Conhecimento sobre o Regulamento Interno

Dos 169 alunos que afirmaram conhecer o Regulamento Interno, 66% dizem ter tido conhecimento do mesmo através do Diretor de Turma e 27% por leitura no *site* do agrupamento (quadro 16).

Se sim , como foi que tomaste conhecimento deste documento?		
Categorias	Frequência	Percentagem
Através do (a) Diretor (a) de Turma	111	66%
Por leitura do mesmo no site do Agrupamento	46	27%
Por intermédio do (a) Delegado (a) de Turma	4	2%
Outra. Qual?	8	5%
TOTAL	169	100%

Quadro 16: Como é que os alunos tomaram conhecimento do Regulamento Interno

Dos órgãos de administração e gestão das escolas que os alunos referiram conhecer, destaca-se a Direção com 92% seguido do Conselho Administrativo com 35% (quadro 17).

Dos Órgãos de Administração e Gestão das Escolas assinala aquele (s) que conheces:						
Categorias	Frequência			Percentagem		
	Sim	Não	Total	Sim	Não	Total
Conselho Geral	49	352	401	12%	88%	100%
Direção	390	11	401	97%	3%	100%
Conselho Pedagógico	41	360	401	10%	90%	100%
Conselho Administrativo	139	262	401	35%	65%	100%

Quadro 17: Órgãos de Administração e Gestão das escolas que os alunos conhecem

5.2. Sobre a Participação dos Alunos na Vida da Escola

No que respeita à Associação de Estudantes, 89% dos alunos consideram importante a sua existência (quadro 18).

A tua escola não tem Associação de Estudantes , achavas importante a sua existência?		
Categorias	Frequência	Percentagem
Sim	358	89%
Não	43	11%
TOTAL	401	100%

Quadro 18: Importância da Associação de Estudantes

Das 1203 respostas obtidas relativamente à função da Associação de Estudantes destacam-se: em 1.º lugar, o proporcionar espaços agradáveis de convívio aos alunos (16%); em 2.º lugar, a representação dos alunos e defender os seus interesses (14%) e em 3.º lugar, promover atividades culturais e desportivas (13%) execuo com contribuir para a melhoria dos espaços da escola com o mesmo valor (13%) e em 4.º lugar, organizar festas para os alunos (12%) (quadro 19).

Qual é a função de uma Associação de Estudantes?		
Categorias	Frequência	Percentagem
Proporcionar espaços agradáveis de convívio aos alunos	192	16%
Promover atividades culturais e desportivas	161	13%
Promover a participação dos alunos na discussão de problemas da escola	91	8%
Servir de elo de ligação entre os alunos e os órgãos de administração e gestão da escola	44	4%
Representar os alunos e defender os seus interesses	170	14%
Proporcionar momentos de animação durante os intervalos das aulas	88	7%
Contribuir para a melhoria dos espaços da escola	156	13%
Guardar materiais dos alunos nos intervalos das aulas	26	2%
Apoiar os alunos durante os intervalos das aulas	44	4%
Emprestar material aos alunos durante os intervalos das aulas	5	0%
Promover concursos variados na escola	70	6%
Organizar festas para os alunos	148	12%
Outra. Qual?	8	1%
TOTAL	1203	100%

Quadro 19: Função da Associação de Estudantes

Da opinião sobre a importância atribuída ao Delegado de Turma, destaca-se a relevância que lhe é atribuída pela grande maioria dos alunos com 89% (quadro 20).

Julgas Importante a existência de um (a) Delegado (a) de Turma?		
Categorias	Frequência	Percentagem
Sim	357	89%
Não	44	11%
TOTAL	401	100%

Quadro 20: Importância do Delegado de Turma

Das 1203 respostas obtidas no que concerne às funções do Delegado de Turma, destacam-se, em 1.º lugar, a função de representar os alunos da turma no Conselho de Turma com 21%; em 2.º lugar, o registo dos comportamentos dos colegas quando um professor se retira da sala com 20% e em 3.º lugar, o representar a turma e participar em reuniões com outros Delegados de Turma com 19%.

No entanto, é de salientar que se verificaram resultados diferentes entre o 2.º e 3.º ciclos. No 2.º ciclo, destaca-se, em 1.º lugar, o registo dos comportamentos dos colegas quando um professor se retira da sala com 23% e em 2.º lugar, a função de representar os alunos da turma no Conselho de Turma com 18% e a função de representar a turma e participar em reuniões com outros Delegados de Turma, também com 18%. No 3.º ciclo, destaca-se, em 1.º lugar, a função de representar os alunos da turma no Conselho de Turma com 26%; em 2.º lugar, o representar a turma e participar em reuniões com outros Delegados de Turma com 22% e em 3.º lugar o auxiliar o Diretor de Turma em tarefas de direção de turma com 19% (quadro 21).

Quais as funções de um(a) Delegado(a) de Turma?						
Categorias	Frequência			Porcentagem		
	2.º Ciclo	3.º Ciclo	Total	2.º Ciclo	3.º Ciclo	Total
Auxiliar o Diretor de Turma em tarefas de direção de turma	139	80	219	17%	19%	18%
Registrar os comportamentos dos colegas quando um professor se retira sala	177	62	239	23%	15%	20%
Coordenar reuniões com os colegas da turma para debater problemas e elaborar propostas para o Conselho de Turma	93	54	147	12%	13%	13%
Representar os alunos da turma no Conselho de Turma	142	109	251	18%	26%	21%
Auxiliar os professores em tarefas da sala de aula	81	20	101	10%	5%	8%
Representar a turma e participar em reuniões com outros Delegados de Turma	140	90	230	18%	22%	19%
Outra. Qual?	14	2	16	2%	0%	1%
TOTAL	786	417	1203	100%	100%	100%

Quadro 21: Funções do Delegado de Turma

Das características do Delegado de Turma, ressaltam a responsabilidade (24%) e o bom aproveitamento (19%) (quadro 22).

Quando eleges o(a) Delegado(a) de Turma que características te parecem mais importantes?		
Categorias	Frequência	Porcentagem
Simpatia	127	11%
Bom aproveitamento	42	4%
Bom comportamento	223	19%
Responsabilidade	292	24%
Bom relacionamento com os outros (alunos e professores)	89	7%
Espírito de iniciativa	27	2%
Capacidade de escutar	31	3%
Respeitador(a) das opiniões dos outros	113	9%
Ter espírito de liderança	33	3%
Ter capacidade de trabalho	34	3%
Ser justo(a)	145	12%
Ser tolerante	30	3%
Ser o (a) mais popular	3	0%
Os professores gostarem dele (a)	7	0%
Outra. Qual?	7	0%
TOTAL	1203	100%

Quadro 22: Características do Delegado de Turma

A grande parte da resolução dos problemas da turma parece não passar pelo Delegado de Turma, uma vez que só 35% dos alunos referem que o Delegado de Turma já resolveu algum problema da turma (quadro 23).

O(A) Delegado(a) da tua Turma já resolveu algum problema da turma?		
Categorias	Frequência	Porcentagem
Sim	141	35%
Não	260	65%
TOTAL	401	100%

Quadro 23: Delegado de Turma resolveu algum problema da turma

A maioria dos Delegados de Turma não consultam os alunos da turma para tentar resolver os problemas da turma. Só 31% dos delegados é que consultam a turma (quadro 24).

O(A) Delegado(a) da tua Turma consulta frequentemente os alunos para tentar resolver algum problema?		
Categorias	Frequência	Porcentagem
Sim	124	31%
Não	277	69%
TOTAL	401	100%

Quadro 24: Delegado de Turma consulta os alunos da turma

A grande maioria dos alunos participa na eleição do Delegado de Turma (90%) (quadro 25).

Participas na eleição do(a) Delegado(a) da tua Turma?		
Categorias	Frequência	Porcentagem
Sim	360	90%
Não	41	10%
TOTAL	401	100%

Quadro 25: Participação na eleição do Delegado de Turma

No que concerne à orientação da eleição do Delegado de Turma, 65% dos alunos, referem que esta responsabilidade está a cargo do Diretor de Turma, e 31%, referem que esta também é da responsabilidade dos alunos da turma (quadro 26).

Quem orientou a eleição do(a) delegado(a) da tua turma?		
Categorias	Frequência	Porcentagem
Diretor de turma	318	65%
Professores da turma	19	4%
Alunos da turma	154	31%
Outra. Qual?	0	0%
TOTAL	491	100%

Quadro 26: Orientação da eleição do Delegado de Turma

Da totalidade dos alunos, 52% dizem que a eleição do Delegado de Turma decorreu na aula de Formação Cívica. No entanto, é de salientar que se verificaram resultados diferentes entre o 2.º e 3.º ciclos. No 2.º ciclo, 54% dos alunos referem que a eleição decorreu na aula com o Diretor de Turma e no 3.º ciclo, 73% dos alunos mencionam que a eleição do Delegado de Turma decorreu na aula de Formação Cívica (quadro 27).

Em que aula decorreu a eleição do(a) delegado(a) da tua turma?						
Categorias	Frequência			Percentagem		
	2.º Ciclo	3.º Ciclo	Total	2.º Ciclo	3.º Ciclo	Total
Na aula de Formação Cívica	107	101	208	42%	73%	52%
Na aula com o(a) Diretor(a) de Turma	142	35	177	54%	25%	44%
Na aula com professores da turma	11	2	13	4%	1%	3%
Outra. Qual?	2	1	3	0%	1%	1%
TOTAL	262	139	401	100%	100%	100%

Quadro 27: Aula em que decorreu a eleição do Delegado de Turma

No que diz respeito à realização de Assembleias/ Reuniões de Turma, 83% dos inquiridos dizem que estas não existem (quadro 28).

A tua turma costuma a realizar Assembleias/ Reuniões de Turma?		
Categorias	Frequência	Percentagem
Sim	69	17%
Não	332	83%
TOTAL	401	100%

Quadro 28: Assembleias/ Reuniões de Turma

Dos 69 alunos que afirmaram existir Assembleias/ Reuniões de Turma, 71% dizem ser o Diretor de Turma a dirigir as reuniões e 25% referem ser o Delegado de Turma (quadro 29).

Se sim, quem dirige a reunião?		
Categorias	Frequência	Percentagem
Diretor(a) de Turma	66	71%
Professores da turma	4	4%
Delegado(a) de Turma	23	25%
Outra. Qual?	0	0%
TOTAL	93	100%

Quadro 29: Quem dirige as Assembleias/ Reuniões de Turma

Dos 69 alunos que afirmaram existir Assembleias/ Reuniões de Turma, 56% dizem que estas decorrem na aula de Formação Cívica e 25% referem ser na aula com o Diretor de Turma (quadro 30).

Se sim, em que tempos decorrem?		
Categorias	Frequência	Percentagem
Na aula de Formação Cívica	51	56%
Na aula com o(a) Diretor(a) de Turma	23	25%
Na aula com professores da turma	1	1%
Fora dos tempos letivos	5	5%
Outra. Qual?	12	13%
TOTAL	92	100%

Quadro 30: Em que tempos decorrem as Assembleias/ Reuniões de Turma

Dos 69 alunos que afirmaram existir Assembleias/ Reuniões de Turma, 47% refere que estas se realizam todas as semanas, seguindo-se 27% para os quais a frequência corresponde a uma vez por período letivo (quadro 31).

Se sim, com que frequência se fazem as Assembleias/ Reuniões de Turma?		
Categorias	Frequência	Percentagem
Todas as semanas	32	47%
De 15 em 15 dias	11	16%
De mês a mês	6	9%
Uma vez por período letivo	18	27%
Outra. Qual?	1	1%
TOTAL	68	100%

Quadro 31: Frequência com que se realizam as Assembleias/ Reuniões de Turma

Os objetivos predominantes das Assembleias/ Reuniões de Turma consistem em resolver questões de comportamento dos alunos (31%) e decidir atividades a realizar pela turma (26%) (quadro 32).

Qual o objetivo das Assembleias/ Reuniões de Turma?		
Categorias	Frequência	Percentagem
Resolver questões de comportamento dos alunos	368	31%
Decidir sobre visitas de estudo	159	13%
Decidir atividades a realizar pela turma	310	26%
Discutir propostas para o Conselho de Turma	231	19%
Eleger o(a) Delegado(a) de Turma	124	10%
Outra. Qual?	11	1%
TOTAL	1203	100%

Quadro 32: Objetivo das Assembleias/ Reuniões de Turma

Dos 69 alunos que afirmaram existir Assembleias/ Reuniões de Turma, a maioria responde que as decisões são tomadas por maioria de voto (62%) enquanto 22% respondem por decisão do Diretor de Turma 22%. No entanto é de salientar que se

verificaram resultados diferentes entre o 2.º e 3.º ciclos. Das 86 respostas do 2.º ciclo, sobressai que as decisões são tomadas por maioria de voto (63%) e por decisão do Delegado de Turma (20%). Já no 3.º ciclo, destaca-se também que as decisões são tomadas por maioria de voto (58%) e depois, diferente do 2.º ciclo, por decisão do Diretor de Turma (38%) (quadro 33).

Se sim , como são tomadas as decisões nas Assembleias/ Reuniões de Turma?						
Categorias	Frequência			Percentagem		
	2.º Ciclo	3.º Ciclo	Total	2.º Ciclo	3.º Ciclo	Total
Por maioria de votação	54	15	69	63%	58%	62%
Por decisão do(a) Delegado(a) de Turma	17	1	18	20%	4%	16%
Por decisão do(a) Diretor(a) de Turma	15	10	25	17%	38%	22%
Outra. Qual?	0	0	0	0%	0%	0%
TOTAL	86	26	112	100%	100%	100%

Quadro 33: Decisões das Assembleias/ Reuniões de Turma

Relativamente ao conhecimento sobre o que é o Plano da Turma, 80% dos alunos referiu que não sabe o que é (quadro 34).

Sabes o que é o Plano da Turma?		
Categorias	Frequência	Percentagem
Sim	81	20%
Não	320	80%
TOTAL	401	100%

Quadro 34: Conhecimento sobre o que é o Plano da Turma

Dos 81 alunos que referiram saber o que é o Plano da Turma, 77% diz saber o que é, mas não explicitam em que consiste, e apenas 15% refere ser o plano de atividades da turma (quadro 35).

Se sim , diz o que é		
Categorias	Frequência	Percentagem
Plano de atividades da turma	12	15%
Discutir assuntos e/ ou atividades da turma	4	5%
Outras	3	5%
Não responde	62	77%
TOTAL	81	100%

Quadro 35: Alunos que referiram saber o que é o Plano da Turma

No que concerne à participação com propostas para o Plano da Turma, 84% dos alunos referiu que não fez propostas (quadro 36).

Participaste na proposta de atividades para o Plano da Turma?		
Categorias	Frequência	Percentagem
Sim	65	16%
Não	336	84%
TOTAL	401	100%

Quadro 36: Participação na proposta de atividades para o Plano da Turma

Dos 65 alunos que referiram que fizeram propostas de atividades para o Plano da Turma, 60% dizem que fizeram propostas, mas não respondem quanto ao seu conteúdo e ao processo seguido; 15% dizem ter feito propostas de atividades de embelezamento da escola e 14% referem que participaram com propostas de atividades (quadro 37).

De que forma foi a tua participação?		
Categorias	Frequência	Percentagem
Por votação	3	4%
Com propostas de atividades	9	14%
Com propostas de atividades de embelezamento da escola	10	15%
Outras	4	7%
Não responde	39	60%
TOTAL	65	100%

Quadro 37: Forma de participação na proposta de atividades para o Plano da Turma

5.3. Opinião dos Alunos Sobre o Tipo de Participação que devem ter na Vida da Escola

A participação dos alunos nas decisões da vida da escola é considerada suficiente, por 42% dos alunos e insuficiente, por 24% dos alunos. Observam-se diferenças entre os 2.º e 3.º ciclos, 45% dos alunos do 2.º ciclo também consideram a participação suficiente, enquanto 22% a consideram insuficiente. Já os alunos do 3.º ciclo, também consideram a participação suficiente, participam em algumas decisões, mas com 36% e nula, não participam em nenhuma decisão, com 29% (quadro 38).

Como classificas a tua participação nas várias decisões da vida da escola?						
Categorias	Frequência			Percentagem		
	2.º Ciclo	3.º Ciclo	Total	2.º Ciclo	3.º Ciclo	Total
Nula (não participo em nenhuma decisão)	50	41	91	19%	29%	22%
Insuficiente (não participo em quase nenhuma decisão)	57	38	95	22%	27%	24%
Suficiente (participo em algumas decisões)	117	50	167	45%	36%	42%
Satisfatória (participo em quase todas as decisões)	38	10	48	15%	7%	12%
TOTAL	262	139	401	100%	100%	100%

Quadro 38: Classificação da participação dos alunos nas várias decisões da vida da escola

Relativamente à importância que os alunos atribuem à sua participação na vida da escola, 74% considera a sua participação indispensável, necessária, embora haja 19% dos alunos a revelar indiferença (quadro 39).

Para ti, a participação dos alunos nas decisões sobre a vida da escola é:		
Categorias	Frequência	Percentagem
Dispensável (Não necessária)	30	7%
Indispensável (Necessária)	295	74%
Indiferente (Embora devam fazer parte dos órgãos que decidem a vida da escola, os adultos é que decidem)	76	19%
TOTAL	401	100%

Quadro 39: Importância que os alunos atribuem à sua participação nas decisões da vida da escola

Dos 84 alunos que justificaram a importância atribuída à sua participação nas decisões da vida da escola, 49% referiram que é importante ouvir a voz dos alunos e 22% disseram que os alunos podem ter opiniões diferentes dos professores (quadro 40).

Porque		
Categorias	Frequência	Porcentagem
É importante ouvir os alunos	41	49%
Os alunos podem ter opiniões diferentes dos professores	19	22%
Os alunos devem colaborar na vida da escola	10	12%
Para melhorar a escola	5	6%
Outras	9	11%
TOTAL	84	100%

Quadro 40: Porquê que os alunos atribuem importância à sua participação nas decisões da vida da escola

6. APRESENTAÇÃO DOS DADOS DOS QUESTIONÁRIOS AOS PROFESSORES DIRETORES DE TURMA

Da mesma forma como se procedeu na apresentação dos resultados dos questionários aplicados aos alunos, todos os dados resultantes do tratamento dos questionários aplicados aos Professores Diretores de Turma, também seguem em apêndice sob a forma de gráficos e quadros como meio de favorecer incontestavelmente a qualidade das interpretações (apêndice IV).

6.1. Participação que os Alunos devem ter na Vida da escola

Os Professores Diretores de Turma quando questionados sobre a importância da participação dos alunos na vida da escola, são consensuais e todos dizem ser importante (100%) (quadro 41).

Acha importante a participação dos alunos na vida da escola?		
Categorias	Frequência	Porcentagem
Sim	31	100%
Não	0	0%
TOTAL	31	100%

Quadro 41: Importância da participação dos alunos na vida da escola

Quanto à importância atribuída à participação dos alunos nas decisões sobre a vida da escola, 81% dos Diretores de Turma consideram-na indispensável; no entanto há 16% que a consideram indiferente (quadro 42).

Que importância atribui à participação dos alunos nas decisões sobre a vida da escola:		
Categorias	Frequência	Porcentagem
Dispensável (Não necessária)	1	3%
Indispensável (Necessária)	25	81%
Indiferente (Embora devam fazer parte dos órgãos que decidem a vida da escola, os adultos é que decidem)	5	16%
TOTAL	31	100%

Quadro 42: Importância atribuída à participação dos alunos nas decisões sobre a vida da escola

No que respeita à classificação da participação dos alunos que se verifica na vida desta escola, 48% dos DT julgam-na insuficiente, mas 45% acham-na suficiente (quadro 43).

Como classifica a participação dos alunos na vida desta escola?		
Categorias	Frequência	Porcentagem
Satisfatória (participam em quase todas as decisões)	2	7%
Suficiente (participam em algumas decisões)	14	45%
Insuficiente (não participam em quase nenhuma decisão)	15	48%
Nula (não participam em nenhuma decisão)	0	0%
TOTAL	31	100%

Quadro 43: Classificação da participação dos alunos na vida desta escola

As principais razões apontadas pelos DT para a falta de participação por parte dos alunos, prendem-se com a falta de responsabilidade dos alunos (19%) e a falta de motivação dos mesmos (13%) (quadro 44).

Se considerou a participação dos alunos insuficiente ou nula, diga quais são em seu entender as principais razões da falta de participação por parte dos alunos.		
Categorias	Frequência	Porcentagem
Falta de conhecimento da estrutura da escola por parte dos alunos	8	12%
Falta de responsabilidade por parte dos alunos	13	19%
Crise de valores das crianças e jovens	7	10%
Falta de informação sobre os direitos dos alunos	1	1%
Falta de empenhamento dos próprios órgãos de gestão da escola	3	4%
Preferência dos alunos por outras atividades fora da escola	8	12%
Pouco interesse dos docentes pela participação dos alunos	1	1%
Inexistência de um clima democrático na escola	0	0%
Falta de motivação dos alunos	9	13%
A grande complexidade da gestão da escola	3	4%
As dificuldades inerentes a todo o sistema educativo	8	12%
A falta de tradição participativa por parte dos alunos	8	12%
Outra (s).Qual (ais)?	0	0%
TOTAL	69	100%

Quadro 44: Principais razões da falta de participação por parte dos alunos

Segundo os DT, as principais áreas sobre as quais incide a participação dos alunos desta escola são, junto do Diretor de Turma (33%); na organização de festas, bailes, convívios, etc. (25%) e dentro da sala de aula (21%) (quadro 45).

Quais as áreas sobre as quais lhe parece incidir a participação dos alunos desta escola.		
Categorias	Frequência	Porcentagem
Dentro da sala de aula	17	21%
Nos Conselhos de Turma	5	6%
Junto do Diretor de Turma	26	33%
Na organização de festas, bailes, convívios, etc.	20	25%
Na organização de atividades culturais, visitas de estudo, etc.	11	14%
Outra (s).Qual (ais)?	1	1%
TOTAL	80	100%

Quadro 45: Áreas em que incide a participação dos alunos desta escola

No que respeita à estimulação da participação dos alunos na vida da escola, 100% dos DT dizem ter essa preocupação (quadro 46).

Estimula a participação dos seus alunos na vida da escola?		
Categorias	Frequência	Percentagem
Sim	31	100%
Não	0	0%
TOTAL	31	100%

Quadro 46: Estimulação da participação dos alunos na vida da escola por parte dos Diretores de Turma

Como forma de estimulação da participação dos alunos na vida da escola por parte dos DT predomina, o reforço dos direitos e deveres dos alunos (16%); o reforço das funções dos Delegados de Turma (16%) e a promoção da participação na organização de atividades (15%) (quadro 47).

Se sim, através de:		
Categorias	Frequência	Percentagem
Reforço dos direitos e deveres dos alunos	27	16%
Reforço das funções dos Delegados de Turma	26	16%
Realização de Assembleias de Turma	8	5%
Registo das deliberações das Assembleias de Turma para levar ao Conselho de Turma	9	5%
Transmissão aos alunos das informações e decisões dos Conselhos de Turma	21	13%
Promoção da participação na organização de atividades	24	15%
Promoção de decisões democráticas	16	10%
Incentivo do espírito critica	23	14%
Informação das formas de participação previstas nos documentos orientadores da escola	10	6%
Outra (s).Qual (ais)?	0	0%
TOTAL	164	100%

Quadro 47: Formas de estimulação da participação dos alunos na vida da escola por parte dos Diretores de Turma

Quanto à ação dos Delegados de Turma, os DT consideram-na importante ao nível das informações sobre a turma (55%) e sobretudo de apoio às atividades docente, pequenas tarefas, contar as faltas dos alunos, etc. (30%) (quadro 48).

Em relação aos Delegados de Turma dos alunos, a sua ação é...		
Categorias	Frequência	Porcentagem
De pouca ou nula importância para os docentes	1	2%
Importante ao nível das informações sobre a turma	30	55%
Uma mera formalidade	0	0%
Importante sobretudo a nível disciplinar (castigos, penas...)	4	7%
Sobretudo de apoio às atividades docente (pequenas tarefas, contar as faltas dos alunos, etc.)	16	30%
Mais um fator de instabilidade nas turmas	0	0%
Outra (s).Qual (ais)?	3	6%
TOTAL	54	100%

Quadro 48: Ação dos Delegados de Turma

No que diz respeito à representação dos alunos nos Conselhos de Turma, 74% dos DT referem que estes estão representados e em oposição 26% dizem que não (quadro 49).

Os alunos desta escola estão representados nos Conselhos de Turma?		
Categorias	Frequência	Porcentagem
Sim	23	74%
Não	8	26%
Não sei	0	0%
TOTAL	401	100%

Quadro 49: Representação dos alunos nos Conselhos de Turma

Os DT quando questionados de forma aberta sobre a sua opinião do que poderá ser realizado no sentido da melhoria da participação dos alunos na vida da escola, só 15 dos 31 DT emitiram opinião de forma muito breve, tendo as respostas sido categorizadas conforme quadro apresentado (quadro 50). De acordo com os DT, a melhoria da participação dos alunos passa por os ouvir e promover a sua participação na organização e dinamização de atividades para a comunidade escolar e dar visibilidade às suas opiniões (40%). Passa também, pela criação e implementação da Associação de Estudantes (26%).

Na sua opinião, o que poderá ser realizado no sentido da melhoria da participação dos alunos na vida da escola.		
Categorias	Frequência	Porcentagem
Através da criação e implementação da Associação de Estudantes	4	26%
Através de uma cultura de escola que premeie o empenhamento na melhoria da escola	2	13%
Ouvir os alunos e promover a sua participação na organização e dinamização de atividades para a comunidade escolar. Dar visibilidade às suas opiniões	6	40%
Através de formas motivadoras como a utilização dos meios digitais	1	7%
Reformulação do projeto educativo para os alunos do 3.º ciclo	1	7%
Através da motivação dos Encarregados de Educação para que estimulem os seus educandos a participarem nas atividades da escola	1	7%
TOTAL	15	100%

Quadro 50: Sugestão de melhoria da participação dos alunos na vida da escola

7. RESULTADOS DA ANÁLISE DO REGULAMENTO INTERNO, DO PROJETO EDUCATIVO, DO PLANO ANUAL DE ATIVIDADES E DO DECRETO-LEI N.º 75/2008

Da análise feita dos instrumentos do exercício de autonomia da escola estudada, encontrámos discrepâncias nos seus conteúdos no que diz respeito à questão da participação dos alunos. No Regulamento Interno (RI), configura-se nos seus direitos e, apenas no processo avaliativo, através do recurso; nas competências do DT em assegurar a articulação e comunicação entre os professores da turma e os alunos, e nos Conselhos de Turma através da representatividade do Delegado de Turma do 3.º ciclo. Da análise do Plano Anual de Atividades (PAA), verificamos que todas as atividades constantes do mesmo são apenas dinamizadas pelos adultos, maioritariamente professores, sendo os alunos os público-alvo e beneficiários das mesmas sem que, contudo, sejam dinamizadores de qualquer uma delas. Da análise do Projeto Educativo (PE), observamos que a promoção da participação dos alunos na vida da escola surge como um dos objetivos na promoção de reuniões de turma, Assembleias de Delegados de Turma, e no desenvolvimento de atividades. A participação dos alunos na vida da escola prevista nos documentos orientadores da escola é quase nula, não esgotando de forma alguma as possibilidades previstas no Decreto-Lei n.º 75/2008 que aprova o regime de autonomia, administração e gestão

dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário. Em apêndice seguem, as grelhas de análise do Regulamento Interno (apêndice V), do Projeto Educativo (apêndice VI) e do Decreto-Lei n.º 75/2008 (apêndice VII) para uma melhor visualização da importância atribuída pela escola em estudo e pelo legislador relativamente à participação dos alunos. Não foi realizada nenhuma grelha de análise do Plano Anual de Atividades, pois este documento só prevê a participação dos alunos enquanto público-alvo.

8. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Dos dados obtidos nos questionários aplicados aos alunos e Diretores de Turma, assim como da análise dos documentos orientadores da escola, podemos constatar que os alunos têm um conhecimento muito escasso dos Órgãos de Administração e Gestão da Escola, denotando um papel passivo relativamente à sua representação nos diferentes órgãos. A reforçar esta constatação, está o débil conhecimento que os alunos revelam apresentar sobre os diferentes instrumentos de orientação, planeamento e funcionamento da escola. As diferentes decisões da escola, nas quais se enquadram assuntos que dizem diretamente respeito aos alunos, estes têm uma participação acentuadamente frágil, o que se traduz na existência de uma cultura muito pouco participativa dos alunos na vida escola. A democratização da educação escolar tem sido um obstáculo (Guerra, 2002a), a escola não promove a democracia, pois não assume que as decisões devem ser tomadas por todos os indivíduos que a integram, nomeadamente os alunos. A problemática da participação está na construção de uma escola democrática (Lima, 1992).

Estes dados revelam claramente que a escola, no âmbito da sua autonomia, não promove a representação efetiva dos seus alunos nos órgãos de administração e gestão, pois, mesmo sem direito a voto, podiam ter criado a oportunidade de os mesmos participarem nas decisões sobre os assuntos da vida escolar. A presença de alunos no Conselho Geral, conforme previsto no n.º5 do art.12.º do DL nº75/ 2008, permitiria uma participação efetiva dos alunos em matérias que lhes dizem diretamente respeito, nomeadamente as que constam do Regulamento Interno e do Plano Anual de Atividades. Porém, o RI também não contempla a representação dos alunos no Conselho Geral, nem no Conselho Pedagógico. De facto, a participação dos alunos na

vida da escola é pouca expressiva nos documentos orientadores da escola, não esgotando de forma alguma as possibilidades previstas no Decreto-Lei n.º 75/2008 que aprova o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário. A agravar a situação está a falta de coerência existente nos diversos documentos, e apesar de pouco valorizada em termos discursivos, a participação, não encontra tradução na prática (desconexão entre intenção e ação). A *metáfora da hipocrisia organizada* (Brunsson, 2006) está presente na Escola do Sol. Mas, em nossa perspectiva esta inconsistência, não pode existir, põe em causa o desenvolvimento do planeamento e implementação de ações estratégicas e consequente eficácia organizacional. A escola assume no seu PE, que realmente e de acordo com os relatórios da Avaliação Externa (IGEC, 2013), que a participação dos alunos na vida da escola é de facto de intervenção prioritária sendo identificada como um dos aspetos a melhorar.

Estamos perante uma organização cuja sua forma de participação, embora muito pouco expressiva, no que respeita ao critério de regulamentação definido por Lima (1992), apresenta três tipos de participação, a formal, decretada e praticada segundo os normativos legais; a não formal, que tem como base um conjunto de regras menos estruturadas formalmente, incluídas em documentos produzidos pela própria organização, e a informal, em que as regras são informais, à margem dos estatutos e regulamentos.

A maior valorização dos alunos pelos espaços de convívio e só depois a mobilização pela defesa real dos seus interesses comuns, no que respeita ao que dizem ser a função da Associação de Estudantes, denota alguma falta de consistência de uma real e efetiva representatividade. A sobrevalorização dos espaços lúdicos sobre a questão da representatividade traduz-nos uma certa desvirtualização, por parte dos alunos, das atividades relacionadas com a representatividade e do desconhecimento quase total da atividade associativa. Mas, esta desvirtualização pode prender-se com a inexistência de Associação de Estudantes na escola, uma vez que relativamente ao que diz respeito às funções do Delegado de Turma, já não acontece. Como melhoria desta debilidade, aparece a sugestão dos DT, no sentido da melhoria da participação dos alunos, a criação da AE.

Já em 1988, Lima referiu que as características do Delegado de Turma estavam muito próximas do antigo “chefe de turma”, na realidade representar os alunos da turma é,

das funções mais valorizada, no que respeita ao Delegado de Turma, embora com maior peso no 3.º ciclo, revelando que os alunos valorizam a sua representatividade. A maior valorização pelos alunos do 3.º ciclo, pode dever-se ao facto destes estarem representados nos Conselhos de Turma e os do 2.º ciclo não, de acordo com alínea c) do n.º1 do art.44.º do DL nº75/ 2008 e RI. Apesar dos alunos reconhecerem a importância dos seus representantes de turma terem de ser responsáveis e bem comportados, os DT consideram que um dos principais motivos da falta de participação discente, prende-se com a falta de responsabilidade e motivação. A falta de iniciativa que, de modo geral, caracteriza alguns alunos, faz com que realmente fiquem inativos (Lima, 1992; Pereira, 2009 & Parreiral, 2011). Porém, é de salientar que também não lhes são criadas oportunidades de diferentes formas de participação. Por outro lado, grande parte dos DT, referem que os Delegados de Turma estão representados nos Conselhos de Turma, quando na realidade, só estão no 3.º ciclo. No entanto, os alunos afirmam que grande parte dos Delegados de Turma, não consultam os alunos da turma e quase não existem reuniões de turma. O que nos leva a concluir que quando representam a turma é sem a sua auscultação. A democracia participativa, isto é, participação *lato sensu* (Canotilho in Lima, 1988), é notória nas tomadas de decisão das turmas, por maioria de voto, sob orientação maioritária pelo Diretor de Turma.

A falta de conhecimento do Plano da Turma, por grande parte dos alunos, é reveladora da ausência de participação do Delegado de Turma nos Conselhos de Turma, e confirma mais uma vez, a falta de espaços de debate com os colegas da turma, limitando, de acordo com Machado (1982) a possibilidade dos alunos se consciencializarem dos seus próprios interesses e ficarem habilitados a promovê-los. Esta análise aponta para uma débil participação dos alunos nas estruturas de organização das atividades da turma – Conselhos de Turma. A função representativa do Delegado de Turma reduz-se a uma mera formalidade, contrariando o conceito de participação ligado ao de democracia (Costa, 1996). Apesar do PE prever a participação dos alunos na vida da escola através de Reuniões de Turma e Assembleias de Delegados de Turma, as primeiras quase não existem e as segundas são mesmo inexistentes. A opinião dos DT é contraditória ao referirem que estimulam a participação dos seus alunos, com o reforço dos seus direitos e deveres, das funções do Delegado de Turma e na promoção da sua participação na

organização de atividades. Contudo, à semelhança do constatado por Pereira (2009), não usam o tempo destinado à aula de Formação Cívica para a promoção de Reuniões/ Assembleias de Turma. A reforçar esta contradição, da análise do Plano Anual de Atividades, constatamos também que os alunos de facto participam nas atividades, mas não participam desde a sua planificação à sua concretização, promovendo a sua responsabilização. No entanto, os Diretores de Turma sugerem, como forma de melhoria da participação dos alunos, ouvir e promover a sua participação na organização e dinamização de atividades para a comunidade escolar e dar visibilidade às suas opiniões.

No que respeita à perceção que os alunos possuem sobre a sua participação na vida da escola, para uma melhor compreensão do fenómeno da participação discente e posterior reflexão sobre propostas educacionais neste âmbito, os resultados obtidos parecem estar em contradição com o tipo de participação que os alunos revelam, efetivamente, ter. Os alunos do 2.º ciclo, consideram ter uma participação maior comparativamente ao que os alunos do 3.º ciclo dizem ter, apesar de não estarem representados nos Conselhos de Turma. Os DT, tal como os alunos dos 2.º e 3.º ciclos têm opiniões díspares: uns consideram a participação dos alunos positiva, outros nem por isso, evocando a falta de responsabilidade e motivação como principais causas. Parece-nos importante destacar a divergência entre a perceção positiva que os alunos têm acerca da sua participação na escola (suficiente e satisfatória) e aquela que efetivamente revelam ter.

Apesar destas contradições, os alunos, tal como os DT, consideram a sua participação indispensável, e salientam a importância de se ouvir a voz dos alunos, até porque podem ter opiniões diferentes dos professores. Vários estudos (Lima, 1992; Pereira, 2009 & Parreiral, 2011) também apontam para uma divergência de opinião, mas com a comum certeza, quanto à relevante e necessária presença dos alunos nos organismos da decisão da escola. Em 1992, segundo Lima, os alunos já tinham consciência da importância da sua participação. Apesar da importância da participação dos alunos na vida da escola ser reconhecida, a mesma parece ser muito limitada, o que leva a que as suas opiniões não cheguem aos órgãos de administração e gestão, no sentido de contribuírem para uma mudança efetiva. No conceito de *organização aprendente* (Senge, 2005), enquanto modelo de adaptação a um contexto em mudança, em direção a um objetivo, que requer uma mudança

contínua ou uma autotransformação, as organizações que aprendem aspiram a capacidade de se adaptar, mas também a capacidade de se reinventar de forma contínua, ou seja, pretendem ser capazes de assumir a inovação e a mudança como essência da sua própria cultura.

Nesta linha de pensamento, surge como ação estratégica a implementar na escola, a participação dos alunos na vida escolar como processo estratégico e deliberado para o desenvolvimento de uma cultura participativa onde cada membro vê as suas aspirações refletidas, numa perspectiva de escola democrática, rumo à melhoria do serviço prestado, particularmente ao nível dos resultados sociais.

É no entanto ainda de salientar, o facto de que, quer os alunos, quer os professores, aquando da possibilidade de darem sugestões relativamente ao assunto em análise, através das questões abertas dos questionários que preencheram, as opiniões foram, no mínimo, muito poucas e redutoras, não se revelando expressivas para um auxílio à execução do Plano de Ação.

CAPÍTULO IV – PLANO DE AÇÃO – PARTICIPAÇÃO DOS ALUNOS NA VIDA DA ESCOLA

1. AÇÕES A DESENVOLVER

Ação 1 – Sensibilização sobre e para a Participação dos Alunos na Vida da Escola

Objetivo: Sensibilizar professores e alunos sobre e para a importância da participação dos alunos na vida da escola.

Metas:

1. Realizar 3 sessões de sensibilização para professores, no 1.º período;
2. Realizar 4 sessões de sensibilização para alunos, no 1.º período, sendo duas para alunos do 2.º ciclo e outras duas para alunos do 3.º ciclo.

Atividades:

1. Uma sessão de esclarecimento para Diretores de Turma (DT) e professores do 6.º ano de escolaridade e do Curso Vocacional de Produção Agrícola (CVPA), sobre a importância da participação dos alunos na vida da escola, dirigida por uma pessoa externa à escola, especialista na área;
2. Duas sessões de esclarecimento para Delegados de Turma, sobre a importância da participação dos alunos na vida da escola, sendo uma para delegados do 2.º ciclo e outra para delegados do 3.º ciclo, dirigida por professores da escola;
3. Duas oficinas para DT e professores do 6.º ano de escolaridade e do CVPA, sobre formas possíveis de participação dos alunos na escola, à luz do exequível, mediante os documentos orientadores do agrupamento, conduzidas por uma pessoa externa à escola, especialista na área. Dos professores referidos, cada um participa em apenas uma oficina, sendo divididos em dois grupos de forma equilibrada;
4. Duas oficinas de Delegados de Turma, sendo uma para delegados do 2.º ciclo e outra para delegados do 3.º ciclo, sobre formas possíveis de participação dos alunos na escola, à luz do exequível, mediante os documentos orientadores do agrupamento, orientada por professores da escola e com o testemunho de alunos de outra escola, onde a participação dos alunos na vida da escola seja uma prática comum internalizada;

5. Divulgação das ações a desenvolver no âmbito da participação dos alunos na vida da escola, nas oficinas a realizar com os professores e alunos, e no *site* da escola.

Monitorização:

1. Através da planificação das atividades, de acordo com formulário elaborado para esse efeito (apêndice VIII);

2. No final de cada atividade, através da análise dos documentos de apoio realizados para a sua concretização;

3. Número de elementos presentes;

4. Informação disponibilizada no *site* da escola;

5. Preenchimento de questionário de avaliação/ retroação, via *online*, na última atividade de cada destinatário.

Nota Informativa:

1. As sessões de esclarecimento a realizar com os professores, têm como público-alvo os professores do 6.ºano de escolaridade e do CVPA, pelo facto da matriz curricular não contemplar Formação Cívica no 6.º ano e no CVPA. Tendo a escola 33 DT e 40 professores que lecionam o 6.º ano de escolaridade, dos quais 20 são DT, do diferencial resultam 53 professores. Os professores que lecionam o CVPA são 12, sendo 5 DT e um que leciona o 6.º ano, resultando num diferencial de 6 professores. O público-alvo, será então, de 59 professores.

2. As sessões de esclarecimento a realizar com os alunos, têm como público-alvo os Delegados de Turma do 2.º ciclo, 23 alunos, e os Delegados de Turma do 3.º ciclo, 14 alunos, o que perfaz um total de 37 alunos.

Ação 2 – Reformulação dos Documentos Orientadores

Objetivo: Reformular os documentos orientadores de forma a contemplar a participação dos alunos na vida da escola.

Meta: Contemplar, de forma coerente, no Regulamento Interno (RI) e Projeto Educativo (PE) a participação dos alunos na vida da escola.

Atividades:

1. Reformulação do RI e do PE do agrupamento, de forma a prever a constituição das estruturas que se seguem:
 - a) Assembleia de Delegados de Turma (ADT);
 - b) Assembleias de Turma (AT).
2. Reformulação do RI e do PE do agrupamento, de forma a prever a participação dos alunos nos seguintes órgãos:
 - a) Conselho Geral (CG) – Um representante da Associação de Estudantes (AE) e um representante da ADT, sem direito a voto;
 - b) Conselho Pedagógico (CP) - Um representante da AE e um representante da ADT, sempre que as partes interessadas acharem conveniente;
 - c) Conselhos de Turma (CT) – Um representante da turma, Delegado de Turma, no caso dos alunos do 3º ciclo.

Monitorização:

1. Através da planificação das atividades, de acordo com formulário elaborado para esse efeito (apêndice VIII);
2. Consulta do RI e do PE, para verificação.

Ação 3 – Participação dos Alunos nos Órgãos de Administração e Gestão

Objetivo: Promover a participação dos alunos nos Órgãos de Administração e Gestão.

Metas:

1. Envolver 5% dos alunos da escola na criação da AE;
2. Envolver os Coordenadores de Diretores de Turma (CDT), dos 2.º e 3.º ciclos, na criação da ADT;
3. Promover a participação de um representante da AE e um representante da ADT, em pelo menos três reuniões do CG;
4. Promover a participação de um representante da AE e um representante da ADT, em pelo menos três reuniões do CP.

Atividades:

1. Criação da AE;
2. Criação da ADT e eleição dos seus representantes;

3. Dar cumprimento ao estipulado nos documentos orientadores do agrupamento, após a sua atualização.

Monitorização:

1. Através da planificação das atividades, de acordo com formulário elaborado para esse efeito (apêndice VIII);

2. No final de cada atividade, através da análise dos documentos de apoio realizados para a sua concretização;

3. Número de alunos envolvidos na criação da AE;

4. Número de CDT envolvidos na criação da ADT;

5. Número de reuniões do CG e CP em que os representantes da AE e da ADT estiveram presentes.

Nota Informativa:

1. A participação dos alunos nas reuniões do CG e CP deve acontecer sempre que esteja previsto tratar de assuntos que sejam do seu interesse, nomeadamente propostas para o RI, sugestões de atividades para o Plano Anual de Atividades (PAA) e oferta educativa.

2. A participação dos alunos nestas reuniões não põe em causa as suas atividades letivas, uma vez que as reuniões do CG e CP decorrem à 4.ª feira à tarde e os alunos não têm aulas.

Ação 4 – Participação dos Alunos na elaboração dos documentos de orientação, planeamento e funcionamento

Objetivo: Promover a participação dos alunos na elaboração do RI e na elaboração, planificação e concretização do PAA.

Metas:

1. Realizar uma ADT, com a presença de dois representantes da AE, antes da reunião do CG e do CP que antecede o CG, em que vão participar alunos;

2. Envolver os CDT, dos 2.º e 3.º ciclos, no apoio à realização das ADT;

3. Envolver 90% dos Delegados de Turma e os representantes da AE, no contributo de sugestões para o RI, PAA e oferta educativa;

4. Envolver dois representantes da AE e dois representantes da ADT na planificação e concretização de três atividades do PAA.

Atividades:

1. Realização de ADT com a presença de dois representantes da AE, com o apoio dos CDT;
2. Auscultação de sugestões, nas ADT, para o RI, de atividades para o PAA e oferta educativa;
3. Planificação e concretização de atividades sugeridas nas ADT para o PAA.

Monitorização:

1. Através da planificação das atividades, de acordo com formulário elaborado para esse efeito (apêndice VIII);
2. No final de cada atividade, através da análise dos documentos de apoio realizados para a sua concretização;
3. Número de reuniões da ADT - Atas das ADT;
4. Número de sugestões para o RI, de atividades para o PAA e oferta educativa;
5. Número de atividades planeadas e concretizadas pelos alunos.

Nota Informativa:

1. O Regimento da ADT é da responsabilidade dos alunos com o apoio dos CDT (Apêndice IX);
2. As reuniões da ADT devem anteceder sempre as reuniões do CG e CP em que esteja prevista a sua participação para tratar de assuntos que sejam do seu interesse, nomeadamente propostas para o RI, sugestões de atividades para o PAA e oferta educativa;
3. A informação dos assuntos a tratar em cada reunião do CG e CP é transmitida aos alunos através do CDT e dos DT. Ser-lhes-á também fornecido a ordem de trabalhos de cada uma das reuniões, pela mesma via;
4. As ADT devem ser realizadas à 4.ª feira no turno da manhã, dia em que os alunos só têm aulas de manhã e conseqüentemente estão todos na escola. As assembleias devem decorrer rotativamente em horários diferentes para que não sejam postas em causa sempre as mesmas atividades letivas. Os Delegados de Turma e representantes da AE devem ser dispensados das aulas.

Ação 5 – Participação dos Alunos nas estruturas de Coordenação e Supervisão – Organização das Atividades da Turma e da Escola – Conselhos de Turma

Objetivo: Promover a participação dos alunos na Organização das Atividades da Turma e do agrupamento – CT.

Metas:

1. Realizar duas Assembleias de Turma (AT) por período:
 - 1.º período: 1.ª assembleia – Início do 1.º período; 2.ª assembleia antes da reunião intercalar do CT;
 - 2.º período: 1.ª assembleia – Início do 1.º período; 2.ª assembleia antes da reunião intercalar do CT;
 - 3.º período: 1.ª assembleia – Início do 1.º período; 2.ª assembleia final do 3.º período;
2. Envolver os 90% dos DT, dos 2.º e 3.º ciclos, e 90% dos professores que lecionam o 6.º ano de escolaridade e CVPA, no apoio à realização das AT;
3. Envolver 90% dos alunos da turma no contributo de sugestões para o RI, PAA e Plano da Turma (PT), e 90% dos alunos do 3.º ciclo na elaboração de propostas de oferta educativa;
4. Envolver 90% dos alunos da turma na planificação e concretização de pelo menos duas atividades do PT.

Atividades:

1. Realização de AT com o apoio do Delegado de Turma e DT nos 5.º, 7.º, 8.º e 9.º anos, e com o apoio dos Delegados de Turma dos professores de turma, de forma rotativa, no 6.º ano e CVPA;
2. Eleição do Delegado de Turma;
3. Auscultações de sugestões, nas AT, para o RI, de atividades para o PAA e PT, e na elaboração de propostas de oferta educativa nos alunos do 3.º ciclo;
4. Apresentação das sugestões resultantes das AT à ADT, pelo Delegado de Turma;
5. Apresentação das sugestões resultantes das AT ao CT pelo DT e pelo Delegado de Turma, no caso do 3.º ciclo.
6. Planificação e concretização de atividades sugeridas para o PT.

Monitorização:

1. Através da planificação das atividades, de acordo com formulário elaborado para esse efeito (apêndice VIII);
2. No final de cada atividade, através da análise dos documentos de apoio realizados para a sua concretização;
3. Número de reuniões das AT - Atas das AT;
4. Número de reuniões de AT realizadas com o apoio dos DT, dos 2.º e 3.º ciclos, dos professores que lecionam o 6.º ano de escolaridade e CVPA – Atas das AT;
5. Número de reuniões do CT em que são apresentadas as sugestões dos alunos – Atas dos CT;
6. Número de sugestões para o RI, de atividades para o PAA e PT, e propostas de oferta educativa;
7. Número de atividades planeadas e concretizadas pelos alunos.

Nota Informativa:

1. O Regimento das AT é da responsabilidade dos alunos de cada turma com o apoio dos respetivos DT (Apêndice X);
2. As reuniões das AT devem anteceder as reuniões da ADT e as reuniões do CT para que a informação destas decorrente seja transmitida;
3. A informação dos assuntos a tratar em cada reunião do CT é transmitida aos alunos através do DT. Ser-lhes-á também fornecido a ordem de trabalhos de cada uma das reuniões, pela mesma via;
4. As reuniões das AT decorrerão nos 5.º, 7.º, 8.º e 9.º anos, na aula de Formação Cívica com o apoio do DT. As reuniões das AT dos 6.º anos e do Curso Vocacional, decorrerão rotativamente nas aulas das várias disciplinas para que não haja grande interferência no decorrer das atividades letivas, sendo que a 1.ª é na aula com o DT para elaboração do regimento.

2. IDENTIFICAÇÃO DE COORDENADORES DO PLANO DE AÇÃO/ AÇÕES

Coordenação Geral – Diretora do Agrupamento

Ação 1 – **Sensibilização sobre e para a Participação dos Alunos na Vida da Escola:**

Diretora do Agrupamento/ Docente

Ação 2 – **Reformulação dos Documentos Orientadores:** Diretora do Agrupamento/

Docente

Ação 3 – **Participação dos Alunos nos Órgãos de Administração e Gestão:** Diretora

do Agrupamento/ Docente

Ação 4 – **Participação dos Alunos na elaboração dos documentos de orientação,**

planeamento e funcionamento: Diretora do Agrupamento/ Docente

Ação 5 – **Participação dos Alunos nas estruturas de Coordenação e Supervisão –**

Organização das Atividades da Turma e da Escola – Conselhos de Turma: Diretora

do Agrupamento/ Docente

3. NOTAS INFORMATIVAS

1. A participação dos alunos na vida da escola, de acordo com o Plano de Ação aqui proposto, está expressa graficamente através do organigrama das estruturas com participação dos alunos (Apêndice XI).

4. CALENDARIZAÇÃO DAS AÇÕES

AÇÕES A DESENVOLVER	1º Período				2º Período			3º Período		
	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
Ação 1 – Sensibilização sobre e para a Participação dos Alunos na Vida da Escola										
Ação 2 – Reformulação dos Documentos Orientadores da Escola										
Ação 3 – Participação dos Alunos nos Órgãos de Administração e Gestão da Escola										
Ação 4 – Participação dos Alunos na elaboração dos documentos de orientação, planeamento e funcionamento da escola										
Ação 5 – Participação dos Alunos nas estruturas de Coordenação e Supervisão – Organização das Atividades da Turma e da Escola – Conselhos de Turma										

BIBLIOGRAFIA

- Abrantes, P. (2003). Os Sentidos da Escola: Identidades Juvenis e Dinâmicas de Escolaridade. Oeiras: Celta Editora.
- Agrupamento de Escolas do Sol (2012). Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas do Sol 2012/ 2015. Norte: Agrupamento de Escolas do Sol.
- Agrupamento de Escolas do Sol (2013). Regulamento Interno do Agrupamento de Escolas do Sol 2013/ 2015. Norte: Agrupamento de Escolas do Sol.
- Agrupamento de Escolas do Sol (2014). Plano Anual de Atividades do Agrupamento de Escolas do Sol 2014/ 2015. Norte: Agrupamento de Escolas do Sol.
- Alaiz, V. Gois, E. & Gonçalves, C. (2003). Autoavaliação de Escolas: Pensar e Praticar. Porto: ASA.
- Alarcão, I. (2001a). Escola Reflexiva e Supervisão: Uma Escola em Desenvolvimento e Aprendizagem. In Alarcão, I. (Org.). Escola reflexiva e Supervisão: Uma Escola em Desenvolvimento e Aprendizagem (p.11-23). Porto: Porto Editora. Porto: Porto Editora.
- Alarcão, I. (2001b). Escola Reflexiva e Nova Racionalidade. Porto Alegre: Artmed.
- Apple, M & Beane, J. (2000). Escolas Democráticas. Porto: Porto Editora.
- Bajoit, G. (1988). Exit, Voice, Loyalty... and Apathy: les réactions individuelles au mécontentement. Revue Française de Sociologie, XXIX, P.325-345. In www.persee.fr/web/revues/home. Acedido em 24 de novembro 2014 em http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/rfsoc_0035-2969_1988_num_29_2_2503#.
- Barroso, J. (2005). Políticas Educativas e Organização Escolar. Lisboa: Universidade Aberta.

- Barroso, J. (2011). Conhecimento e Ação Pública: As Políticas Sobre a Gestão e Autonomia das Escolas em Portugal (1986-2008). In Barroso, J. & Afonso, N. (Org.). Políticas Educativas: Mobilização de Conhecimento e Modos de Regulação (P.59-85). Gaia: Fundação Manuel Leão.
- Bolívar, A. (2003a). A Escola como Organização que Aprende. In Canário, R. (Org.). Formação e Situações de Trabalho (P.79-100). Porto: Porto Editora.
- Bolívar, A. (2003b). Como Melhorar as Escolas. Estratégias e Dinâmicas de Melhoria das Práticas Educativas. Porto: ASA.
- Branco, M. (2007). A Escola, Comunidade Educativa e a Formação dos Novos Cidadãos. Lisboa: Instituto Piaget.
- Brunsson, N. (2006). A Organização da Hipocrisia: os grupos em ação: dialogar, decidir e agir. Porto: Asa.
- Chiavenato, I. (2003). Introdução à Teoria Geral de Administração (7ª ed.). Rio de Janeiro: Elsevier
- Costa, A. (2001). A Pesquisa de Terreno em Sociologia, in Silva, A. & Pinto, J. (eds.). Metodologia das Ciências Sociais (11ª ed.) (P.129-148). Porto: Edições Afrontamento.
- Costa, J. (1996). Gestão Escolar: Participação. Autonomia. Projeto Educativo da Escola (4.ª ed.). Lisboa: Texto editora.
- Costa, J. (2003). Imagens Organizacionais da Escola (3.ª ed.). Porto: Asa.
- Costa, J. (2007). Projetos em Educação: Contributos de Análise Organizacional. Aveiro: Universidade de Aveiro.

- Costa, J. & Ventura, A. (2005). Avaliação e Desenvolvimento Organizacional. Infância e Educação – Investigação e Práticas. Lisboa, nº 7, novembro, P.148-161.
- Dewey, J. (2007). Democracia e Educação. Tradução Susana Guimarães. Lisboa: Didática.
- Eco, U. (2003). Como se Faz uma Tese em Ciências Humanas (10ª ed.). Lisboa: Presença.
- Ferreira, V. (2001). O Inquérito por Questionário na Construção de Dados Sociológico, in Silva, A. & Pinto, J. (eds.). Metodologia das Ciências Sociais (11ª ed.) (P.165-196). Porto: Edições Afrontamento.
- Gâmbua, R. (2004). Educação Ética e Democracia: a Reconstrução da Modernidade em John Dewey. Lisboa: Asa.
- Ghiglione, R. & Matalon, B. (1992). O Inquérito. Teoria e Prática (2ª ed.). Oeiras: Celta.
- González, M. (1993). Nuevas Perspetivas en el Análisis de las Organizaciones Educativas. In Sallán, G. & Marcos, A. (Coords.), Organización Escolar. Nuevas Aportaciones (P.59-193). Barcelona: PPU.
- González, M. (1994). Perspectivas Teóricas Recientes en Organización Escolar: Una Panorámica General. In Escudero, J. & González, M. (Org.). Profesores Y Escuela: Hacia Una Reconversión de los Centros Y la Función Docente? (p.35-59). Madrid: Ediciones Pedagógicas.
- Guerra, M. (s.d.). Las falacias de la participación. Acedido a 14 de dezembro de 2014 em http://www.quadernsdigitals.net/datos_web/hemeroteca/r_10/nr_176/a_2173/2173.htm
- Guerra, M. (2001). A Escola que Aprende. Porto: Edições Asa.

- Guerra, M. (2002a). Os Desafios da Participação: Desenvolver a Democracia na Escola. Porto: Porto Editora.
- Guerra, M. (2002b). Como num Espelho: Avaliação Qualitativa das Escolas. In Azevedo, J. (Org.), Avaliação das Escolas – Consensos e Divergências (p.11-31). Porto: Asa.
- Guerra, M. (2002c). Entre bastidores: O lado Oculto da Organização Escolar. Porto: Edições Asa.
- Hargreaves, A. (1998). Os Professores em Tempo de Mudança. O Trabalho e a Cultura dos Professores na Idade Pós-Moderna. Toronto: McGraw-Hill.
- Inspeção Geral de Educação e Ciência (IGEC) (2013). Avaliação Externa das Escolas: Relatório do Agrupamento de Escolas do Sol. Lisboa: IGEC.
- Libório, H. (2004). A Avaliação das Escolas: Desenvolvimento Organizacional e Ritualização. (Dissertação de Mestrado). Universidade de Aveiro, Aveiro, Portugal.
- Lima, L. (1988). Gestão das Escolas Secundárias: A Participação dos Alunos. Lisboa: Ed. Livros Horizonte.
- Lima, L. (1992). A Escola como Organização e a Participação na Organização Escolar. Braga: Universidade do Minho, Instituto de Educação.
- Lima, L. (Org.) (2006). Compreender a Escola: Perspetivas de Análise Organizacional. Porto: Asa.
- Lopes, J. (1997). Tristes Escolas: Práticas Culturais e Estudantis no Espaço Escolar Urbano. Porto: Edições Afrontamento.

- Machado, J. (1982). Participação e Descentralização, Democratização e Neutralidade na Constituição de 76. Coimbra: Ed. Livraria Almedina.
- Marchesi, A. (2002). Mudanças educativas e avaliação das escolas. In Azevedo, J. (org.), Avaliação das escolas. Consensos e Divergências. Porto: Asa.
- Morgan, G. (1996). Imagens da Organização. São Paulo: Atlas.
- Mouraz, A. (2011). A Participação Ativa dos Alunos na Vida das Escolas. OBVIE, (online), abril. In <http://obviept.weebly.com/>. Acedido em 30 de novembro de 2014 em http://www.fpce.up.pt/ciie/obvie/docs/2011/ParticipacaoActiva_OBVIE2011.pdf
- Pereira, C. (2009). Democracia e Participação: Representações dos Alunos do 3.º Ciclo. (Dissertação de Mestrado). Universidade de Aveiro, Aveiro, Portugal.
- Parreiral, S. (2011). Cidadania e Participação dos Alunos nos Contextos Escolares. Exedra, Revista Científica da Escola Superior de Educação de Coimbra. Coimbra, nº5, P.77-91.
- Pinto, C. (1995). Sociologia da Escola. Lisboa: McGraw-Hill
- Quivy, R. & Campenhoudt, L. (1998). Manuel de Investigação em Ciências Sociais (2.ª ed.). Lisboa: Gradiva.
- Relvas, A. (1999). A Escola de Ontem Face aos Adolescentes de Hoje: Como Será Amanhã?. In Pinto, M., Tedesco, J., Pais, J. & Relvas, A. (Edts). As Pessoas que Moram nos Alunos: Ser Jovem, Hoje, na Escola Portuguesa (p.75-96).Porto: Edições Asa.
- Santiago, R. (2001). A Escola Também é Um Sistema de Aprendizagem Organizacional. In Alarcão, I. (Org.). Escola reflexiva e Supervisão: Uma Escola em Desenvolvimento e Aprendizagem (p.26-41). Porto: Porto Editora.

Senge, P. (2005). *Escolas que Aprendem*. Porto Alegre: Artmed.

Silva, A. & Pinto, J. (2001). *Metodologia das Ciências Sociais (11.ª ed.)*. Porto: Afrontamento.

Vala, J. & Torres, A. (2007). *Atitudes sociais dos portugueses: Contextos e Atitudes Sociais na Europa*. Lisboa: ICS.

Ventura, A. (2006). *Avaliação e Inspeção das Escolas: Estudo de Impacte do Programa de Avaliação Integrada. (Dissertação de Doutoramento)* Aveiro: Universidade de Aveiro.

Whitaker, P. (2000). *Gerir a Mudança nas Escolas*. Lisboa: Asa.

LEGISLAÇÃO

Lei nº 46/86, de 14 outubro. Lei de Bases do Sistema Educativo.

Decreto-Lei n.º75/2008, de 22 de abril. Regime de Autonomia, Administração e Gestão dos Estabelecimentos Públicos da Educação Pré-Escolar e dos Ensinos Básico e Secundário.

APÊNDICES

APENDICE I

QUESTIONÁRIO AOS ALUNOS DOS 2º E 3º CICLOS DO ENSINO BÁSICO

QUESTIONÁRIO AOS ALUNOS DOS 2º E 3º CICLOS DO ENSINO BÁSICO

O presente questionário está relacionado com a **PARTICIPAÇÃO DOS ALUNOS NA VIDA DA ESCOLA** e pretende saber como esta decorre na vossa escola. Por isso, ser-te-ão colocadas algumas questões relacionadas com este assunto.

Não te preocupes em acertar ou errar, porque não existem respostas certas ou erradas. Procura apenas ser sincero e responder a todas as questões que te são colocadas.

O anonimato deve ser preservado, pelo que não deves colocar a tua identificação em parte alguma.

Obrigada pela tua participação.

A - IDENTIFICAÇÃO

1.1 - Sexo: Fem. Masc. 1.2 - Ano de escolaridade ____ 1.3 - Idade ____

B - SOBRE O TEU CONHECIMENTO DOS DIFERENTES ORGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO/ GESTÃO E DOCUMENTOS DE ORIENTAÇÃO, PLANEAMENTO E FUNCIONAMENTO

2 - Sabes o que é o **Plano Anual de Atividades** de uma escola? **SIM** **NÃO**

2.1 - Se **sim**, diz o que é _____

2.2 - Sugeriste atividades para o **Plano Anual de Atividades** da tua escola?

SIM **NÃO**

2.2.1 - Se **sim**, onde fizeste as tuas sugestões. **(Assinala as opções convenientes)**

- Ao (à) Diretor (a) de Turma
- Aos professores da turma
- Ao Delegado de Turma
- Preenchimento de questionário
- Outra. Qual? _____

2.3 - Conheces o **Plano Anual de Atividades** da tua escola? **SIM** **NÃO**

2.3.1 - Se **sim**, de que forma é que tomaste conhecimento do mesmo? **(Assinala as opções convenientes)**

- Através do (a) Diretor (a) de Turma
- Por leitura do mesmo no *site* do Agrupamento
- Por intermédio do (a) Delegado (a) de Turma
- Outra. Qual? _____

3 - Sabes o que é o Regulamento Interno da escola? SIM NÃO

3.1 - Se sim, diz em que consiste _____

3.2 – Deste sugestões para a sua elaboração? SIM NÃO

3.2.1 - Se sim, de que forma foi a tua participação? _____

3.3 - Conheces o Regulamento Interno da tua escola? SIM NÃO

3.3.1 - Se sim, como foi que tomaste conhecimento deste documento?

(Assinala as opções convenientes)

- Através do (a) Diretor (a) de Turma
- Por leitura do mesmo no site do Agrupamento
- Por intermédio do (a) Delegado (a) de Turma
- Outra. Qual? _____

4 - Dos órgãos de administração e gestão das escolas assinala aquele (s) que conheces:

- Conselho Geral
- Direção
- Conselho Pedagógico
- Conselho Administrativo

C - SOBRE A TUA PARTICIPAÇÃO NA VIDA DA ESCOLA

5 - A tua escola não tem Associação de Estudantes, achavas importante a sua existência? SIM NÃO

5.1 Qual é a função de uma Associação de Estudantes? (Assinala três opções)

- Proporcionar espaços agradáveis de convívio aos alunos
- Promover atividades culturais e desportivas
- Promover a participação dos alunos na discussão de problemas da escola
- Servir de elo de ligação entre os alunos e os órgãos de administração e gestão da escola
- Representar os alunos e defender os seus interesses
- Proporcionar momentos de animação durante os intervalos das aulas
- Contribuir para a melhoria dos espaços da escola
- Guardar materiais dos alunos nos intervalos das aulas
- Apoiar os alunos durante os intervalos das aulas
- Empréstimo de material aos alunos durante os intervalos das aulas
- Promover concursos variados na escola

- Organizar festas para os alunos
- Outra. Qual? _____

6 - Julgas Importante a existência de um (a) Delegado (a) de Turma? SIM NÃO

6.1 - Quais as funções de um(a) Delegado(a) de Turma? (Assinala três opções)

- Auxiliar o Diretor de Turma em tarefas de direção de turma
- Registrar os comportamentos dos colegas quando um professor se retira da sala
- Coordenar reuniões com os colegas da turma para debater problemas e elaborar propostas para o conselho de turma
- Representar os alunos da turma no Conselho de Turma
- Auxiliar os professores em tarefas da sala de aula
- Representar a turma e participar em reuniões com outros Delegados de Turma
- Outra. Qual? _____

6.2 - Quando eleges o(a) Delegado(a) de Turma que características te parecem mais importantes? (Assinala três opções)

- Simpatia
- Bom aproveitamento
- Bom comportamento
- Responsabilidade
- Bom relacionamento com os outros (alunos e professores)
- Espírito de iniciativa
- Capacidade de escutar
- Respeitador(a) das opiniões dos outros
- Ter espírito de liderança
- Ter capacidade de trabalho
- Ser justo(a)
- Ser tolerante
- Ser o (a) mais popular
- Os professores gostarem dele (a)
- Outra. Qual? _____

6.3 – O (A) Delegado(a) da tua Turma já resolveu algum problema da turma?

SIM NÃO

6.4 – O (A) Delegado(a) da tua Turma consulta frequentemente os alunos para tentar resolver algum problema? **SIM** **NÃO**

6.5 - Participas na eleição do(a) Delegado(a) da tua Turma? **SIM** **NÃO**

6.6 - Quem orientou a eleição do (a) Delegado(a) da tua Turma? (**Assinala as opções convenientes**)

- Diretor de turma
- Professores da turma
- Alunos da turma
- Outra. Qual? _____

6.7 - Em que aula decorreu a eleição do (a) Delegado (a) da tua Turma? (**Assinala uma opção**)

- Na aula de Formação Cívica
- Na aula com o(a) Diretor(a) de Turma
- Na aula com professores da turma
- Outra. Qual? _____

7 - A tua **turma** costuma realizar **Assembleias/ Reuniões de Turma**? **SIM** **NÃO**

7.1 - Se **sim**, quem dirige a reunião? (**Assinala as opções convenientes**)

- Diretor(a) de Turma
- Professores da turma
- Delegado(a) de Turma
- Outra. Qual? _____

7.2 - Se **sim**, em que tempos decorrem? (**Assinala as opções convenientes**)

- Na aula de Formação Cívica
- Na aula com o(a) Diretor(a) de Turma
- Na aula com professores da turma
- Fora dos tempos letivos
- Outra. Qual? _____

7.3 - Se **sim**, com que frequência se fazem as Assembleias/ Reuniões de Turma? (**Assinala uma opção**)

- Todas as semanas
- De 15 em 15 dias
- De mês a mês
- Uma vez por período letivo
- Outra. Qual? _____

7.4 - Qual o objetivo das Assembleias/ Reuniões de Turma? (Assinala três opções)

- Resolver questões de comportamento dos alunos
- Decidir sobre visitas de estudo
- Decidir atividades a realizar pela turma
- Discutir propostas para o Conselho de Turma
- Eleger o(a) Delegado(a) de Turma
- Outra. Qual? _____

7.5 - Se **sim, como são tomadas as decisões nas Assembleias/ Reuniões de Turma?**

(Assinala uma opção)

- Por maioria de votação
- Por decisão do(a) Delegado(a) de Turma
- Por decisão do(a) Diretor(a) de Turma
- Outra. Qual? _____

8 - Sabes o que é o Plano da Turma? SIM NÃO

8.1 - Se **sim, diz o que é _____**

8.2 - Participaste na proposta de atividades para o Plano da Turma? SIM NÃO

8.2.1 - De que forma foi a tua participação? _____

D - A TUA OPINIÃO SOBRE O TIPO DE PARTICIPAÇÃO QUE OS ALUNOS DEVEM TER NA VIDA DA ESCOLA

9 - Como classificas a tua participação nas várias decisões da vida da escola?

(Assinala uma opção)

- Nula (não participo em nenhuma decisão)
- Insuficiente (não participo em quase nenhuma decisão)
- Suficiente (participo em algumas decisões)
- Satisfatória (participo em quase todas as decisões)

10 - Para ti, a participação dos alunos nas decisões sobre a vida da escola é: (Assinala uma opção)

- Dispensável (Não necessária)
- Indispensável (Necessária)
- Indiferente (Embora devam fazer parte dos órgãos que decidem a vida da escola, os adultos é que decidem)

Porque _____

Obrigada pela tua participação!

APENDICE II

QUESTIONÁRIO AOS DIRETORES DE TURMA

QUESTIONÁRIO AOS DIRETORES DE TURMA

O presente questionário está relacionado com a **PARTICIPAÇÃO DOS ALUNOS NA VIDA DA ESCOLA** e pretende saber como decorre a sua participação. Para tal, serão colocadas algumas questões relacionadas com este assunto.

O anonimato deve ser preservado, pelo que não deve colocar a sua identificação em parte alguma.

Obrigada pela participação.

A - IDENTIFICAÇÃO

1.1 - Sexo: Fem. Masc.

1.2 - Tempo de serviço (em 31 /08 14): 5 - 10 anos 11 - 20 anos 21 - 30 anos
 >30 anos

1.3 - Categoria Profissional: Professor do Quadro Professor Contratado

B - PARTICIPAÇÃO QUE OS ALUNOS DEVEM TER NA VIDA DA ESCOLA

2 - Acha importante a participação dos alunos na vida da escola? **SIM** **NÃO**

3 - Que importância atribui à participação dos alunos nas decisões sobre a vida da escola: **(Assinale uma opção)**

Dispensável (Não necessária)

Indispensável (Necessária)

Indiferente (Embora devam fazer parte dos órgãos que decidem a vida da escola, os adultos é que decidem)

4 - Como classifica a participação dos alunos na vida desta escola? **(Assinale uma opção)**

Satisfatória (participam em quase todas as decisões)

Suficiente (participam em algumas decisões)

Insuficiente (não participam em quase nenhuma decisão)

Nula (não participam em nenhuma decisão)

5 - Se considerou a participação dos alunos insuficiente ou nula, diga quais são em seu entender as principais razões da falta de participação por parte dos alunos.

(Assinale as opções convenientes)

- Falta de conhecimento da estrutura da escola por parte dos alunos
- Falta de responsabilidade por parte dos alunos
- Crise de valores das crianças e jovens
- Falta de informação sobre os direitos dos alunos
- Falta de empenhamento dos próprios órgãos de gestão da escola
- Preferência dos alunos por outras atividades fora da escola
- Pouco interesse dos docentes pela participação dos alunos
- Inexistência de um clima democrático na escola
- Falta de motivação dos alunos
- A grande complexidade da gestão da escola
- As dificuldades inerentes a todo o sistema educativo
- A falta de tradição participativa por parte dos alunos
- Outra (s).Qual (ais)? _____

6 - Quais as áreas sobre as quais lhe parece incidir a participação dos alunos desta escola. **(Assinale as opções convenientes)**

- Dentro da sala de aula
- Nos Conselhos de Turma
- Junto do Diretor de Turma
- Na organização de festas, bailes, convívios, etc.
- Na organização de atividades culturais, visitas de estudo, etc.
- Outra (s).Qual (ais)? _____

7 - Estimula a participação dos seus alunos na vida da escola? **SIM** **NÃO**

7.1 – Se sim, através de: (Assinale as opções convenientes)

- Reforço dos direitos e deveres dos alunos
- Reforço das funções dos Delegados de Turma
- Realização de Assembleias de Turma
- Registo das deliberações das Assembleias de Turma para levar ao conselho de turma
- Transmissão aos alunos das informações e decisões dos Conselhos de Turma

- Promoção da participação na organização de atividades
- Promoção de decisões democráticas
- Incentivo do espírito crítico
- Informação das formas de participação previstas nos documentos orientadores da escola
- Outra (s).Qual (ais)? _____

8 - Em relação aos Delegados de Turma dos alunos, a sua ação é... (Assinale as opções convenientes)

- De pouca ou nula importância para os docentes
- Importante ao nível das informações sobre a turma
- Uma mera formalidade
- Importante sobretudo a nível disciplinar (castigos, penas...)
- Sobretudo de apoio às atividades docente (pequenas tarefas, contar as faltas dos alunos, etc.)
- Mais um fator de instabilidade nas turmas
- Outra (s).Qual (ais)? _____

9 - Os alunos desta escola estão representados nos conselhos de turma? (Assinale uma opção)

- Sim
- Não
- Não sei

10 – Na sua opinião, o que poderá ser realizado no sentido da melhoria da participação dos alunos na vida da escola.

Obrigada pela participação!

APENDICE III

DADOS DOS QUESTIONÁRIO AOS ALUNOS DOS 2º E 3º CICLOS DO ENSINO BÁSICO

A – IDENTIFICAÇÃO

Tabelas e Gráficos da Caracterização da Amostra dos Alunos dos 2.º e 3.º Ciclos

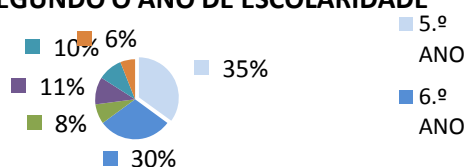
1.1 - Distribuição da Amostra Segundo o Género		
Sexo	Frequência	Percentagem
Feminino	187	47%
Masculino	214	53%
TOTAL	401	100%

DISTRIBUIÇÃO DA AMOSTRA SEGUNDO O GÉNERO



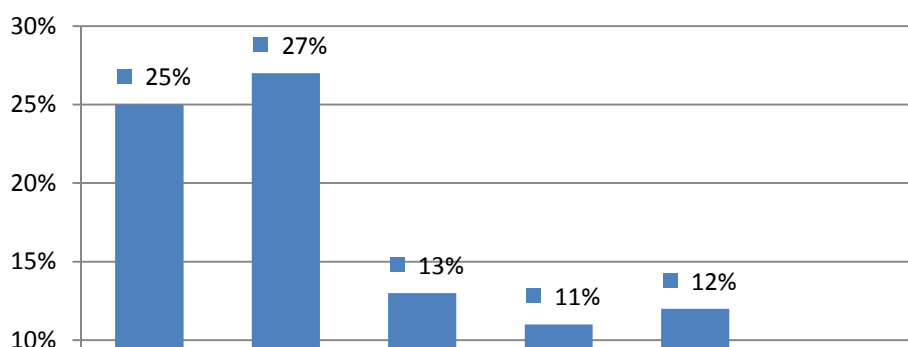
1.2 - Distribuição da Amostra Segundo o Ano de Escolaridade		
Sexo	Frequência	Percentagem
5.º Ano	140	35%
6.º Ano	122	30%
7.º Ano	30	8%
8.º Ano	45	11%
9.º Ano	41	10%
CVPA	23	6%
TOTAL	401	100%

DISTRIBUIÇÃO DA AMOSTRA SEGUNDO O ANO DE ESCOLARIDADE



1.3 - Distribuição da Amostra Segundo a Idade		
Sexo	Frequência	Porcentagem
10 Anos	100	25%
11 Anos	108	27%
12 Anos	55	13%
13 Anos	43	11%
14 Anos	48	12%
15 Anos	19	5%
16 Anos	20	5%
17 Anos	8	2%
TOTAL	401	100%

DISTRIBUIÇÃO DA AMOSTRA SEGUNDO A IDADE



B - SOBRE O TEU CONHECIMENTO DOS DIFERENTES ORGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO/ GESTÃO E DOCUMENTOS DE ORIENTAÇÃO, PLANEAMENTO E FUNCIONAMENTO

Tabela e Gráfico dos Dados Obtidos na Questão 2

2 - Sabes o que é o Plano Anual de Atividades de uma escola?		
Categorias	Frequência	Porcentagem
Sim	67	17%
Não	334	83%
TOTAL	401	100%

Sabes o que é o Plano Anual de Atividades de uma escola?

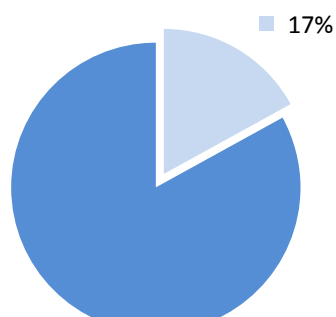


Tabela e Gráfico dos Dados Obtidos na Questão 2.1

2.1 - Se sim, diz o que é		
Categorias	Frequência	Percentagem
Atividades realizadas na escola ao longo do ano letivo	16	25%
Visitas de estudo	1	1%
Atividades de melhoria da escola	2	3%
Funcionamento da escola	3	4%
Outras	2	3%
Não responde	43	64%
TOTAL	67	100%

Se sim, diz o que é.

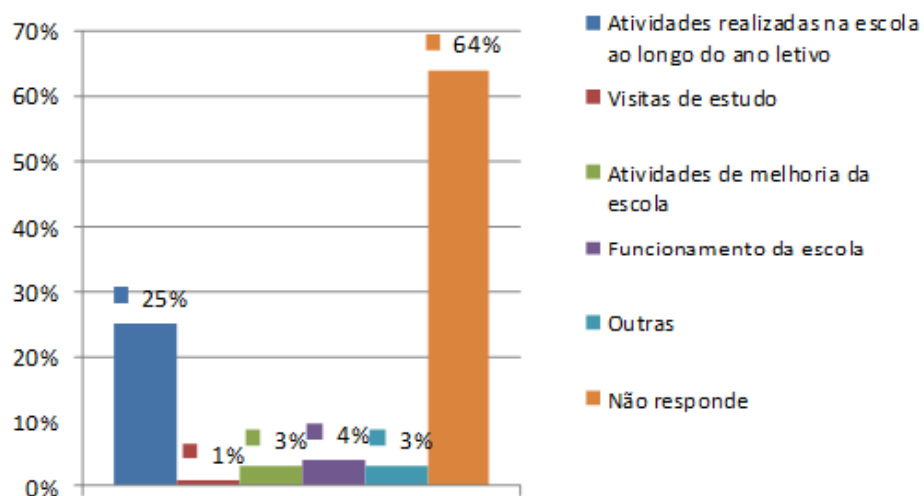


Tabela e Gráfico dos Dados Obtidos na Questão 2.2

2.2 - Sugeriste atividades para o Plano Anual de Atividades da tua escola?		
Categorias	Frequência	Percentagem
Sim	55	14%
Não	346	86%
TOTAL	401	100%

Sugeriste atividades para o Plano Anual de Atividades da tua esco

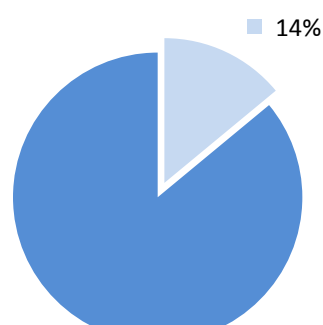


Tabela e Gráfico dos Dados Obtidos na Questão 2.2.1

2.2.1 - Se sim, onde fizeste as tuas sugestões.		
Categorias	Frequência	Percentagem
Ao (à) diretor (a) de turma	28	35%
Aos professores da turma	14	17%
Ao delegado de turma	10	12%
Preenchimento de questionário	26	32%
Outra. Qual?	3	4%
TOTAL	81	100%

Se sim, onde fizeste as tuas sugestões.

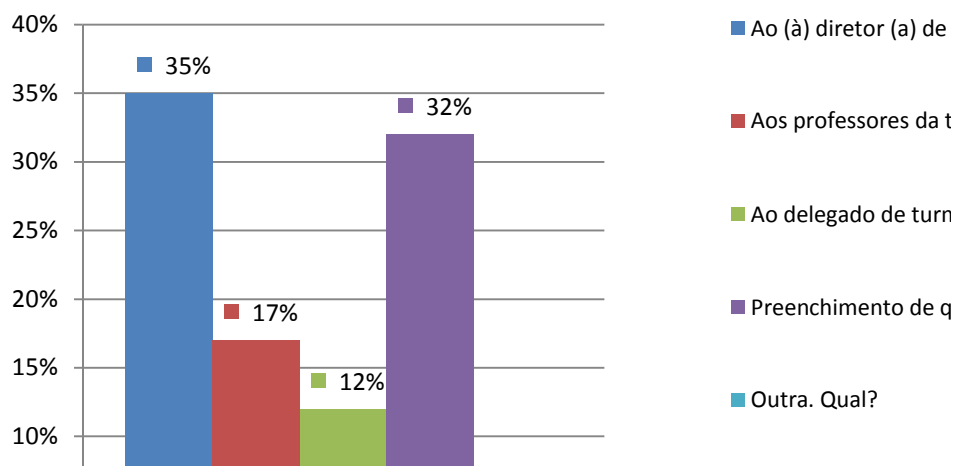


Tabela e Gráfico dos Dados Obtidos na Questão 2.3

2.3 - Conheces o Plano Anual de Atividades da tua escola?		
Categorias	Frequência	Porcentagem
Sim	54	13%
Não	347	87%
TOTAL	401	100%

Conheces o Plano Anual de Atividades da tua escola?

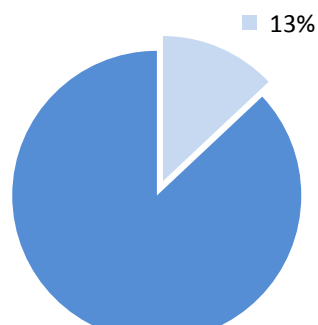


Tabela e Gráfico dos Dados Obtidos na Questão 2.3.1

2.3.1 - Se sim, de que forma é que tomaste conhecimento do mesmo?		
Categorias	Frequência	Percentagem
Através do (a) diretor (a) de turma	34	59%
Por leitura do mesmo no site do Agrupamento	9	16%
Por intermédio do (a) delegado (a) de turma	10	17%
Outra. Qual?	5	8%
TOTAL	58	100%

Se sim, de que forma é que tomaste conhecimento do mesmo?.

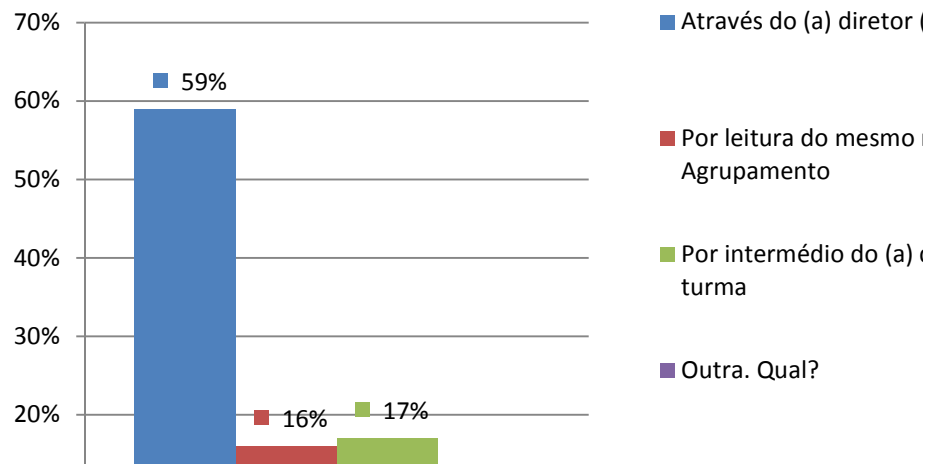


Tabela e Gráfico dos Dados Obtidos na Questão 3

3 - Sabes o que é o Regulamento Interno da escola?		
Categorias	Frequência	Percentagem
Sim	210	52%
Não	191	48%
TOTAL	401	100%

Sabes o que é o Regulamento Interno da escola?

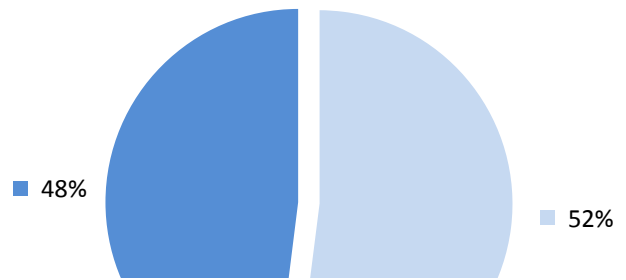


Tabela e Gráfico dos Dados Obtidos na Questão 3.1

3.1 - Se sim, diz em que consiste		
Categorias	Frequência	Percentagem
Regras de funcionamento da escola	61	29%
Castigos/ Punições	8	4%
Direitos e deveres	4	2%
Outras	8	4%
Não responde	129	61%
TOTAL	210	100%

Se sim, diz em que consiste

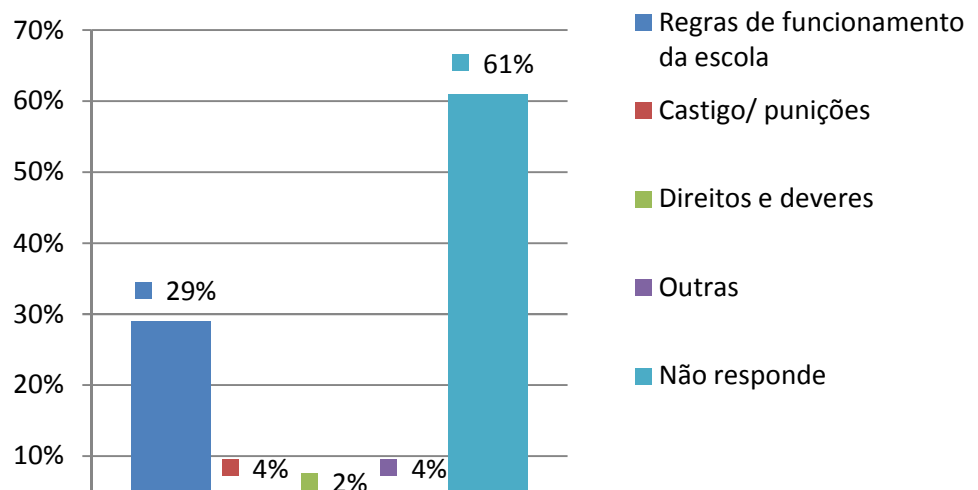


Tabela e Gráfico dos Dados Obtidos na Questão 3.2

3.2 – Deste sugestões para a sua elaboração		
Categorias	Frequência	Percentagem
Sim	22	5%
Não	379	95%
TOTAL	401	100%

Deste sugestões para a sua elaboração

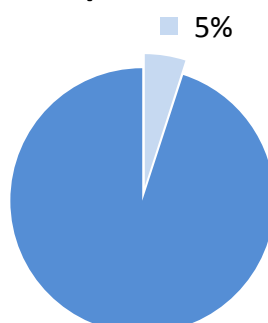


Tabela e Gráfico dos Dados Obtidos na Questão 3.2.1

3.2.1 - Se sim, de que forma foi a tua participação?		
Categorias	Frequência	Percentagem
Através do Diretor de Turma	1	5%
Preenchimento de formulário	1	5%
Outras	5	22%
Não responde	15	68%
TOTAL	22	100%

Se sim, de que forma foi a tua participação?

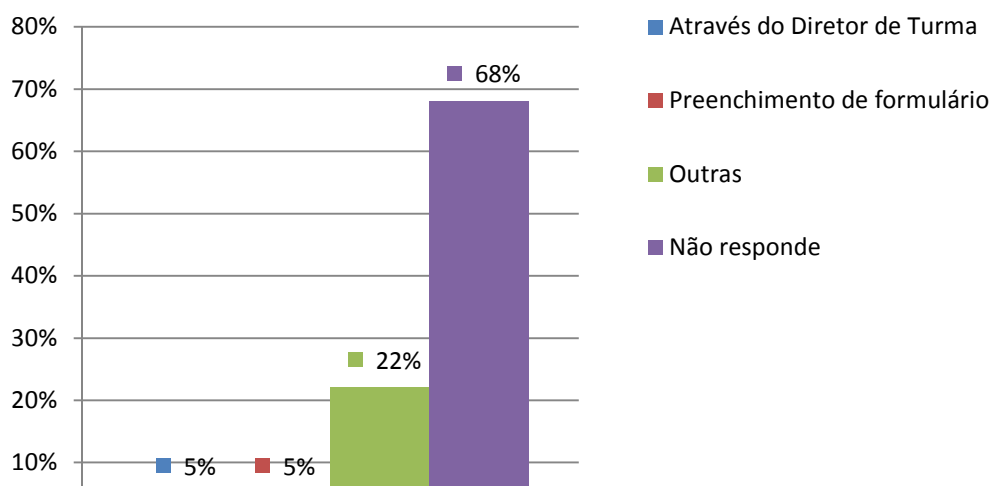


Tabela e Gráfico dos Dados Obtidos na Questão 3.3

3.3 - Conheces o Regulamento Interno da tua escola?		
Categorias	Frequência	Porcentagem
Sim	169	42%
Não	232	58%
TOTAL	401	100%

Conheces o Regulamento Interno da tua escola?

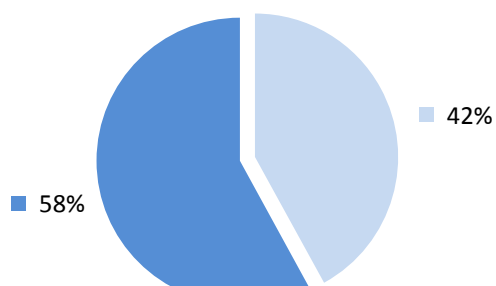


Tabela e Gráfico dos Dados Obtidos na Questão 3.3.1

3.3.1 - Se sim, como foi que tomaste conhecimento deste documento?		
Categorias	Frequência	Percentagem
Através do (a) diretor (a) de turma	111	66%
Por leitura do mesmo no site do Agrupamento	46	27%
Por intermédio do (a) delegado (a) de turma	4	2%
Outra. Qual?	8	5%
TOTAL	169	100%

Se sim, como foi que tomaste conhecimento deste documento?

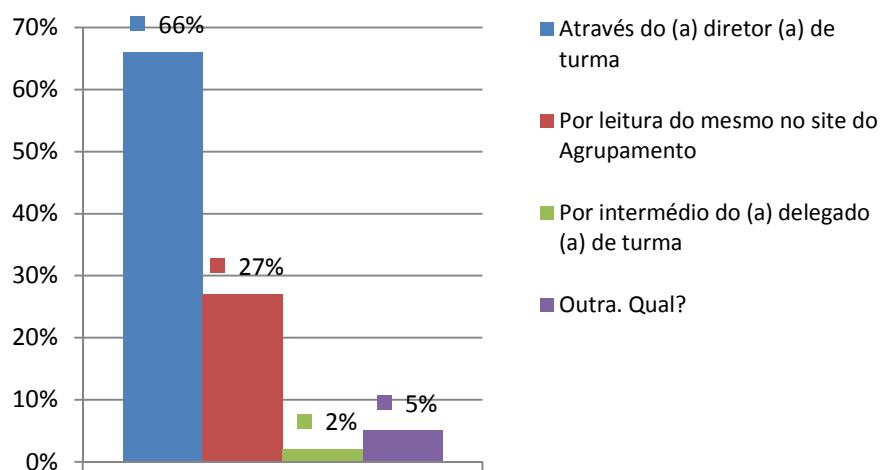
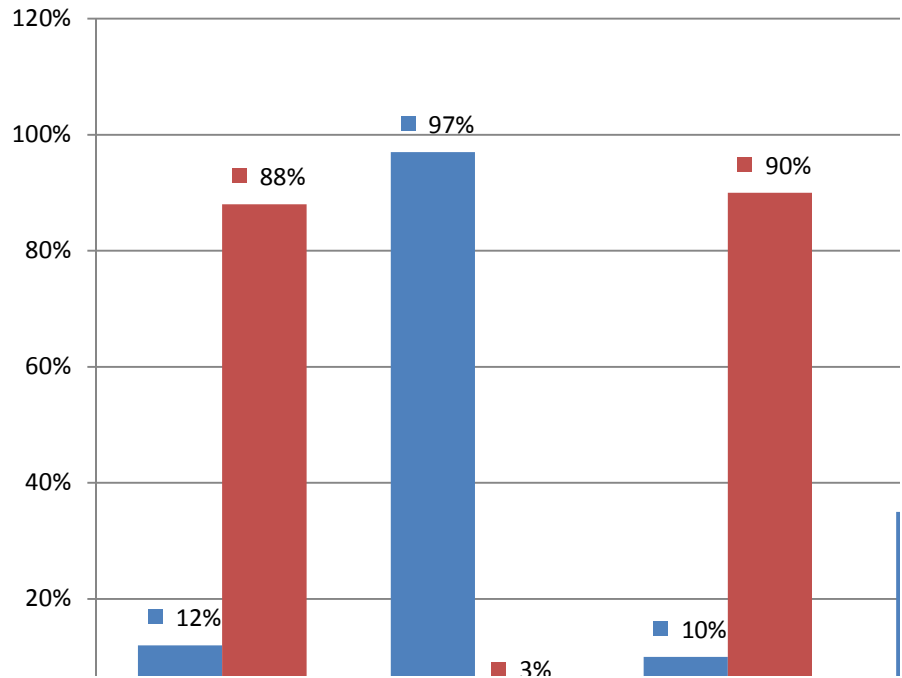


Tabela e Gráfico dos Dados Obtidos na Questão 4

4 - Dos órgãos de administração e gestão das escolas assinala aquele (s) que conheces:						
Categorias	Frequência			Percentagem		
	Sim	Não	Total	Sim	Não	Total
Conselho Geral	49	352	401	12%	88%	100%
Direção	390	11	401	97%	3%	100%
Conselho Pedagógico	41	360	401	10%	90%	100%
Conselho Administrativo	139	262	401	35%	65%	100%

Dos órgãos de administração e gestão das escolas



C – SOBRE A TUA PARTICIPAÇÃO NA VIDA DA ESCOLA

Tabela e Gráfico dos Dados Obtidos na Questão 5

5 - A tua escola não tem Associação de Estudantes , achavas importante a sua existência?		
Categorias	Frequência	Percentagem
Sim	358	89%
Não	43	11%
TOTAL	401	100%

A tua escola não tem Associação de Estudantes, achavas importante a sua existência?

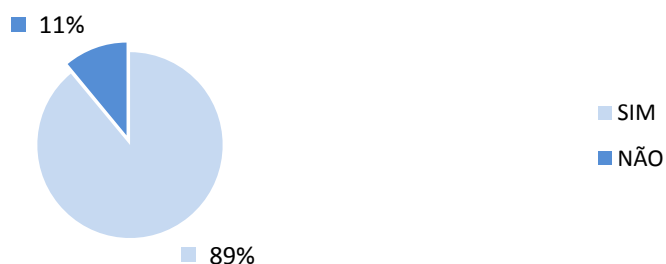


Tabela e Gráfico dos Dados Obtidos na Questão 5.1

5.1 Qual é a função de uma Associação de Estudantes?		
Categorias	Frequência	Porcentagem
Proporcionar espaços agradáveis de convívio aos alunos	192	16%
Promover atividades culturais e desportivas	161	13%
Promover a participação dos alunos na discussão de problemas da escola	91	8%
Servir de elo de ligação entre os alunos e os órgãos de administração e gestão da escola	44	4%
Representar os alunos e defender os seus interesses	170	14%
Proporcionar momentos de animação durante os intervalos das aulas	88	7%
Contribuir para a melhoria dos espaços da escola	156	13%
Guardar materiais dos alunos nos intervalos das aulas	26	2%
Apoiar os alunos durante os intervalos das aulas	44	4%
Emprestar material aos alunos durante os intervalos das aulas	5	0%
Promover concursos variados na escola	70	6%
Organizar festas para os alunos	148	12%
Outra. Qual?	8	1%
TOTAL	1203	100%

Qual é a função de uma Associação de Estudantes?

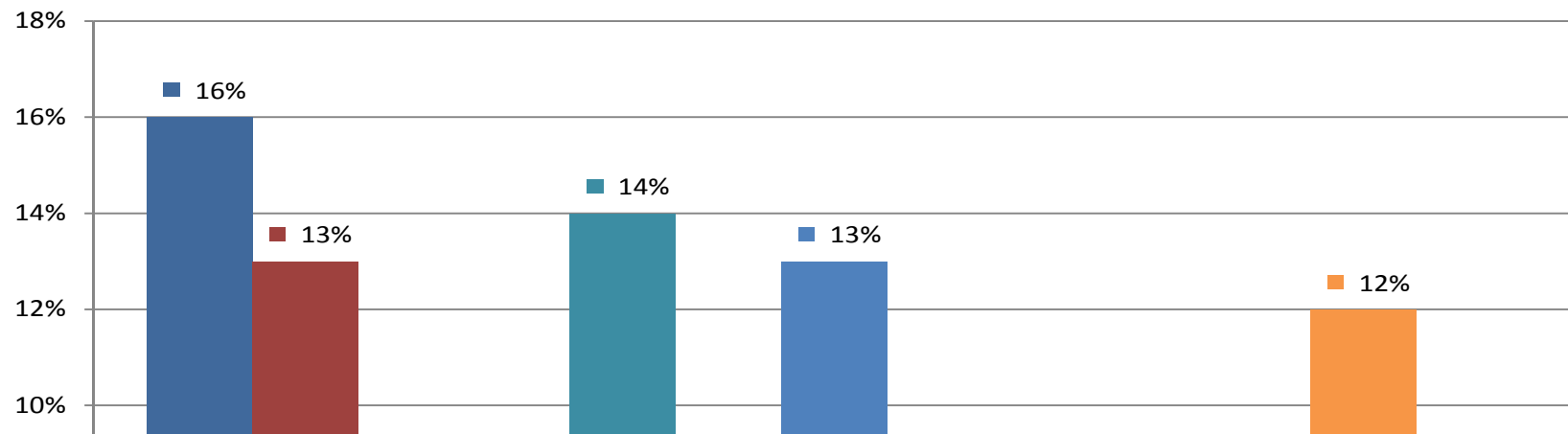


Tabela e Gráfico dos Dados Obtidos na Questão 6

6 - Julgas Importante a existência de um (a) Delegado (a) de Turma?		
Categorias	Frequência	Porcentagem
Sim	357	89%
Não	44	11%
TOTAL	401	100%

Julgas Importante a existência de um (a) Delegado (a) de

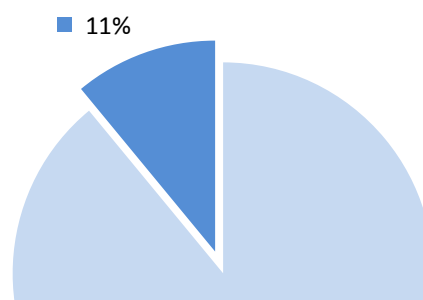


Tabela e Gráfico dos Dados Obtidos na Questão 6.1.

6.1 - Quais as funções de um(a) Delegado(a) de Turma?		
Categorias	Frequência	Porcentagem
Auxiliar o diretor de turma em tarefas de direção de turma	219	18%
Registrar os comportamentos dos colegas quando um professor se retira sala	239	20%
Coordenar reuniões com os colegas da turma para debater problemas e elaborar propostas para o conselho de turma	147	13%
Representar os alunos da turma no conselho de turma	251	21%
Auxiliar os professores em tarefas da sala de aula	101	8%
Representar a turma e participar em reuniões com outros delegados de turma	230	19%
Outra. Qual?	16	1%
TOTAL	1203	100%

Quais as funções de um(a) Delegado(a) de Turma

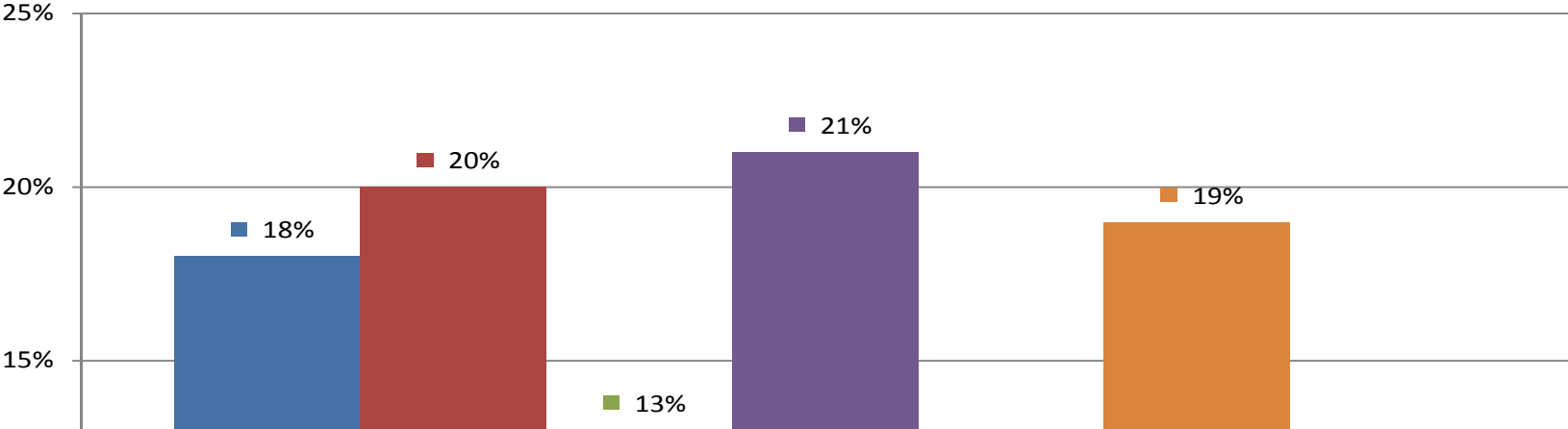


Tabela e Gráfico dos Dados Obtidos na Questão 6.2.

6.2 - Quando elege o(a) Delegado(a) de Turma que características te parecem mais importantes?		
Categorias	Frequência	Porcentagem
Simpatia	127	11%
Bom aproveitamento	42	4%
Bom comportamento	223	19%
Responsabilidade	292	24%
Bom relacionamento com os outros (alunos e professores)	89	7%
Espírito de iniciativa	27	2%
Capacidade de escutar	31	3%
Respeitador(a) das opiniões dos outros	113	9%
Ter espírito de liderança	33	3%
Ter capacidade de trabalho	34	3%
Ser justo(a)	145	12%
Ser tolerante	30	3%
Ser o (a) mais popular	3	0%
Os professores gostarem dele (a)	7	0%
Outra. Qual?	7	0%
TOTAL	1203	100%

Quando eleges o(a) Delegado(a) de Turma que características te parecem mais importantes?

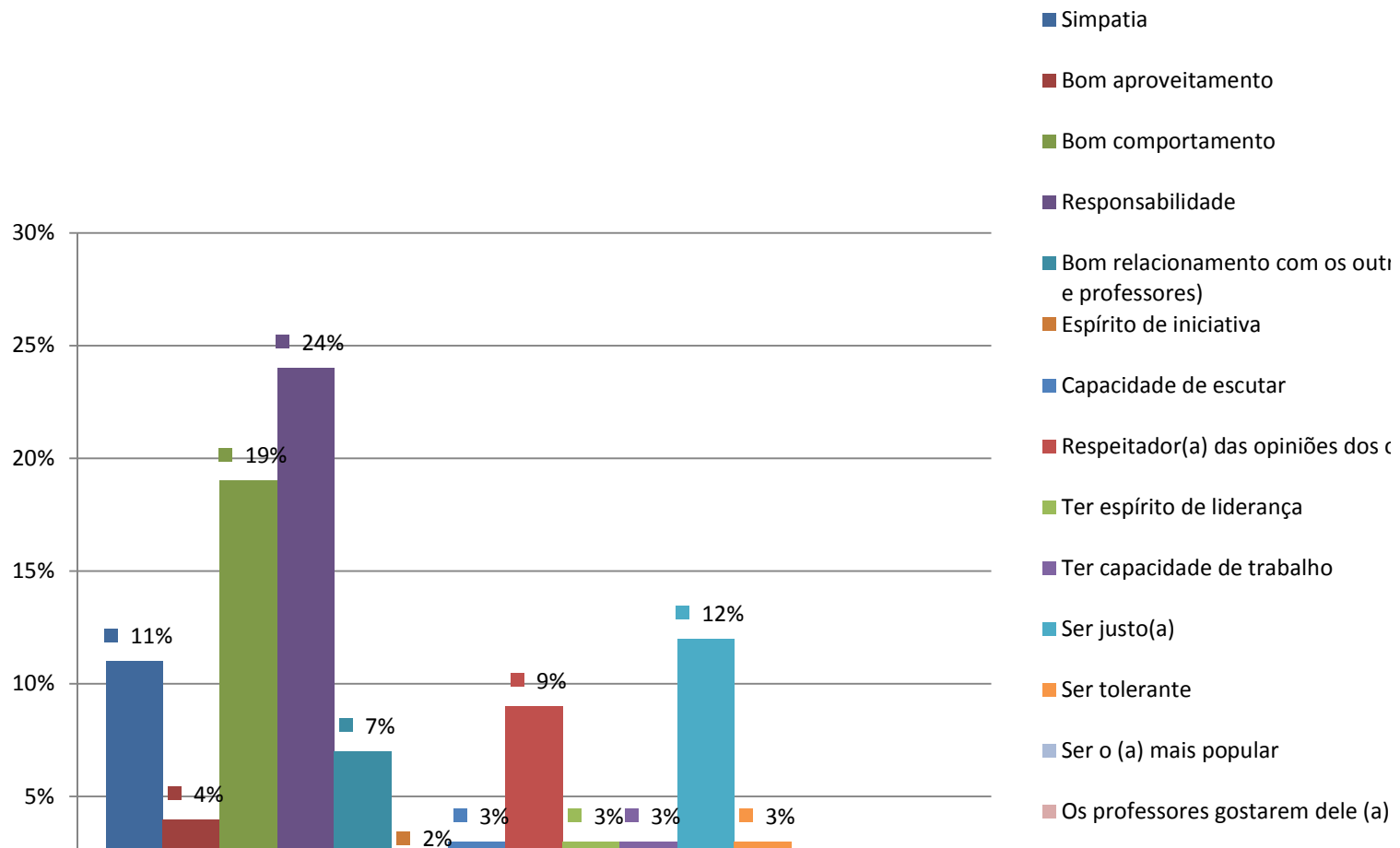


Tabela e Gráfico dos Dados Obtidos na Questão 6.3

6.3 - O(A) delegado(a) da tua turma já resolveu algum problema da turma?		
Categorias	Frequência	Percentagem
Sim	141	35%
Não	260	65%
TOTAL	401	100%

O(A) delegado(a) da tua turma já resolveu algum problema c

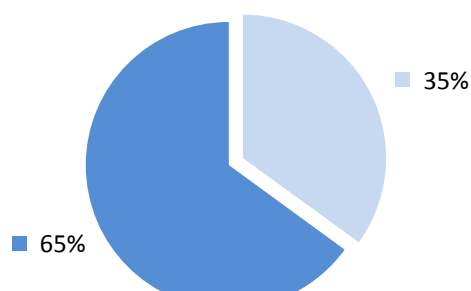


Tabela e Gráfico dos Dados Obtidos na Questão 6.4

6.4 - O(A) delegado(a) da tua turma consulta frequentemente os alunos para tentar resolver algum problema?		
Categorias	Frequência	Percentagem
Sim	124	31%
Não	277	69%
TOTAL	401	100%

O(A) delegado(a) da tua turma consulta frequentemente os para tentar resolver algum problema?

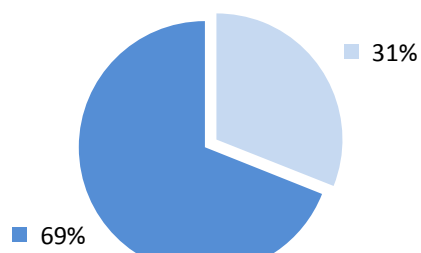


Tabela e Gráfico dos Dados Obtidos na Questão 6.5

6.5 - Participas na eleição do(a) delegado(a) da tua turma?		
Categorias	Frequência	Percentagem
Sim	360	90%
Não	41	10%
TOTAL	401	100%

Participas na eleição do(a) delegado(a) da tua turma?

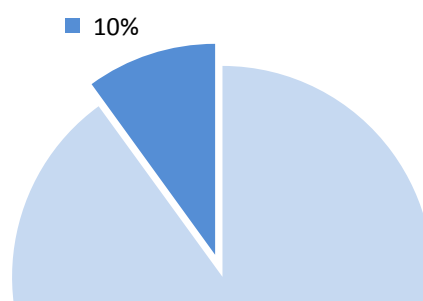


Tabela e Gráfico dos Dados Obtidos na Questão 6.6

6.6 - Quem orientou a eleição do(a) delegado(a) da tua turma?		
Categorias	Frequência	Percentagem
Diretor de turma	318	65%
Professores da turma	19	4%
Alunos da turma	154	31%
Outra. Qual?	0	0%
TOTAL	491	100%

Quem orientou a eleição do(a) delegado(a) da tua turma?

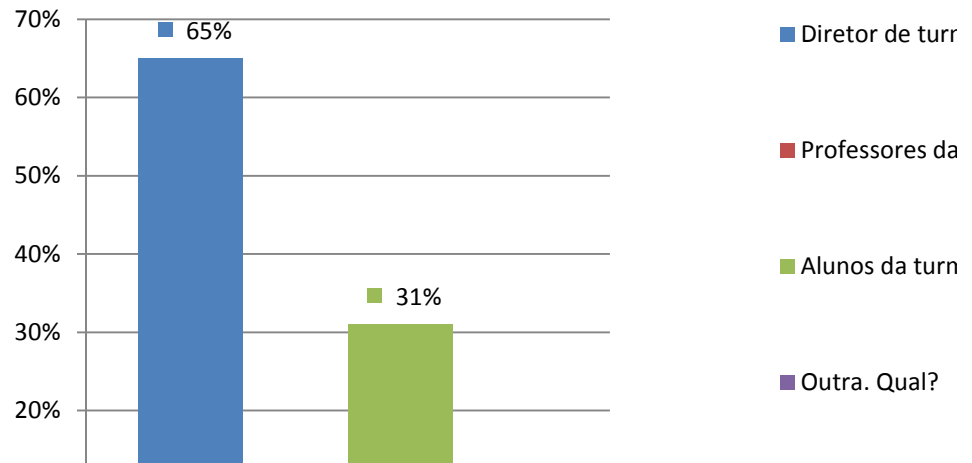


Tabela e Gráfico dos Dados Obtidos na Questão 6.7

6.7 - Em que aula decorreu a eleição do(a) delegado(a) da tua turma?		
Categorias	Frequência	Percentagem
Na aula de Formação Cívica	208	52%
Na aula com o(a) diretor(a) de turma	177	44%
Na aula com professores da turma	13	3%
Outra. Qual?	3	1%
TOTAL	401	100%

Em que aula decorreu a eleição do(a) delegado(a) da tua turma

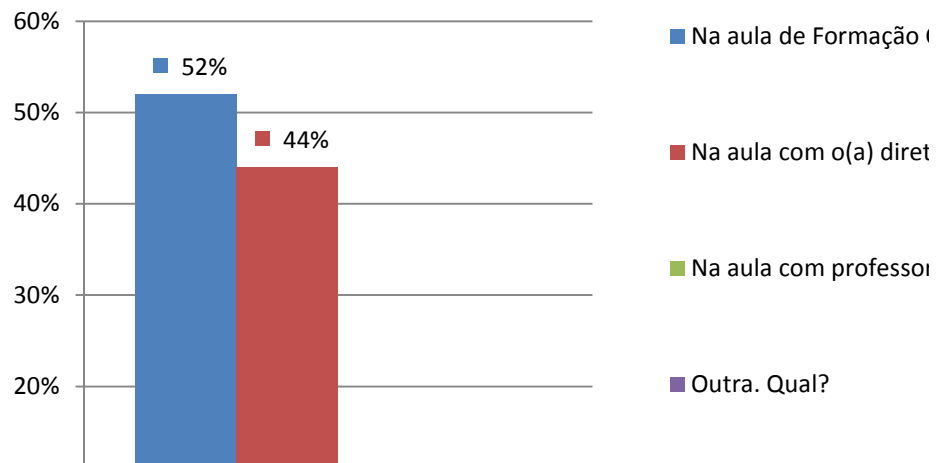


Tabela e Gráfico dos Dados Obtidos na Questão 7

7 - A tua turma costuma realizar assembleias/ reuniões de turma?		
Categorias	Frequência	Percentagem
Sim	69	17%
Não	332	83%
TOTAL	401	100%

A tua turma costuma realizar assembleias/ reuniões de turma?

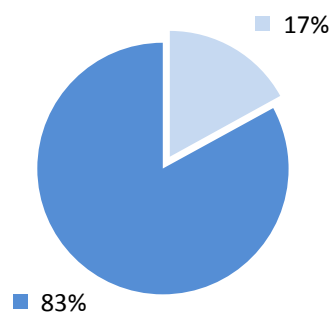


Tabela e Gráfico dos Dados Obtidos na Questão 7.1

7.1 - Se sim, quem dirige a reunião?		
Categorias	Frequência	Percentagem
Diretor(a) de turma	66	71%
Professores da turma	4	4%
Delegado(a) de turma	23	25%
Outra. Qual?	0	0%
TOTAL	93	100%

Se sim, quem dirige a reunião?

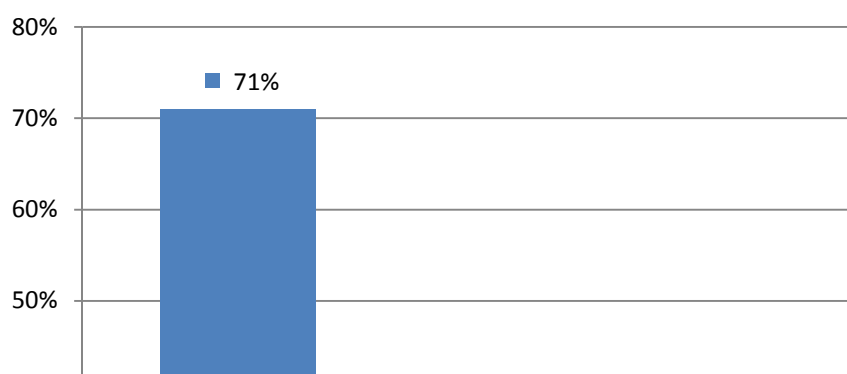


Tabela e Gráfico dos Dados Obtidos na Questão 7.2

7.2 – Se sim, em que tempos decorrem?		
Categorias	Frequência	Percentagem
Na aula de Formação Cívica	51	56%
Na aula com o(a) diretor(a) de turma	23	25%
Na aula com professores da turma	1	1%
Fora dos tempos letivos	5	5%
Outra. Qual?	12	13%
TOTAL	92	100%

Se sim, em que tempos decorrem?

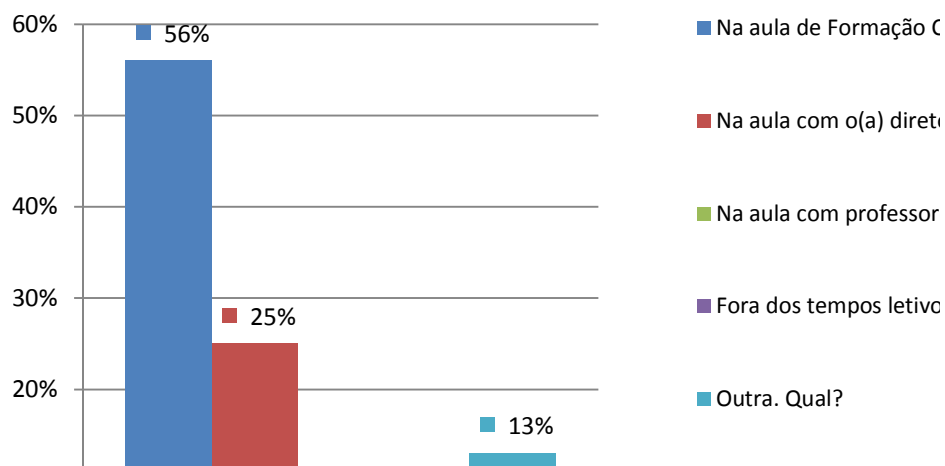


Tabela e Gráfico dos Dados Obtidos na Questão 7.3

7.3 – Se sim, com que frequência se fazem as assembleias/ reuniões de turma?		
Categorias	Frequência	Porcentagem
Todas as semanas	32	47%
De 15 em 15 dias	11	16%
De mês a mês	6	9%
Uma vez por período letivo	18	27%
Outra. Qual?	1	1%
TOTAL	68	100%

Se sim, com que frequência se fazem as assembleias/ reuniões de tur

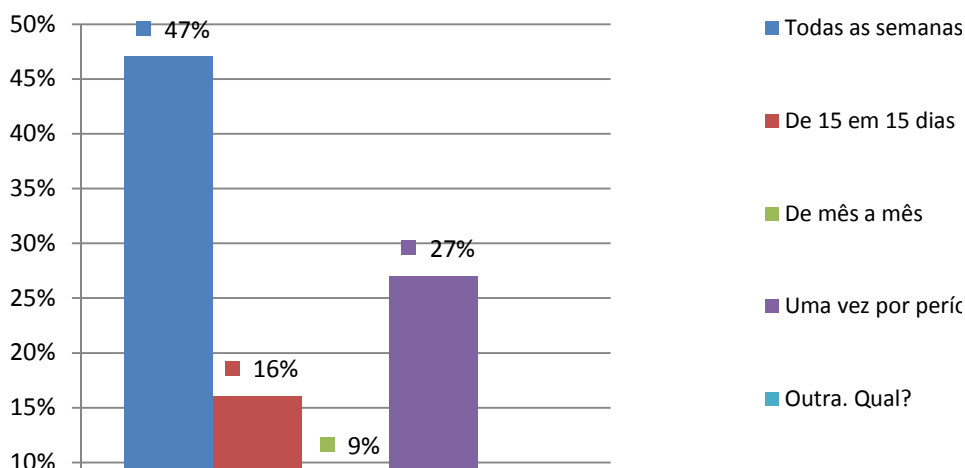


Tabela e Gráfico dos Dados Obtidos na Questão 7.4

7.4 - Qual o objetivo das assembleias/ reuniões de turma?		
Categorias	Frequência	Porcentagem
Resolver questões de comportamento dos alunos	368	31%
Decidir sobre visitas de estudo	159	13%
Decidir atividades a realizar pela turma	310	26%
Discutir propostas para o Conselho de Turma	231	19%
Eleger o(a) Delegado(a) de Turma	124	10%
Outra. Qual?	11	1%
TOTAL	1203	100%

Qual o objetivo das assembleias/ reuniões de turma?

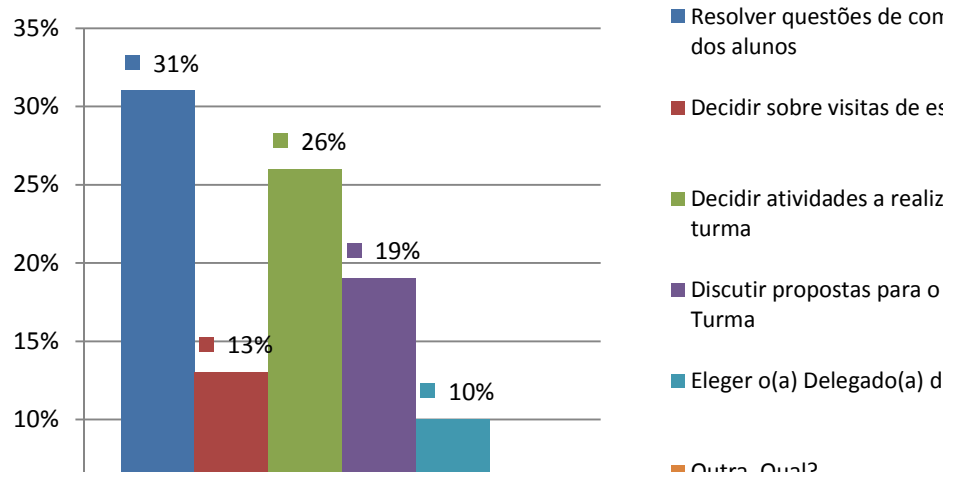


Tabela e Gráfico dos Dados Obtidos na Questão 7.5

7.5 – Se sim, como são tomadas as decisões nas assembleias/ reuniões de turma?		
Categorias	Frequência	Porcentagem
Por maioria de votação	69	62%
Por decisão do(a) delegado(a) de turma	18	16%
Por decisão do(a) diretor(a) de turma	25	22%
Outra. Qual?	0	0%
TOTAL	112	100%

Se sim, como são tomadas as decisões nas assembleias/ reuniões de turma?

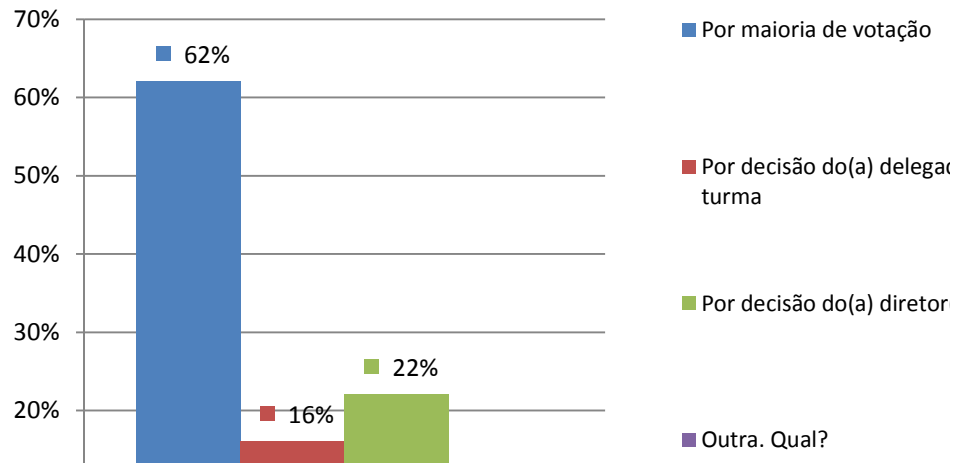


Tabela e Gráfico dos Dados Obtidos na Questão 8

8 - Sabes o que é o Plano da Turma?		
Categorias	Frequência	Porcentagem
Sim	81	20%
Não	320	80%
TOTAL	401	100%

Sabes o que é o Plano da Turma?

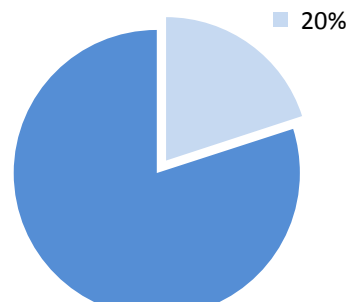


Tabela e Gráfico dos Dados Obtidos na Questão 8.1.

8.1 - Se sim, diz o que é		
Categorias	Frequência	Percentagem
Plano de atividades da turma	12	15%
Discutir assuntos e/ ou atividades da turma	4	5%
Outras	3	5%
Não responde	62	77%
TOTAL	81	100%

Se sim, diz o que é

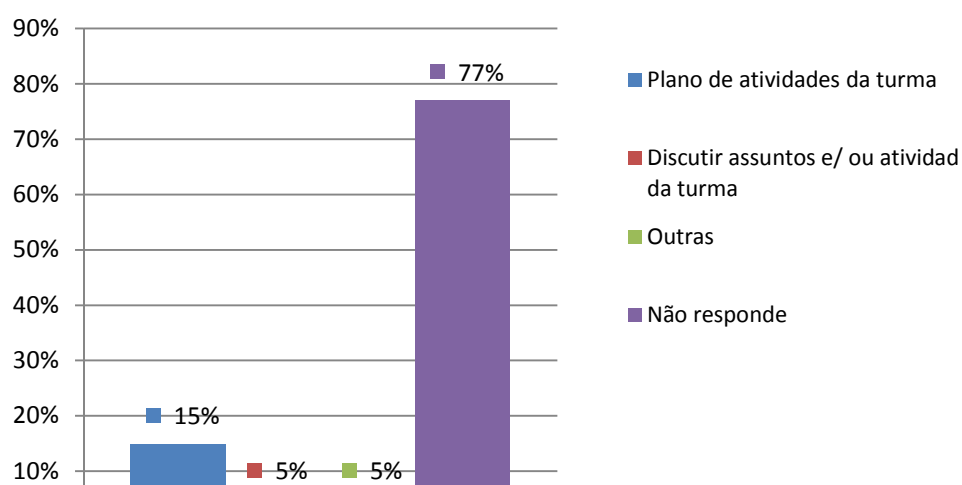


Tabela e Gráfico dos Dados Obtidos na Questão 8.2

8.2 - Participaste na proposta de atividades para o plano da turma?		
Categorias	Frequência	Percentagem
Sim	65	16%
Não	336	84%
TOTAL	401	100%

Participaste na proposta de atividades para o plano da tu

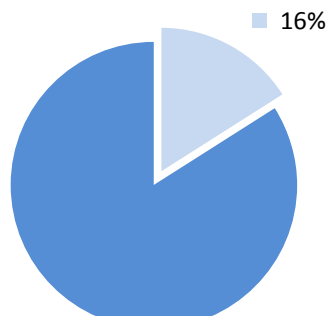
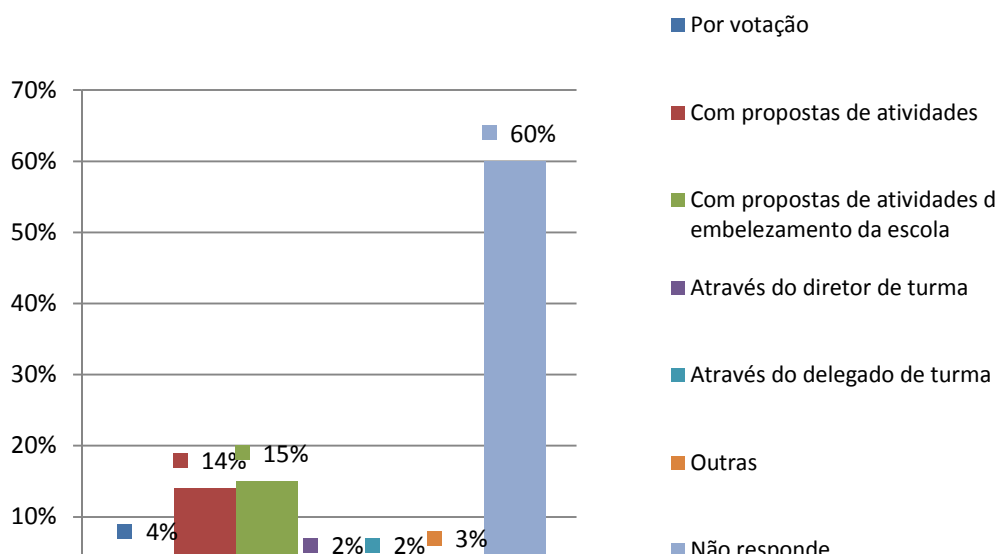


Tabela e Gráfico dos Dados Obtidos na Questão 8.2.1.

8.2.1 - De que forma foi a tua participação?		
Categorias	Frequência	Percentagem
Por votação	3	4%
Com propostas de atividades	9	14%
Com propostas de atividades de embelezamento da escola	10	15%
Através do diretor de turma	1	2%
Através do delegado de turma	1	2%
Outras	2	3%
Não responde	39	60%
TOTAL	65	100%

De que forma foi a tua participação?

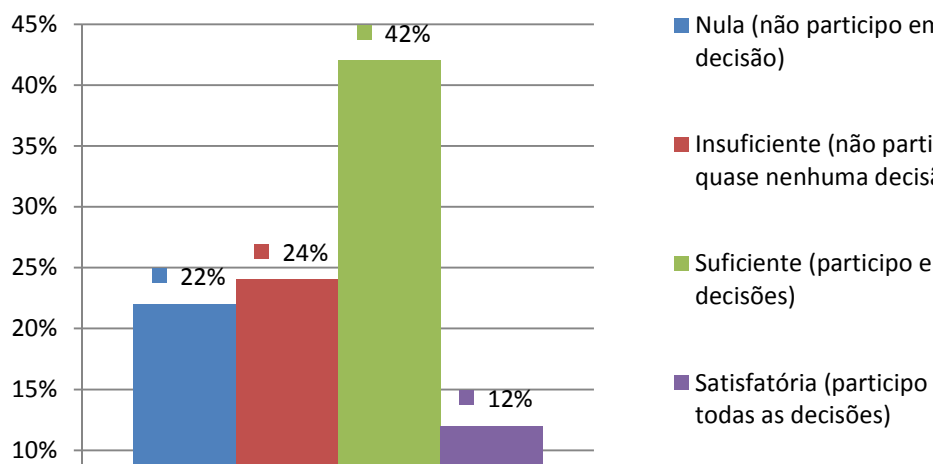


D – A TUA OPINIÃO SOBRE O TIPO DE PARTICIPAÇÃO QUE OS ALUNOS DEVEM TER NA VIDA DA ESCOLA

Tabela e Gráfico dos Dados Obtidos na Questão 9

9 - Como classificas a tua participação nas várias decisões da vida da escola?		
Categorias	Frequência	Porcentagem
Nula (não participo em nenhuma decisão)	91	22%
Insuficiente (não participo em quase nenhuma decisão)	95	24%
Suficiente (participo em algumas decisões)	167	42%
Satisfatória (participo em quase todas as decisões)	48	12%
TOTAL	401	100%

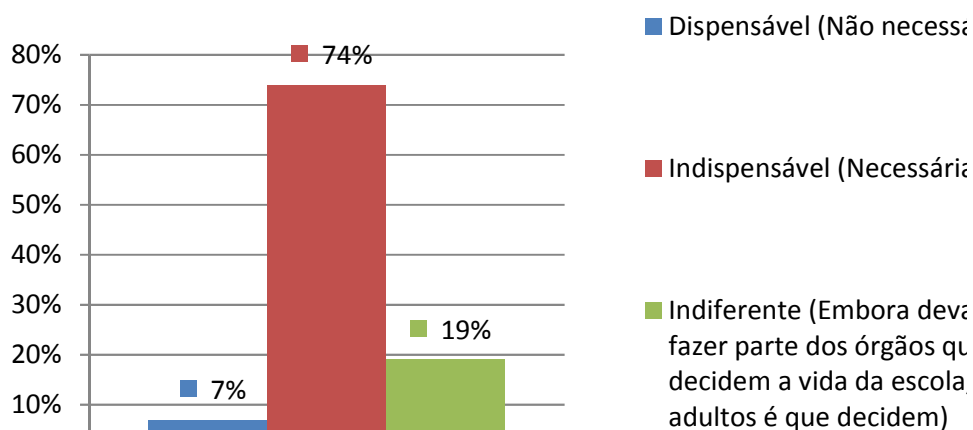
Como classificas a tua participação nas várias decisões da vida d escola?



Tabelas e Gráficos dos Dados Obtidos na Questão 10

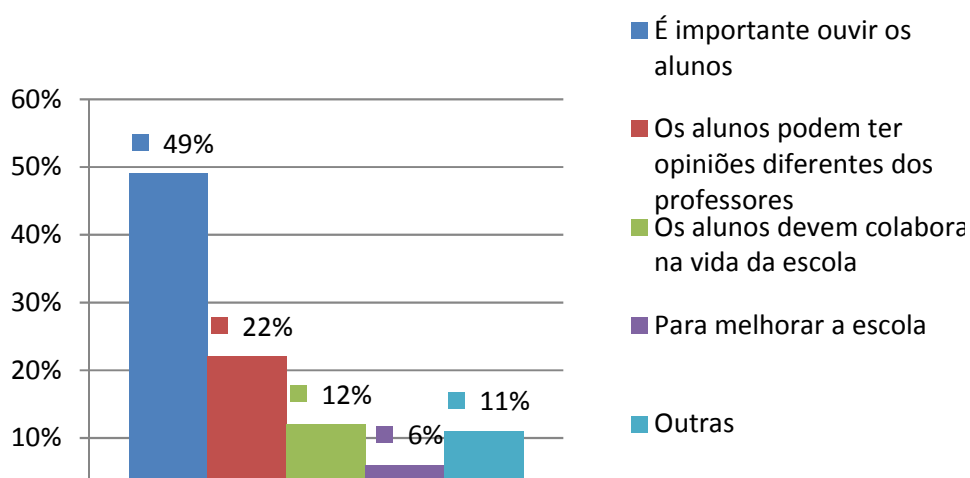
10 - Para ti, a participação dos alunos nas decisões sobre a vida da escola é:		
Categorias	Frequência	Percentagem
Dispensável (Não necessária)	30	7%
Indispensável (Necessária)	295	74%
Indiferente (Embora devam fazer parte dos órgãos que decidem a vida da escola, os adultos é que decidem)	76	19%
TOTAL	401	100%

Para ti, a participação dos alunos nas decisões sobre a vida da escola é:



Porque		
Categorias	Frequência	Porcentagem
É importante ouvir os alunos	41	49%
Os alunos podem ter opiniões diferentes dos professores	19	22%
Os alunos devem colaborar na vida da escola	10	12%
Para melhorar a escola	5	6%
Outras	9	11%
TOTAL	84	100%

Porque



APENDICE IV

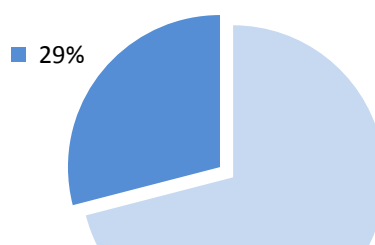
DADOS DOS QUESTIONÁRIO AOS DIRETORES DE TURMA

A – IDENTIFICAÇÃO

Tabelas e Gráficos da Caracterização da Amostra dos Professores Diretores de Turma

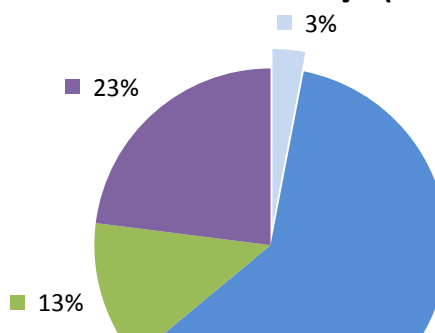
1.2 - Distribuição da Amostra Segundo o Género		
Sexo	Frequência	Percentagem
Feminino	22	71%
Masculino	9	29%
TOTAL	31	100%

DISTRIBUIÇÃO DA AMOSTRA SEGUNDO O GÉNI



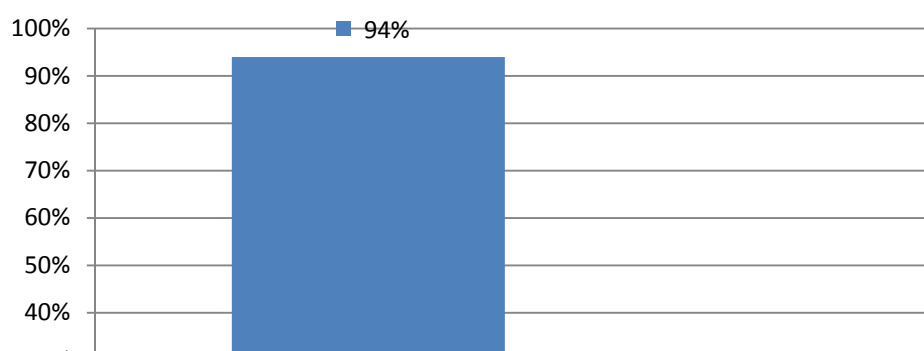
1.2 - Tempo de serviço (em 31 / 08/ 14)		
Sexo	Frequência	Percentagem
5 - 10 anos	1	3%
11 - 20 anos	19	61%
21 - 30 anos	4	13%
>30 anos	7	23%
TOTAL	31	100%

TEMPO DE SERVIÇO (EM 31 / 08/ 14)



1.3 - Categoria Profissional		
Sexo	Frequência	Porcentagem
Professor do Quadro	29	94%
Professor Contratado	2	6%
TOTAL	401	100%

Categoria Profissional



B - PARTICIPAÇÃO QUE OS ALUNOS DEVEM TER NA VIDA DA ESCOLA

Tabela e Gráfico dos Dados Obtidos na Questão 2

2 - Acha importante a participação dos alunos na vida da escola?		
Categorias	Frequência	Porcentagem
Sim	31	100%
Não	0	0%
TOTAL	31	100%

Acha importante a participação dos alunos na vida da escola?



Tabela e Gráfico dos Dados Obtidos na Questão 3

3 - Que importância atribui à participação dos alunos nas decisões sobre a vida da escola:		
Categorias	Frequência	Porcentagem
Dispensável (Não necessária)	1	3%
Indispensável (Necessária)	25	81%
Indiferente (Embora devam fazer parte dos órgãos que decidem a vida da escola, os adultos é que decidem)	5	16%
TOTAL	31	100%

Que importância atribui à participação dos alunos nas decisões sobre a vida da escola:

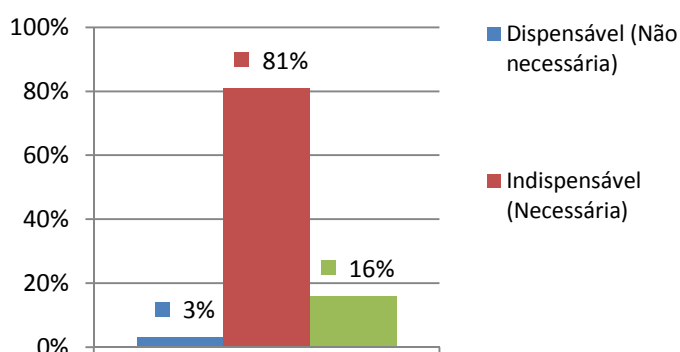


Tabela e Gráfico dos Dados Obtidos na Questão 4

4 - Como classifica a participação dos alunos na vida desta escola?		
Categorias	Frequência	Porcentagem
Satisfatória (participam em quase todas as decisões)	2	7%
Suficiente (participam em algumas decisões)	14	45%
Insuficiente (não participam em quase nenhuma decisão)	15	48%
Nula (não participam em nenhuma decisão)	0	0%
TOTAL	31	100%

Como classifica a participação dos alunos na vida desta escola?

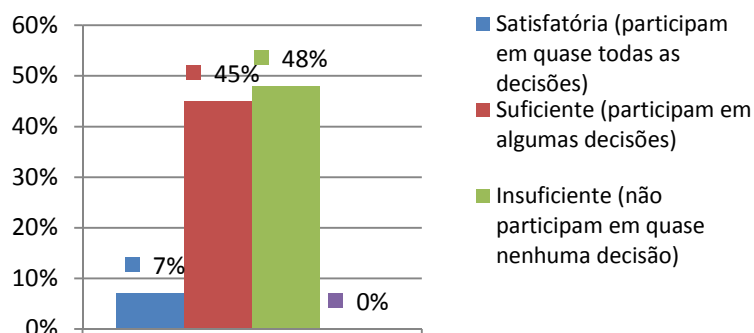


Tabela e Gráfico dos Dados Obtidos na Questão 5

5 - Se considerou a participação dos alunos insuficiente ou nula, diga quais são em seu entender as principais razões da falta de participação por parte dos alunos.		
Categorias	Frequência	Porcentagem
Falta de conhecimento da estrutura da escola por parte dos alunos	8	12%
Falta de responsabilidade por parte dos alunos	13	19%
Crise de valores das crianças e jovens	7	10%
Falta de informação sobre os direitos dos alunos	1	1%
Falta de empenhamento dos próprios órgãos de gestão da escola	3	4%
Preferência dos alunos por outras atividades fora da escola	8	12%
Pouco interesse dos docentes pela participação dos alunos	1	1%
Inexistência de um clima democrático na escola	0	0%
Falta de motivação dos alunos	9	13%
A grande complexidade da gestão da escola	3	4%
As dificuldades inerentes a todo o sistema educativo	8	12%
A falta de tradição participativa por parte dos alunos	8	12%
Outra (s).Qual (ais)?	0	0%
TOTAL	69	100%

Se considerou a participação dos alunos insuficiente ou nula, diga quais são em seu entender as principais razões da falta de participação por parte dos alunos.

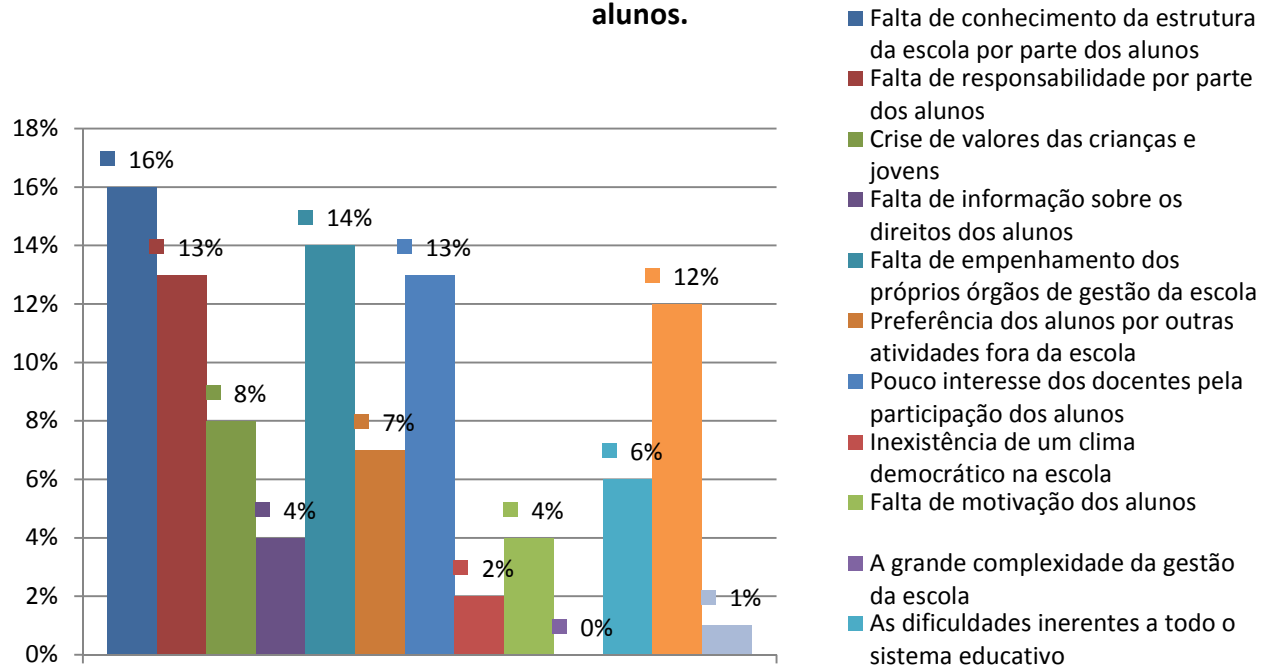


Tabela e Gráfico dos Dados Obtidos na Questão 6

6 - Quais as áreas sobre as quais lhe parece incidir a participação dos alunos desta escola.		
Categorias	Frequência	Porcentagem
Dentro da sala de aula	17	21%
Nos conselhos de turma	5	6%
Junto do diretor de turma	26	33%
Na organização de festas, bailes, convívios, etc.	20	25%
Na organização de atividades culturais, visitas de estudo, etc.	11	14%
Outra (s).Qual (ais)?	1	1%
TOTAL	80	100%

Quais as áreas sobre as quais lhe parece incidir a participação dos alunos desta escola.

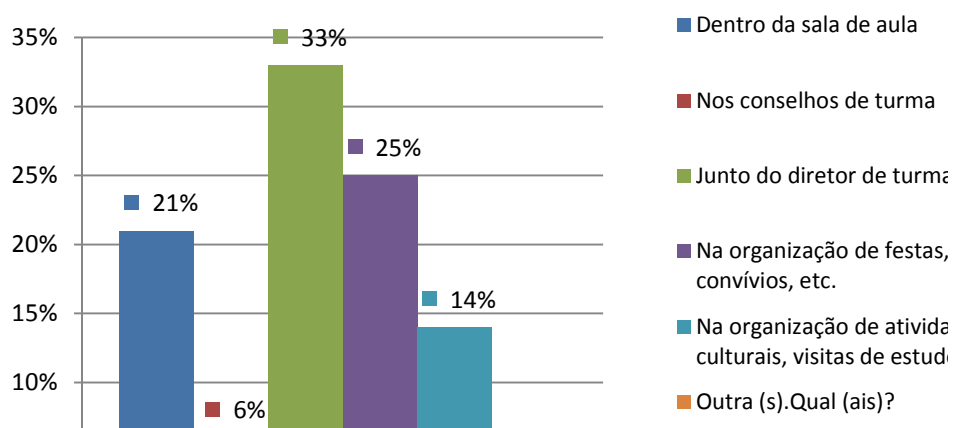


Tabela e Gráfico dos Dados Obtidos na Questão 7

7 - Estimula a participação dos seus alunos na vida da escola?		
Categorias	Frequência	Porcentagem
Sim	31	100%
Não	0	0%
TOTAL	31	100%

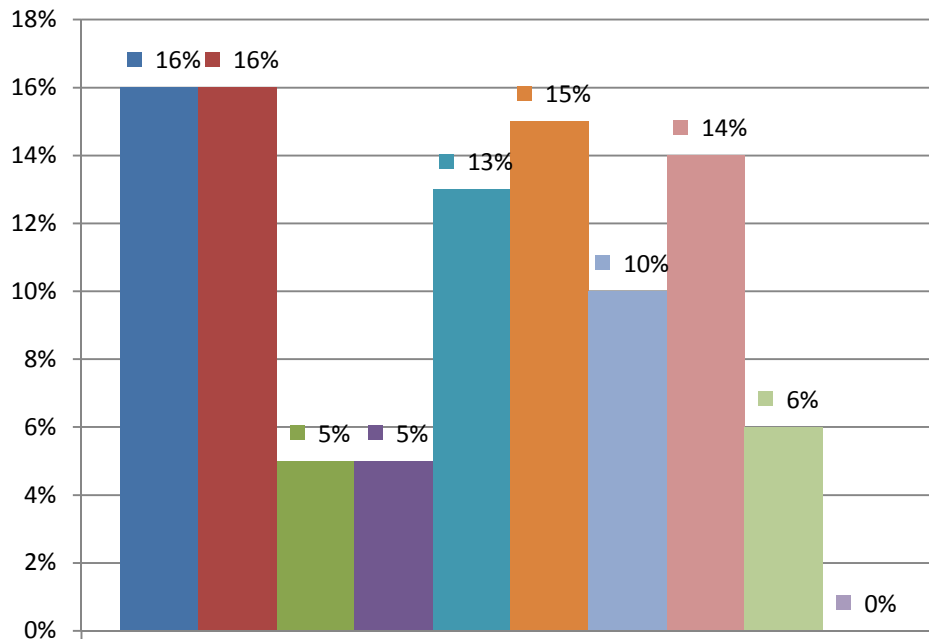
Estimula a participação dos seus alunos na vida da escola?



Tabela e Gráfico dos Dados Obtidos na Questão 7.1.

7.1 – Se sim, através de:		
Categorias	Frequência	Percentagem
Reforço dos direitos e deveres dos alunos	27	16%
Reforço das funções dos delegados de turma	26	16%
Realização de assembleias de turma	8	5%
Registo das deliberações das assembleias de turma para levar ao conselho de turma	9	5%
Transmissão aos alunos das informações e decisões dos conselhos de turma	21	13%
Promoção da participação na organização de atividades	24	15%
Promoção de decisões democráticas	16	10%
Incentivo do espírito critica	23	14%
Informação das formas de participação previstas nos documentos orientadores da escola	10	6%
Outra (s).Qual (ais)?	0	0%
TOTAL	164	100%

Se sim, através de:



- Reforço dos direitos e deveres dos alunos
- Reforço das funções dos delegados de turma
- Realização de assembleias de turma
- Registo das deliberações das assembleias de turma para levar ao conselho de turma
- Transmissão aos alunos das informações e decisões dos conselhos de turma
- Promoção da participação na organização de atividades
- Promoção de decisões democráticas
- Incentivo do espírito crítica
- Informação das formas de participação previstas nos documentos orientadores da escola

Tabela e Gráfico dos Dados Obtidos na Questão 8

8 - Em relação aos delegados de turma dos alunos, a sua ação é...		
Categorias	Frequência	Porcentagem
De pouca ou nula importância para os docentes	1	2%
Importante ao nível das informações sobre a turma	30	55%
Uma mera formalidade	0	0%
Importante sobretudo a nível disciplinar (castigos, penas...)	4	7%
Sobretudo de apoio às atividades docente (pequenas tarefas, contar as faltas dos alunos, etc.)	16	30%
Mais um fator de instabilidade nas turmas	0	0%
Outra (s).Qual (ais)?	3	6%
TOTAL	54	100%

Em relação aos delegados de turma dos alunos, a sua ação é...

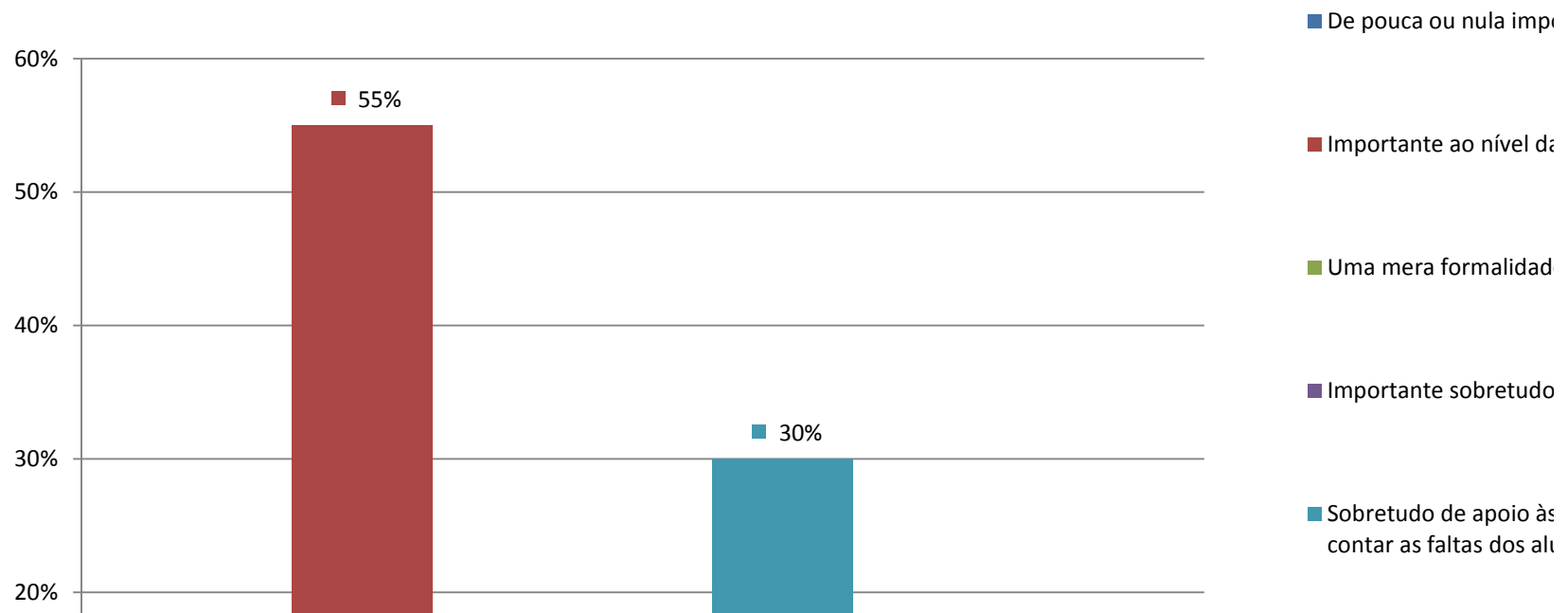


Tabela e Gráfico dos Dados Obtidos na Questão 9

9 - Os alunos desta escola estão representados nos conselhos de turma?		
Categorias	Frequência	Porcentagem
Sim	23	74%
Não	8	26%
Não sei	0	0%
TOTAL	401	100%

Os alunos desta escola estão representados nos conselhos de turma?

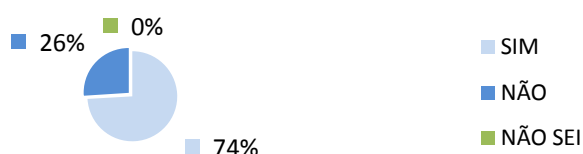
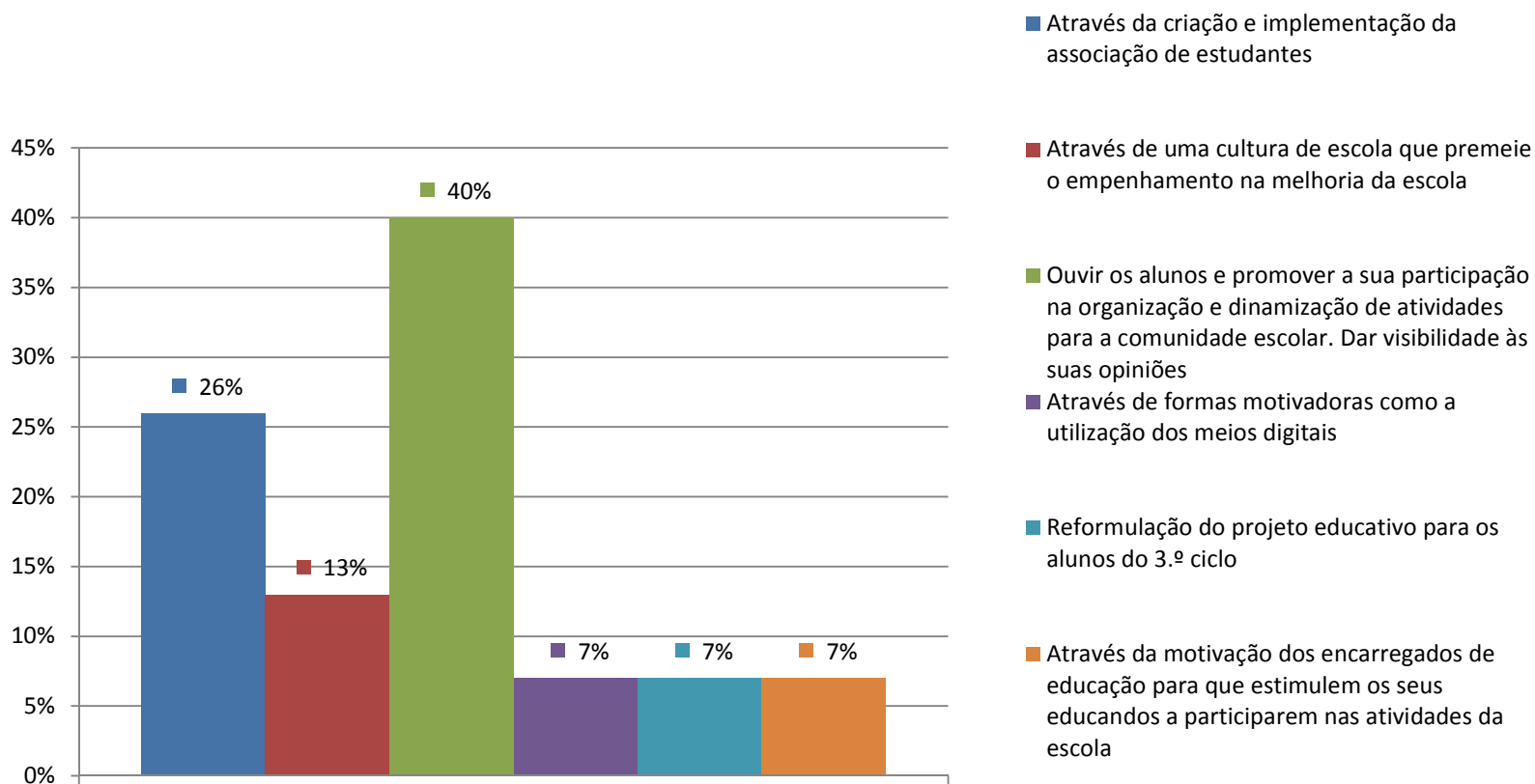


Tabela e Gráfico dos Dados Obtidos na Questão 10

10 – Na sua opinião, o que poderá ser realizado no sentido da melhoria da participação dos alunos na vida da escola.		
Categorias	Frequência	Porcentagem
Através da criação e implementação da associação de estudantes	4	26%
Através de uma cultura de escola que premeie o empenhamento na melhoria da escola	2	13%
Ouvir os alunos e promover a sua participação na organização e dinamização de atividades para a comunidade escolar. Dar visibilidade às suas opiniões	6	40%
Através de formas motivadoras como a utilização dos meios digitais	1	7%
Reformulação do projeto educativo para os alunos do 3.º ciclo	1	7%
Através da motivação dos encarregados de educação para que estimulem os seus educandos a participarem nas atividades da escola	1	7%
TOTAL	15	100%

Na sua opinião, o que poderá ser realizado no sentido da melhoria da participação dos alunos na vida da escola.



APENDICE V

GRELHA DE ANÁLISE – REGULAMENTO INTERNO

GRELHA DE ANÁLISE – REGULAMENTO INTERNO

COORDENAÇÃO DE TURMA (Conselhos de Turma)	DIREÇÃO DE TURMA	DOS ALUNOS
<p>CAPITULO II COORDENAÇÃO DE TURMA Art. 46º - FUNCIONAMENTO E COMPOSIÇÃO 2. O conselho de turma é constituído: 2.1. no 2.º ciclo: a) pelos professores da turma; b) por dois representantes dos pais e encarregados de educação; 2.2. no 3.º ciclo: a) pelos professores da turma; b) por dois representantes dos pais e encarregados de educação; c) por um representante dos alunos; 5. Em reuniões de natureza disciplinar, convocadas e presididas pelo diretor, participam os professores da turma, ou o professor titular no 1.º ciclo, um representante dos pais e encarregados de educação dos alunos da turma e no 3º ciclo do ensino básico participa, também, o delegado ou o subdelegado de turma;</p>	<p>CAPITULO II DIREÇÃO DE TURMA Art. 49º - COMPETÊNCIAS DO DIRETOR DE TURMA 2. Assegurar a articulação entre os professores da turma com os alunos, pais e encarregados de educação; 3. Promover a comunicação e formas de trabalho cooperativo entre professores e alunos;</p>	<p>CAPITULO VIII DOS ALUNOS Art. 72º - DIREITOS 1. Participar no processo de avaliação, através do recurso: a) a contactos formais com o professor titular de turma ou diretor de turma, a fim de ser informado sobre os aspetos relevantes do seu processo ensino e aprendizagem; b) ao acesso ao seu processo individual na presença do professor titular de turma e do coordenador do estabelecimento de ensino, no 1.º ciclo, ou na presença do diretor de turma e de um membro da direção, nos 2.º e 3.º ciclos; c) ao conhecimento dos critérios de avaliação definidos pelo conselho pedagógico do agrupamento; d) à utilização dos mecanismos de auto e heteroavaliação.</p>

APENDICE VI

GRELHA DE ANÁLISE – PROJETO EDUCATIVO

GRELHA DE ANÁLISE – PROJETO EDUCATIVO

PARTE II

2.2. Problemas e Potencialidades

Pontos Fracos

- Resultados escolares nos exames nacionais dos alunos do 9º ano, inferiores à média nacional, apesar da melhoria do último ano;
- Débil auscultação dos alunos para a elaboração dos documentos orientadores da escola;
- Falta de espaços na escola sede para desenvolver/ apoiar projetos específicos;
- Fragilidade na articulação curricular entre ciclos, quer vertical, quer horizontal;
- Inexistência de uma cultura de avaliação sistémica quanto à satisfação dos serviços prestados às diferentes partes interessadas;
- Circulação de informação, a nível interno, pouco eficaz;
- Visibilidade da escola na comunidade;
- Consistência do processo de autoavaliação do agrupamento.

2.3 - Objetivos Gerais/ Objetivos Operacionais/ Estratégias/ Indicadores

2.3.1 – *Domínio: Liderança e Gestão*

Objetivo Geral: Definir princípios orientadores do agrupamento.

Obj. Operacionais	Estratégias	Indicadores
<ul style="list-style-type: none"> • Auscultar os alunos para a elaboração dos documentos orientadores da escola. 	<ul style="list-style-type: none"> • Promover reuniões de delegados de turma com restantes pares da turma, monitorizados pelos diretores de turma; • Realizar reuniões da assembleia de delegados para discutir propostas para os documentos orientadores da escola; • Desenvolver, pelo menos, 2 atividades propostas pela assembleia de delegados de turma. 	<ul style="list-style-type: none"> • Nº de reuniões de delegados com a sua turma. • Nº de assembleias de delegados. • Nº de atividades realizadas sob proposta dos representantes de alunos.

APENDICE VII

GRELHA DE ANÁLISE – DECRETO-LEI N.º 75/ 2008

GRELHA DE ANÁLISE – DECRETO-LEI N.º 75/ 2008

Regime de Autonomia, Administração e Gestão dos Estabelecimentos Públicos da Educação Pré -Escolar e dos Ensinos Básico e Secundário

PREÂMBULO	CAPÍTULO I – Disposições Gerais	CAPÍTULO III– Regime de Administração e Gestão
<p>Para tanto, torna-se necessário assegurar não apenas os direitos de participação dos agentes do processo educativo, designadamente do pessoal docente, mas também a efetiva capacidade de intervenção de todos os que mantêm um interesse legítimo na atividade e na vida de cada escola. Uma tal intervenção constitui também um primeiro nível, mais direto e imediato, de prestação de contas da escola relativamente àqueles que serve.</p>	<p>Secção I – Objetivo, âmbito e Princípios Art. 3º - Princípios Gerais 2 - A autonomia, a administração e a gestão dos agrupamentos de escolas e das escolas não agrupadas subordinam-se particularmente aos princípios e objetivos consagrados na Constituição e na Lei de Bases do Sistema Educativo, designadamente: c) Assegurar a participação de todos os intervenientes no processo educativo, nomeadamente dos professores, dos alunos, das famílias, das autarquias e de entidades representativas das atividades e instituições económicas, sociais, culturais e científicas, tendo em conta as características específicas dos vários níveis e tipologias de educação e de ensino; Art. 4º - Princípios Orientadores e Objetivos 1 - No quadro dos princípios e objetivos referidos no artigo anterior, a autonomia, a administração e a gestão dos agrupamentos de escolas e das escolas não agrupadas organizam -se no sentido de: g) Proporcionar condições para a participação dos membros da comunidade educativa e promover a sua iniciativa.</p>	<p>Secção I – Órgãos Subsecção I – Conselho Geral Art. 12º - Composição 2 - Na composição do conselho geral tem de estar salvaguardada a participação de representantes do pessoal docente e não docente, dos pais e encarregados de educação, dos alunos, do município e da comunidade local. 4 - A participação dos alunos circunscreve -se ao ensino secundário, sem prejuízo da possibilidade de participação dos estudantes que frequentem o ensino básico recorrente. 5 - Nos agrupamentos de escolas ou escolas não agrupadas onde não haja lugar à representação dos alunos, nos termos do número anterior, o regulamento interno pode prever a participação de representantes dos alunos, sem direito a voto, nomeadamente através das respetivas associações de estudantes. Art. 14º - Designação de Representantes 1 - Os representantes dos alunos, do pessoal docente e do pessoal não docente no conselho geral são eleitos separadamente pelos respetivos corpos.</p>

APENDICE VIII

FORMULÁRIO DE PLANIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES DAS AÇÕES DO PLANO DE AÇÃO

PLANIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES DAS AÇÕES DO PLANO DE AÇÃO

Designação da Ação:

Coordenador(es) da Ação:

Equipa de Trabalho:

Descrição da Atividade:

Objetivos da Atividade

Atividades a Realizar:

Resultados Alcançar	
Metas:	Monitorização:

Constrangimentos:

Recursos Humanos Envolvidos:

Custos Estimados:

CALENDARIZAÇÃO	1º Período				2º Período			3º Período		
ATIVIDADES	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN

Avaliação/ retroação:

APENDICE IX

REGIMENTO DAS ASSEMBLEIAS DE DELEGADOS DE TURMA

REGIMENTO DAS ASSEMBLEIAS DE DELEGADOS DE TURMA

A Assembleia de Delegados de Turma (ADT) pretende ser um espaço de debate de problemas que envolve a tomada de decisões, resolução de situações difíceis e oportunidades de partilha de opiniões relativamente a variados temas. Estas sessões pretendem desenvolver uma nova organização dos alunos de modo a permitir a interação e o conhecimento de dilemas cujos próprios alunos procuram soluções, justificando as suas opções e confrontando-as com as dos colegas, de forma a promover o espírito democrático e democracia participativa como forma de organização da vida na escola.

O Regimento da ADT é elaborado pelos próprios alunos, com o apoio dos Coordenadores de Diretores de Turma aquando da realização da 1.ª assembleia.

No entanto, a Assembleia de Delegados de Turma, deve cumprir os aspetos que se seguem:

1. Fazer parte da ADT, dois representantes da Associação de Estudantes;
2. Eleger a mesa de assembleia e atribuir-lhes as respetivas competências:
 - a. Elaborar a ordem dos temas a tratar;
 - b. Definir conjuntamente as regras de funcionamento da ADT, nomeadamente o prazo de entrega de assuntos que os alunos querem ver discutidos;
 - c. Conduzir a discussão na assembleia;
 - d. Secretariar a ata com resumo do que se discutiu e concluiu;
3. Analisar os problemas das turmas em todas as reuniões;
4. Acompanhar os processos que estão a decorrer na escola, através das informações fornecidas pelos Coordenadores de Diretores de Turma e Diretores de Turma, para que possam dar as suas sugestões;
5. Todas as assembleias são assistidas pelos Coordenadores de Diretores de Turma, tendo estes apenas uma atitude de apoio, caso os alunos o solicitem, e de supervisão do cumprimento do regimento da ADT.

APENDICE X

REGIMENTO DAS ASSEMBLEIAS DE TURMA

REGIMENTO DAS ASSEMBLEIAS DE TURMA

A Assembleia de Turma (AT) pretende ser um espaço de debate de problemas que envolve a tomada de decisões, resolução de situações difíceis e oportunidades de partilha de opiniões relativamente a variados temas. Estas sessões pretendem desenvolver uma nova organização da própria turma de modo a permitir a interação e o conhecimento de dilemas cujos próprios alunos procuram soluções, justificando as suas opções e confrontando-as com as dos colegas, de forma a promover o espírito democrático e democracia participativa como forma de organização da vida na escola.

O Regimento da AT é elaborado pelos próprios alunos, com o apoio dos Diretores de Turma aquando da realização da 1.ª assembleia.

No entanto, a Assembleia de Turma, deve cumprir os aspetos que se seguem:

1. Eleger a mesa de assembleia e atribuir-lhes as respetivas competências:
 - e. Elaborar a ordem dos temas a tratar;
 - f. Definir conjuntamente as regras de funcionamento da AT, nomeadamente o prazo de entrega de assuntos que os alunos quer ver discutidos;
 - g. Conduzir a discussão na assembleia;
 - h. Secretariar a ata com resumo do que se discutiu e concluiu;

2. Analisar os problemas da turma em todas as reuniões;

3. Acompanhar os processos que estão a decorrer na escola e na turma, através das informações fornecidas pelos Diretores de Turma, para que possam dar as suas sugestões;

4. Todas as assembleias são assistidas pelos Diretores de Turma, no caso dos 5.º, 7.º, 8.º e 9.º anos, na aula de Formação Cívica, e pelos professores da turma rotativamente, nas aulas letivas de cada disciplina, no caso do 6.º ano e Curso Vocacional de Produção Agrícola, tendo estes apenas uma atitude de apoio, caso os alunos o solicitem, e de supervisão do cumprimento do regimento da AT. A 1.ª AT é realizada com o Diretor de Turma para elaboração do regimento.

APENDICE XI

ORGANIGRAMA DAS ESTRUTURAS COM PARTICIPAÇÃO DOS ALUNOS

ORGANIGRAMA DAS ESTRUTURAS COM PARTICIPAÇÃO DOS ALUNOS

